



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1102/02	DATA: 11/12/02
INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 20h29min	DURAÇÃO: 05h31min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h34min	PÁGINAS: 206	QUARTOS: 66
REVISÃO: Anna Augusta, Antonio Morgado, Gilberto, Lia, Marlúcia, Mesquita, Paulo Domingos, Robinson, Sílvia		
CONCATENAÇÃO: Estela		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ROBERTO SMERALDI - Diretor da ONG Amigos da Terra. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO - Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA. HÉVIO LUIZ COUVRE - Analista do IBAMA. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Proprietário da Madeireira Rio de Janeiro. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - ex-Fiscal do IBAMA/Pará.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Anúncio do resultado da eleição para o cargo de 3º Vice-Presidente da CPI.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções inaudíveis. Há termos ininteligíveis. No quarto 51, o Dr. Luciano falou o termo "quadrilheiro", e o Presidente pediu para retirar esse adjetivo. Há falha na gravação. Há oradores não identificados. Grafias não confirmadas: Ricardo Blant e Gisele Dami Foratini



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos da 12ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras. Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas das 10ª e 11ª reuniões e, sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata, já que todos os Deputados receberam cópia da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dispensada a leitura da ata, obedecendo solicitação do Deputado Luisinho. Coloco as atas em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-las, coloco as atas em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovadas as atas. Ordem do Dia. Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública, para tomar os depoimentos dos Srs. Hévio Luiz Couvre, analista ambiental do IBAMA da Bahia; Nei Carlos Guimarães de Oliveira; Luciano de Menezes Evaristo, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA; Alfred Mark Raubitschek, e Amarildo Formentini; e também para a eleição do 3º Vice-Presidente. Desde já solicito à Secretaria da Comissão que informe aos convocados que ainda não chegaram, que tente entrar em contato com eles. A Comissão solicita suas presenças imediatamente.

O SR. DEPUTADO LUISINHO – Sr. Presidente, faltou o nome de Roberto Smeraldi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Roberto Smeraldi, da Amigos da Terra. Uma convocação aprovada anteriormente, através do Requerimento nº 8, do Deputado Sarney Filho, conforme acertado com a Comissão. Nós recebemos



uma comunicação, ontem à noite, do Sr. Roosmalen, Alfred von Roosmalen, do Amazonas, que foi convocado por requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin. Anexado a ela, atestado médico dizendo que o Sr. Roosmalen, que deporia amanhã, não poderia vir, justamente porque, apesar de ele ter inclusive discutido com a doutora — isso na carta do advogado —, apesar de ele ter discutido com a doutora a necessidade de estar aqui, a médica então, pelo atestado, uma psicoterapeuta... Vamos esperar o Sr. Relator tomar assento para falar sobre a decisão desta Presidência sobre tal fato. Então, esse atestado médico veio sem data e sem especificação do quadro clínico, ou seja, o porquê de o Sr. Roosmalen não poder estar presente. Imediatamente, esta Presidência entrou em contato com a Dra. Sônia, solicitando a ela, primeiro, algumas informações, visto que o advogado do Sr. Roosmalen tinha colocado, e agora lendo: destarte saibam V.Exas. que o requerente não procura esquivar-se de tal contingência — o depoimento do Sr. Roosmalen aqui, nesta Comissão — pois está simplesmente cumprindo recomendações médicas e, como leigo no metiê dessa categoria, nem procurou discutir a decisão da profissional que o acompanha clinicamente. Perguntado à Dra. Sônia sobre seu atestado, ela falou que deu o último atestado ao Sr. Roosmalen há três meses atrás, que esse atestado, realmente, sem data também não... Acrescentou que o Sr. Roosmalen estaria em dificuldades de locomover-se, ou de pegar um avião, e também não havia dificuldade nenhuma para o Sr. Roosmalen — ela sendo médica psicoterapeuta dele — de prestar o seu depoimento. Entramos em contato com o Sr. Roosmalen por telefone, dizendo da inadequação desse atestado com as razões apresentadas por seu advogado para seu não comparecimento. Esclarecemos ao Sr. Roosmalen que, caso não venha, será determinada, imediatamente, pela presidência da CPI, que ele



seja trazido a esta Comissão sob guarda da Polícia Federal. O Sr. Roosmalen solicitou que esta Comissão então pagasse a passagem de seu advogado, infelizmente, coisa que a CPI não pode fazer. Aí ele viria, se se pagasse a passagem de seu advogado — palavras dele, em contato telefônico direto comigo. Esclareci a ele as penalidades possíveis e o constrangimento por que todos nós passaríamos — é evidente que ninguém gostará de ver uma pessoa prestar um depoimento a esta Casa, nesta Comissão, sob guarda da Polícia Federal. Solicitamos também ao Superintendente da Polícia Federal do Amazonas — passei um ofício por fax — que colhesse a assinatura do Sr. Roosmalen. Então, eu não posso afirmar a V.Exas. e aos Sr. Relator que o Sr. Roosmalen estará aqui amanhã. A única coisa que eu posso afirmar a todos é que ele prestará o seu depoimento. Gostaríamos — e eu tentei e expliquei por todas as maneiras — de não ter de chegar a esse ponto. Se ele não vier na quinta-feira, nós decidiremos então a sua vinda na terça, sob guarda, a esta Comissão. Recebemos... O telegrama que foi enviado ao Sr. Marcus... Enviamos um telegrama, enviamos um *e-mail* dizendo a ele da falta de critério desse atestado para o fato determinado, e também um ofício solicitando à Polícia Federal que o encontre, que vá até ele e peça sua assinatura, para que não tenha depois de dizer que não tomou conhecimento. Então, fizemos isso para garantir que as informações de que a Deputada Vanessa Grazziotin e esta CPI precisam sejam dadas pelo Sr. Roosmalen. Estamos esperando também o Sr. Alfred Mark Raubitschek, que ainda não chegou... Já se encontra presente. Solicito então imediatamente à Secretaria da Comissão que tome as devidas precauções para que tanto o Sr. Alfred Mark Raubitschek quanto o Sr. Nei Carlos Guimarães de Oliveira, também presente, e o Sr. Luciano de Menezes Evaristo, que será chamado



também a esta Comissão, por solicitação da Presidência, que será submetido ao Plenário da Comissão, para que então tomem suas posições, visto que podem ser depoimentos conflitantes, daí o cuidado com que teremos de tratar essa questão. *(Pausa.)* Temos também um apelo do Sr. Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra, para que preste seu depoimento antecipadamente, visto que há outros compromissos que envolvem diretamente seus... Afinal de contas é conselheiro, e há uma reunião do conselho hoje, que vai se iniciar daqui a minutos. Então, gostaria de que o Sr. Roberto Smeraldi tomasse assento, solicitando aos outros convidados paciência e tranqüilidade, porque ouviremos primeiro, e de maneira isolada, o Sr. Roberto Smeraldi. Sr. Roberto, o senhor tem vinte minutos para seus esclarecimentos iniciais e, depois, o senhor ficará também para ouvir as perguntas e responderá ao que lhe for perguntado, tanto pelo Relator quanto pelos Deputados aqui presentes. Por favor, Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Exmo. Sr. Presidente, Deputado Luiz Ribeiro; Exmo. Sr. Relator, Deputado Sarney Filho, agradeço, em primeiro lugar, a disponibilidade em acolher a minha solicitação em função, inclusive, de um compromisso relevante para o trabalho desta Comissão, que é a reunião da Comissão sobre o Licenciamento Ambiental na Amazônia, que foi criada pelo Deputado Sarney Filho, na época em que era Ministro do Meio Ambiente, que tem justamente de discutir alguns assuntos relevantes na área de algumas portarias e instruções normativas que dizem respeito a esta matéria ainda hoje. Vou tentar usar menos do tempo necessário para viabilizar eventuais perguntas e aprofundamentos que sejam de interesse dos Srs. Deputados. Nossa instituição, desde 92, realiza,



periodicamente, regularmente, monitoramento da situação da exploração madeireira na Amazônia. Em 92, nós começamos com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Roberto, só um minutinho. Faltou um detalhe. Eu gostaria que a Secretaria da Comissão também entrasse em contato com a Polícia Federal para que um delegado especializado em crimes contra o meio ambiente esteja aqui presente quando do depoimento a seguir ao do Sr. Roberto Smeraldi.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Obrigado. Então, desde 92 nós realizamos uma série de relatórios, monitorando a situação e as modalidades da atividade madeireira na Amazônia, iniciando no Estado do Pará e, depois, em todos os Estados da Amazônia Legal. Em 94, elaboramos um novo relatório, que forneceu depois as bases inclusive para um trabalho da então Secretaria de Assuntos Estratégicos, em parceria com o IBAMA, em 96, que mais ou menos reconheceu a procedência dos dados que nós havíamos apresentado na época. Foram aqueles famosos dados que apontavam para uma estimativa de que aproximadamente 80% da exploração estava se dando de forma ilegal, dependendo de várias ilegalidades ao longo do processo. Isso é um dado inclusive que ainda hoje é muito utilizado pela imprensa etc., embora, como eu vou dizer, tenha mudado em parte essa situação desde então. Em 98 e em 2000, nós realizamos mais dois relatórios, inclusive um com uma base de dados muito ampla, entrevistando 1.150 serrarias sobre a procedência de todos os lotes de madeira que eles recebiam, em colaboração com o pessoal do IMAZON em mais de sessenta pólos madeireiros da região, mapeando, inclusive por espécie, os fluxos de chegada da madeira nos pátios das serrarias, isso garantindo o anonimato dos que forneciam as informações, para deixar à



vontade os que foram... Era para fins estatísticos, e não para fins de investigação. Nós realizamos um novo levantamento no ano passado sobre algumas dinâmicas que alteram essa situação da legalidade *versus* ilegalidade na exploração madeireira. Os resultados estão num pequeno relatório que entregamos para o Relator, e eventualmente poderemos entregar formalmente ao senhor, como Presidente, que se chama *Legalidade Predatória*. Ou seja, há uma alteração na dinâmica do abastecimento da matéria-prima, principalmente por meio do fornecimento de matéria-prima bastante barata, porém “legal” — entre aspas —, principalmente oriunda de desmatamentos de pequenos produtores. Então isso substituiu algumas fontes ilegais, e os nichos da atividade ilegal, vamos dizer, se concentraram principalmente em algumas espécies mais valiosas, que permitem uma agregação maior de valor e que permitem também gastar mais com corrupção. Porque, numa estimativa que a gente fez também no sul do Pará no ano passado, a gente viu que a composição hoje do custo da tora — isso foi feito com base em dezoito Municípios do centro-sul do Pará — que o custo da tora, vamos dizer, hoje chega a ser mais ou menos 50% o pagamento da tora aos fornecedores de matéria-prima, colonos de reforma agrária, principalmente, dos assentamentos, numa medida de aproximadamente de 10 a 12 reais o metro cúbico, os chamados custos paralelos da legalização, os chamados custos da papelada, do comércio da ATPF. Então, está hoje em mais ou menos 10 a 12 reais o metro cúbico. Não sei, as pessoas do setor madeireiro podem dar, eventualmente, outros dados, mas acho que a média está mais ou menos nesse nível. Vamos de frente a um preço da matéria-prima que é semelhante, quer dizer, aproximadamente uns 30 reais a tora, ou seja, mais ou menos, 10 ou 15 reais o metro cúbico também. Então chega a ser



mais ou menos a metade do custo. Então essa situação, repito, é um pouco diferente em relação ao contexto do começo dos anos 90, que era um contexto um pouco de ilegalidade generalizada, devido um pouco à ausência de qualquer controle. Nos últimos anos, os controles aumentaram. Porém, com o aumento dos controles, aumentaram também, quer dizer, se especializou em áreas de nichos a atividade ilegal, principalmente na área de mogno e de algumas espécies mais valiosas. Então, é necessário hoje levar em consideração que se não tiver instrumentos que tornem a atividade de manejo florestal sustentável, de alguma maneira em condição de competir com essa oferta extremamente ampla e barata de matéria-prima oriunda de desmatamento, é extremamente difícil viabilizar uma atividade, vamos dizer, madeireira estável, que permita ao madeireiro reinvestir na atividade e se firmar no território. Ainda temos uma atividade madeireira muito migratória. Por exemplo, em algumas áreas de nova expansão de fronteira, como hoje há a Cuiabá-Santarém, do lado paraense, onde, devido à escassez da matéria-prima nos Municípios do norte do Mato Grosso, já há uma significativa migração lá na região de Novo Progresso etc. etc. para a abertura de novas frentes. Então, essa atividade migratória não permite que o madeireiro fique enraizado num contexto social e econômico local, que se firme como uma referência geradora de impostos, de renda, de emprego no contexto local e possa, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento econômico da região. Então, essa atividade migratória, de alguma maneira, acaba não contribuindo para, vamos dizer, esse desenvolvimento local. É uma questão... Quer dizer, por um lado tem o aspecto legal, mas, por outro, tem o aspecto econômico, pois é óbvio que a atividade madeireira representa um potencial muito grande de geração de emprego e renda nas regiões que mais têm ainda esse



recurso. Em algumas delas, o recurso já acabou, infelizmente, já na Amazônia. Assim como em muitas regiões do Sudeste do País, hoje já existe na Amazônia áreas com escassez relativa de acesso a recurso florestal. Por isso que há migrações internas. De Paragominas, por exemplo, já saíram muitos madeireiros. Hoje, no norte de Mato Grosso já saíram...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Muitos já saíram... *(inaudível.)*

O SR. ROBERTO SMERALDI – Saíram da sua terra, Sr. Relator, com certeza, há muito tempo. Então essa é um pouco a situação. Acho que é extremamente difícil, quer dizer, por um lado, enfrentar a questão meramente com instrumentos de comando e controle, por isso achei relevante a reunião que temos hoje em paralelo da Comissão do Licenciamento Ambiental, que tenta criar alguns instrumentos para facilitar o trabalho de quem investe no manejo para reduzir os custos, inclusive o custo da espera até, muitas vezes, burocrática, as delongas da aprovação de planos de manejo, a grande dificuldade que enfrenta aquele madeireiro que quer realizar atividade legal. Esse custo que não tem o madeireiro que adquire a matéria-prima ilegal acaba colocando quem investe no manejo relativamente fora do mercado, em condições de não poder competir com os demais. Acho que essa é uma questão que liga estrategicamente, por um lado, instrumentos de fomento com instrumentos de comando e controle. Por outro lado, acho que outra lição importante são algumas ações de reformulação nas políticas de fiscalização, controle e monitoramento do órgão federal e, eventualmente, daqueles órgãos estaduais que realizam em parte essas atividades, em alguns casos, com pacto federativo com órgão federal, porque, vamos dizer, concentrar atividade de licenciamento e de fiscalização lá na ponta, às vezes no mesmo órgão, na mesma



peessoa, cria uma grande poder de discricção que muitas vezes se torna, na realidade, uma oportunidade de venda de facilidade. Esse é um elemento extremamente sério, é um elemento que caracteriza grande parte dos escritórios locais do IBAMA na Região Norte. O atual Ministro do Meio Ambiente esteve recentemente em Altamira presenciando, e até teve que, pessoalmente, usar de seu poder de polícia para apreender uma série de instrumentos e de matéria-prima em grande escala que estavam sendo levados com a ATPF gerada pelos escritórios locais do IBAMA para certas serrarias da região. Então quero dizer que essa questão requer realmente algumas mudanças um pouco estruturais na forma que é realizada a fiscalização, a separação da atividade de licenciamento daquela de fiscalização e de controle, quem sabe, corpos de polícia ambiental, quer dizer, uma forma de tornar isso separado e mais transparente e, com certeza, por outro lado, uma diminuição dos processos burocráticos que, muitas vezes, estimulam alguns madeireiros que estão no meio, que não estão nem na ilegalidade total nem na legalidade, a ir mais para o lado da ilegalidade, porque os desestimula a cumprir com suas obrigações. Acho que esse é um quadro um pouco atualizado com base em nossos dados e nossa visão. Estamos à disposição para qualquer aprofundamento que seja necessário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, Dr. Roberto Smeraldi. Gostaria só de alertar... Não sei se está no plenário o advogado do Sr. Nei Carlos Guimarães de Oliveira ou do Sr. Alfred Mark. Não sei se está aqui. Então, quero lhe alertar que aqui o senhor pode ficar sem problema nenhum. Só não vai poder depois entrar em contato até o momento do depoimento. É só um alerta que esta Comissão faz. O Sr. Paulo Fontes, Coordenador Geral de Florestas do IBAMA,



anteriormente convidado, será convocado oportunamente para esta Comissão. Com a palavra, então, o Sr. Relator para suas perguntas ao Sr. Roberto Smeraldi.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Caro Presidente, Dr. Roberto Smeraldi, Presidente da ONG Amigos da Terra, primeiro, é sempre uma alegria poder ouvir a palavra abalizada, moderada mas plena de conhecimento da causa, que é a palavra do Dr. Roberto Smeraldi, hoje já uma referência nacional e internacional no que diz respeito às questões de biodiversidade em geral, mais de madeira, queimadas, enfim. Como Ministro, posso registrar aqui que sempre tivemos uma parceria muito importante, nem sempre um concordando com o que o outro queria, mas sempre discutindo claramente as nossas diferenças e as nossas convergências. Portanto, é muito bom ter a sua palavra aqui. Desde já queríamos que aquele documento citado, que já foi entregue à Relatoria, fosse entregue à Comissão oficialmente, e que nos fossem dadas também oficialmente as sugestões necessárias para que, evidentemente, encontremos caminhos institucionais que possam apontar para uma melhoria no desenvolvimento sustentável, na manutenção da nossa biodiversidade. Quero dizer que compartilho integralmente da idéia de que devemos, cada vez mais, aperfeiçoar instrumentos que motivem o desenvolvimento sustentável, aquilo que nossa Ministra recém-indicada, nossa Senadora Marina Silva, disse ontem, que temos de ter uma postura não só do “não”, mas como fazer; não só dizer não, mas como fazer, e fazer de maneira apropriada. Nós mesmos, na nossa região, já sofremos na pele o que é o desmatamento sem planejamento, o desmatamento que diz respeito ao lucro rápido, o que ele gera. Há trinta anos, vinte e cinco anos, vinte anos, tínhamos uma região que era das mais prósperas do Brasil, a região de Imperatriz, de Açailândia, onde existiam mais de mil madeiras.



Era uma região próspera, atraiu pessoas de toda a Região Nordeste, do Pará. Depois, aquela matéria-prima se acabou e o que restou foi justamente uma legião de pobres, diria mesmo alguns miseráveis, que criaram problemas sociais. E a nossa riqueza ambiental, não só a beleza, a beleza também, mas muito mais do que a beleza, as nossas riquezas, as prováveis potencialidades de desenvolvimento sustentável da região, que incluem a justiça social, foram por água abaixo. Hoje a região busca uma nova vocação. É lógico, tenho absoluta certeza de que a mentalidade mudou muito daquela época para cá, mas ainda há resquícios. É lógico também que para o próprio madeireiro hoje, mais do que nunca, é importante que ele se legalize, que a sua atividade seja perene, que ele possa passar, como qualquer industrial, as suas atividades para suas futuras gerações, para seus filhos, na mesma região, fazendo o manejo adequado. Compartilho disso tudo plenamente. Por isso, também é importante ressaltar aquilo que foi dito: o custo da madeira ilegal hoje é mais barato do que o custo da madeira legal, o que, evidentemente, leva à ilegalidade. Então essa, talvez, seja a pergunta também básica aqui do Relator: o que fazer para inverter essa equação? Esta primeira pergunta é a pergunta base. E eu também já pedi alguns elementos. Quero dizer que também mantenho aquela minha postura que tenho tido desde o começo. Eu acho que a maior contribuição que esta CPI pode dar é dar reforço político à solução dessas questões. Também entendo que não bastam só leis boas. Isso nós já temos até. Temos até leis muito boas, muito avançadas e tudo. Se essas leis são diferentes da realidade. Então, é preciso também que a legislação não seja só punitiva mas que ela aponte também caminhos que devam ser percorridos. Então, era isso, nobre depoente que eu gostaria de contar com a contribuição de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como é praxe nesta Comissão, por tradição, o Deputado Asdrubal Bentes então fará as suas perguntas e, depois, o depoente responderá. Eu solicitei até para que se tomasse nota para não haver esquecimentos e também alertar os Srs. Deputados e a assessoria desta Comissão para o fato de que após esta sessão haverá uma sessão reservada a pedido do Deputado Professor Luizinho. Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, Sr Relator, Dr. Roberto Smeraldi, ouvi atentamente o pronunciamento de V.Sa. e não fiquei estarecido porque convivo com a realidade pessoalmente do sul do Pará. Mas V.Sa. fez uma denúncia da maior gravidade com relação ao custo da madeira. Segundo V.Sa., numa determinada época ela custava um preço xis porque ficava distante e não tinha a presença dos órgãos públicos. E que hoje ela está custando mais ípsilon pela presença dos órgãos públicos. No meu entender, V.Sa. parte do princípio geral de que a maior parte da madeira, explorada no sul do Pará principalmente, provém de áreas proibidas, demandam um preço para o aliciamento, a corrupção, o que inviabiliza, de certa forma, aqueles que querem trabalhar dentro da lei e na forma da lei. Nós temos a alegria hoje de ter em nosso meio um representante de uma entidade da minha região, do meu Estado, do Sindicato dos Madeiros de Marabá e Região, da Associação de Reflorestadores, também de Marabá e região, o companheiro João Correia que está aqui e que vai nos honrar com o seu depoimento lá em Belém, no próximo sábado às 9 horas da manhã, na Assembléia Legislativa. Mas, eu queria saber de V.Sa. se confirma realmente com esse percentual do custo da madeira em função de corrupção dos órgãos públicos



envolvidos. E, por tabela, eu queria fazer uma pergunta ao ex-Ministro, que é nosso atual Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E que não é regimental, Deputado. Não é regimental. Mas, caso — ainda vindo uma pergunta de gabarito de um Deputado como o Deputado Asdrubal Bentes — com certeza que não haja também nenhum tipo de...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Esta é uma Casa política em que se busca a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É mas para que não se abram exceções.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – A experiência do Deputado Zequinha Sarney à frente do Ministério poderá nos servir e trazer subsídios importantes para as conclusões dos nossos trabalhos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não seria melhor marcarmos um dia.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu gostaria apenas, Deputado, *en passant*, de saber se V.Exa. tinha conhecimento da ocorrência denunciada pelo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrubal, terminou suas perguntas?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não, tem mais. Eu queria perguntar também a V.Sa. se conhece algum empreendimento na Amazônia que vise ao seu reflorestamento, à reposição das árvores, e se tem ciência de como esse problema está sendo tratado pelos órgãos do Governo que, no meu entender,



hoje são os maiores responsáveis, aliás, já foram há muito tempo. Volto a bater no desencontre das políticas governamentais, V.Sa. não citou isso, tempo em que o INCRA devastava a região para implantar fazendas. Um desenvolvimento que nos foi imposto, um modelo que não era o que nós queríamos, o que nós desejávamos, que era o próprio para a região. Inclusive a região de Imperatriz, a região de Açailândia, e também o nordeste do Pará, Paragominas, aquela área toda, foi a grande vítima também desse modelo econômico que nos foi imposto há muitos e muitos anos. Mas, então, queria saber se V.Sa. tem conhecimento de algum empreendimento que visa reflorestar a nossa região e quais as dificuldades que eles vêm encontrando, principalmente na esfera governamental. O nosso querido Relator sabe muito bem, porque foi do tempo dele a minuta de um decreto que iria possibilitar o reflorestamento nas áreas de reforma agrária, por exemplo, onde se comete o maior crime. Basta que se veja o seguinte: cada colono tem direito— se não me falha a memória, por instrução normativa do IBAMA — a derrubar três hectares para a sua sobrevivência. Normalmente o colono derruba mais do que isso. Nesses três hectares existe madeira que precisa ser aproveitada. E o que está ocorrendo? Um desencontro entre INCRA e IBAMA não permite que essa madeira seja racionalmente aproveitada e, com isso, gerando riquezas para o Estado, o Município, para o próprio colono que melhoraria as suas condições de vida. Então, eu gostaria de saber se V.Sa. tem ciência desses fatos e o que sugere porque nós já estamos cansados. Olha, ali em Marabá tem um bairro chamado Canela Fina. Eu estou ficando já não é de canela fina, é de canela seca, de andar para o IBAMA e para o Ministério do Meio Ambiente em busca de uma solução para esse problema. Porque nós queremos plantar. A nossa região quer repor a espécie, porque vai



precisar dessa matéria-prima para sempre e não apenas agora. E, infelizmente, encontra os maiores obstáculos nos órgãos ambientais do Governo Federal e do Governo Estadual que não assume a sua posição dentro da política ambiental. Eram as perguntas que eu tinha a fazer. Mais que perguntas, foram colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Obrigado, Deputado Asdrubal Bentes. Eu gostaria até de avançar, convidar toda a Comissão para homenageá-lo na sexta-feira, quando V.Exa. receberá uma homenagem no Tribunal de Contas do Estado do Pará. Como estaremos por perto, pelo menos um abraço levaremos ao Deputado e à sua família, porque nada mais do que merecido é uma homenagem a V.Exa. pelo trabalho que vem realizando há tantos e tantos anos por aquele Estado, por aquele povo que realmente necessita de Deputados como V.Exa. Sem comentários.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – V.Exas., esta homenagem é fruto mais da bondade e da benevolência dos meus companheiros de Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, onde convivemos por mais de 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vamos acreditar que é boa vontade deles e benevolência. Vamos acreditar.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu quero dar, desde logo, o horário. É às 11 horas no Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Estaremos lá, com certeza, pelo menos para levar o abraço dos Deputados desta Comissão a V.Exa. e à sua família. Antes de passar a palavra ao Sr. Roberto Smeraldi, eu gostaria que ficasse claro nesta Comissão que não admitirei perguntas de Deputados para Deputados,



em hipótese nenhuma. Se houver necessidade de Deputado fazer pergunta a Deputado, que faça um requerimento que será, com certeza, aprovado pelo Plenário desta Comissão. Deixo à vontade o Deputado Sarney Filho, se quiser responder, responder. Mas não posso abrir mão e não abrirei mão do Regimento Interno destas Comissões. Apesar da amizade, da bondade e da benevolência que eu tenho com o Deputado Asdrubal Bentes e S.Exa. tem comigo. Então, Sr. Depoente, Dr. Roberto Smeraldi, o senhor tem perguntas do Relator, Deputado Sarney Filho e do Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar responder a pergunta do Deputado Sarney Filho. É um desafio de porte. O que fazer para reverter esse desequilíbrio de preço...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Meu caro depoente, não necessariamente essa resposta precisa ser dada agora. Pode, depois, ser mandada por escrito, lógico.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Não, com certeza mantemo-nos à disposição para fazer os encaminhamentos por escrito que possam eventualmente subsidiar os trabalhos da Comissão. O que eu posso apenas dizer aqui é que reverter esse desequilíbrio de preço que inviabiliza atividades econômicas desejáveis e geradoras de emprego e renda é algo que precisa ser enfrentado não apenas com uma ação mas com um leque de ações, tanto na própria área do fomento, porque, por exemplo, nós hoje até tivemos, Sr. Presidente, este ano pela primeira vez, o BNDES financiando um investimento florestal na Amazônia, no caso no Estado do Mato Grosso, a empresa Guabirá. O BASA — estive ontem com o Presidente do BASA — ainda não conseguiu realizar um sequer investimento na área florestal. Ou seja, nós



precisamos reorientar instrumentos dos quais nós dispomos. A ADA, que tem uma dotação orçamentária, ainda não está instrumentalizada, mas ela, vamos dizer, em sua estrutura ainda não tem uma possibilidade de atender o setor madeireiro. Por quê? Por uma série de razões. Por exemplo, dificuldade de aval perante as instituições de créditos, terra. A precariedade da situação fundiária e dos títulos da madeira faz com que as instituições financeiras, por exemplo, não aceitem terras como aval. Então, você tem um círculo vicioso de dificuldade que torna a atividade madeireira marginalizada, com pouco acesso. Os índices até de Imposto Territorial Rural da reserva legal são desfavoráveis para quem mantém a cobertura florestal ainda em relação à conversão para a pastagem. Então, eu quero dizer, são apenas exemplos, nós temos um contexto de políticas públicas desfavoráveis à sustentabilidade econômica da atividade de manejo florestal sustentável. Então, nós temos que enfrentar isso com um conjunto de ações que teremos o prazer de detalhar de forma melhor, a pedido do Sr. Relator. Mas isso era só para esclarecer que a questão não está apenas naquilo que é mais, talvez, óbvio e conhecido, que é uma melhora, uma intensificação de certas atividades de controle e fiscalização, de maneira, vamos dizer, a aumentar o custo da ilegalidade. Isso é uma questão bastante óbvia e conhecida. Mas ela, em si, não pode, sem medidas positivas em paralelo, resolver essa questão do desequilíbrio de preço. Aí as duas perguntas do Deputado Asdrubal Bentes. Primeiro, se nós confirmamos que há esse aumento relativo do custo da madeira devido a pagamentos de propinas. Nós confirmamos. Isso está nos documentos que nós entregamos à Comissão e vamos entregar mais uma cópia para o senhor. Mas o objeto da nossa atividade é mais estudar o fenômeno do que denunciar casos específicos. Quer dizer, nós utilizamos inclusive



fontes de informação que são do próprio setor, que são de pessoas da região que operam nesse setor e que podem ter dados específicos. Alguns deles estão relatados como exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Roberto, percentualmente pelo menos, assim, como é um ambiente de pesquisa, é um ambiente estatístico, de resposta estatística. A instituição do senhor sabe o que esse comércio ilegal de ATPF representa de corrupção, estatisticamente, no custo total do investimento? Acho que sim, não é?

O SR. ROBERTO SMERALDI – Sim, chega aos 50%, em alguns casos. Agora,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pode continuar.

O SR. ROBERTO SMERALDI – ... a segunda questão colocada pelo Deputado Asdrubal Bentes é extremamente interessante: quer dizer, a questão do reflorestamento, tanto, vamos dizer, para fins de recuperação de áreas degradadas quanto alteradas, não é, e que foi inclusive objeto de medidas de quando o Deputado Sarney Filho era Ministro e também como solução para colonos etc., etc. Bom, nós inclusive conhecemos diretamente o exemplo que o Deputado mencionou, o do tio João, representante do sindicato de Marabá aqui presente. É uma experiência alentadora, é uma experiência que representa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Roberto, de novo, estou sendo indelicado, pois já o interrompi muitas vezes. Solicito aos Deputados que assinaram a lista de presença que se dirijam um a um à urna para a eleição do 3º Vice-Presidente, indicado pela Liderança do PPB, Deputado Augusto Nardes, sem prejuízo do trabalho de exposição e de perguntas.



O SR. ROBERTO SMERALDI – Só para concluir. É uma experiência, com certeza, alentadora. Não há muitas, infelizmente ainda. Não há, eu diria, em número e em escala suficientes para atender às próprias exigências do setor madeireiro. Temos casos em alguns Estados, eu estava checando alguns preços nestes últimos dias de mudas no Estado do Acre. É um absurdo a falta total de disponibilidade de mudas tanto para atividades de plantio quanto para atividades de enriquecimento florestal para fins de manejo. Em alguns Estados realmente há carência, em outros Estados há quase ausência desse planejamento. E Por quê? Porque se trata na realidade de montar atividades econômicas, não é? Há um mercado e potenciais usuários na região; porém também carecem daquele estímulo, daquele apoio das instituições de crédito e de fomento que seria necessário para se firmar como atividade econômica. Mesmo numa atividade de viveiro desse tipo, são necessários alguns anos, vamos dizer, na frente, antes de dar um retorno aos investidores. E muitas vezes, a impossibilidade de apostar em uma atividade de médio prazo faz com que as pessoas invistam em atividades mais imediatistas, de retorno imediato em nível de safra e não em nível de investimento para o plantio, o manejo e uma, vamos dizer, inserção desse empreendimento no território. Então eu acho que mais uma vez, as dificuldades que dizem respeito ao reflorestamento são semelhantes às que dizem respeito ao manejo florestal como um todo. Ou seja, por um lado há o aspecto burocrático, e, por outro lado, há delongas etc., etc. da burocracia, o nível de exigências e, por outro lado, o que não tem para quem desmata. Quer dizer, quem desmata não enfrenta todas as dificuldades que enfrenta quem quer fazer remanejamento florestal. E por outro lado, há falta de instrumentos de fomento que



realmente sinalizem ao setor que há uma oportunidade econômica interessante de geração de emprego e renda na região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado então ao Sr. Roberto Smeraldi. Para sua réplica, assegurada regimentalmente...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não, não é uma réplica. É apenas para dizer a ele que, além do que ele citou, há também a carência de instrumentos legais. Hoje todos os projetos de reflorestamento estão paralisados porque falta um decreto ou uma instrução normativa compatível com a legislação. E isso vem se arrastando já há anos.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Eu me referi a isso quando falava da ...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Da burocracia.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Da burocracia que, vamos dizer...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Roberto, o senhor tem um compromisso com esta Comissão de encaminhar da forma mais ampla possível todos esses seus dados estatísticos — estarrecedores alguns — dessa questão dos 50% da madeira explorada no Brasil, que vem de forma irregular e dentro da irregularidade. Esse talvez seja um dos pontos que esta Comissão vai precisar avançar além da questão do manejo. Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Eu só gostaria, Sr. Presidente, antes de encerrar o depoimento do Dr. Smeraldi, deixar mais uma pergunta, Dr. Smeraldi, que eu acho importante. O senhor está indo agora participar de uma reunião de um grupo criado por uma instrução normativa do Ministério do Meio Ambiente. Esse grupo tem representantes de todos os segmentos envolvidos na questão madeireira.



O SR. ROBERTO SMERALDI – Sim.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Ele já elaborou propostas de instruções normativas que foram altamente elogiadas por quase todos os setores. Já que também ele expressou uma imensa maioria, que incluía desde a classe madeireira, passando pelos seringueiros, passando pelos pequenos proprietários, passando pela Federação da Indústria. Enfim, eu pergunto ao senhor, porque é muito importante isso para o nosso relatório, porque nós queremos dar um apoio político a essa questão: por que, na realidade, até hoje — e essa pergunta deve vir por escrito, porque não vamos ter mais tempo — essas regras, amplamente discutidas e amplamente aceitas não foram implementadas. Esta é uma pergunta básica. Será que as divergências são entre os órgãos do próprio Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA ou existem outros organismos envolvidos nisso, como Estados e Prefeituras? Então eu queria que V.Sa., baseado nessa pergunta, mandasse esses esclarecimentos para a Comissão para dar suporte ao nosso relatório.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Sr. Relator, em geral trata-se principalmente de problemas relacionados ao IBAMA e ao seu relacionamento com o Ministério, não exclusivamente, mas em grande parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ao Sr. Smeraldi, agradeço a presença...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Por último, Sr. Presidente, só para ficar registrado. Estamos gravando esta sessão, então ficaria muito chato, mesmo não sendo regimental, eu ter recebido uma pergunta do Deputado Asdrubal Bentes e não respondê-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não é regimental.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas eu faço absoluta questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para fins de gravação, vou deixar registrado que esta é a última vez que um Deputado faz uma pergunta, mesmo sendo a mais sutil e inocente possível, para outro em uma sessão. O Regimento Interno não permite. Então, V.Exa. fique à vontade para fazê-lo, mas não permitirei mais que o faça.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, durante a minha gestão no Ministério do Meio Ambiente, todas as denúncias feitas foram mandadas apurar. Só na Amazônia, só no Estado do Pará, por exemplo, nós instauramos mais de doze inquéritos, substituímos mais de dois superintendentes. Tenho certeza de que hoje se em toda a Amazônia e em todo o Brasil a moralização do IBAMA não se deu de maneira completa, porque é impossível, em todos os segmentos existem pessoas honestas e desonestas, mas que hoje há um diferencial muito importante dentro do IBAMA no que diz respeito às condutas. Sempre valorizamos o funcionário do IBAMA honesto e sempre fomos muito em cima da desonestidade. Nunca nenhuma denúncia deixou de ser apurada com todo rigor e com toda a liberdade. Como Ministro, jamais avoquei qualquer processo que regimentalmente, legalmente me era facultado para abonar qualquer multa ou para impedir qualquer procedimento legal. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esclarecendo novamente que esta é a última vez que a Presidência vai ser condescendente nesse aspecto. Agradeço ao Sr. Roberto Smeraldi. Sr. Roberto, o senhor pode, com certeza, voltar a ser convidado ou convocado para seus esclarecimentos, e mais esclarecimentos. A Comissão precisa ajudar o Brasil e está tentando fazer isso nesses aspectos que



não parecem, mas são importantes, como o senhor mesmo colocou em seus dados estatísticos, para que haja pelo menos essa possibilidade. Se nós conseguirmos mensurar esses mercados de madeira que existem hoje no Brasil, se conseguirmos dar instrumentos — e a Comissão tem esse privilégio e essa obrigação de oferecer à Mesa da Câmara — para que políticas de fomento e de implantação, na realidade, de agronegócios, especificamente na questão da exploração de madeira, se conseguirmos isso, já valeu a pena. Agradeço-lhe bastante a generosidade de sua presença e também da resposta que mandará por escrito. Solicito o assento à Mesa do Sr. Hévio Luiz Couvre, Analista Ambiental do IBAMA da Bahia, e do Sr. Luciano de Menezes de Evaristo, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, que tomem assento, por favor à minha esquerda. Para atender às formalidades legais, foi firmado pelos depoentes termo de compromisso que entrego e formulários de qualificação, de cujo teor faço a leitura. *"Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado."* Os senhores foram convidados e convocados para estarem aqui por alguns requerimentos votados por esta Comissão que os senhores receberam junto com a comunicação desta Comissão para que aqui viessem, aqui estivessem. Inicialmente, vamos nos ater às palavras do Sr. Hévio Luiz Couvre, Analista Ambiental do IBAMA da Bahia, que terá vinte minutos para sua exposição inicial, dentro do que está escrito no seu requerimento, e depois do Sr. Luciano... Seu sobrenome, Dr. Luciano...

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Menezes Evaristo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Menezes Evaristo. Sr. Hévio, por favor, o senhor tem vinte minutos. O senhor tem de apertar, só uma vez, de leve.



O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE – Boa tarde, estou na condição de testemunha sobre fatos pertinentes a esta Comissão. Gostaria de dar o testemunho desses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito bem, Dr. Luciano. Corretíssimo, Dr. Hévio. Esta Presidência ficou branqueada, como se diz. Então Dr. Luciano... Quero esclarecer a esta Comissão que o Dr. Luciano solicitou a presença do Presidente desta CPI na semana retrasada para acompanhar um depoimento de uma apreensão naquele momento, até então, recorde de pau-brasil na Bahia. Estive com ele. E eu gostaria de solicitar à Secretaria também um microfone sem fio, como nós sempre pedimos. O Dr. Luciano então nos solicitou a presença. Acompanhamos o depoimento, e depois o depoimento do Sr. Marcos... Alfred Mark, na Polícia Federal. Então, Dr. Luciano, se o senhor pudesse descrever como foi a operação, como se chegou a esse fato e às irregularidades vistas pelo IBAMA dentro da sua diretoria, o senhor tem vinte minutos para isso.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, público presente. Se me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de abrir um pequeno parêntese aqui, para reforçar o que o nosso Relator falou da questão do combate à corrupção na sua gestão, no ano passado, porque eu mesmo participei de comissão de processo administrativo disciplinar onde nós indicamos nove funcionários do IBAMA por corrupção. O que ocorre na realidade — e por estar nesta Casa eu acho que a gente tem é que falar — é que a lei do processo administrativo disciplinar em nada ajuda a punir os corruptos de qualquer instituição, de qualquer lugar. Para os senhores terem uma idéia, quando a gente vai fazer uma diligência para apurar uma prova contra esse servidor corrupto, a gente é obrigado a



avisá-lo, a dizer a ele aonde a gente vai, o que a gente vai buscar, e levar ele do lado. Quer dizer, quando você chega lá, não tem mais a prova que você precisa para punir o funcionário. Eu só queria lembrar e fazer justiça à colocação do Relator. Bom, Sr. Presidente, com relação à questão do pau-brasil, desde o último ano da gestão do Sr. Relator aqui como Ministro do Meio Ambiente que nós viemos fazendo um trabalho de levantamento de um mercado ilegal de pau-brasil, de um comércio ilegal de pau-brasil no sul da Bahia. Este ano, nós incentivamos mais o nosso trabalho investigativo e sigiloso, para tentarmos apurar e clarificar a questão desse mercado ilegal. Bom, aconteceu que, depois de várias investigações, nós descobrimos em São João do Paraíso, no sul da Bahia, uma serraria que tinha em seu depósito cerca de 30 toneladas de pau-brasil. O pau-brasil, como todos sabem, é uma madeira proibida, imune de corte, proibida por resoluções do CONAMA, portaria IBAMA, espécie ameaçada de extinção, enfim, um símbolo para este País. Bom, esse senhor, ele tinha na sua serraria 30 toneladas de pau-brasil. Bom, imediatamente, com o levantamento de que esse carregamento estava lá, nós mandamos a fiscalização do IBAMA. Chegamos lá, constatamos o crime, e foi apresentada uma documentação para o IBAMA de que esta madeira estaria escorada, estaria amparada por autorizações do IBAMA, por autorizações, por laudos de vistoria feitos pelo meu colega do IBAMA o engenheiro Hévio e por autorizações de transporte de produtos florestais indicando que ele teria autorização para transportar tocos e raízes. E o que a gente viu lá — já entregamos à Comissão um relatório completo, as fotos comprovam muito bem — é que não se trata nada de tocos e raízes, são toras que são cortadas no tamanho já preestabelecido para se fazerem arcos de violino para exportação. No caso aqui do Sr. Alfred, tem mais um



agravante. Em primeiro lugar, é um cidadão americano que não tem visto permanente neste País, exercendo atividade comercial de comprador de madeira irregular em toda a região ali do sul da Bahia. Em segundo lugar, a serraria do Sr. Alfred não tem registro na junta comercial. Ela é ilegal, ela é clandestina. Ela não tem registro no IBAMA, então ela não pode operar com nenhum produto florestal, e, nesse caso, ela foi lacrada, a serraria foi lacrada, toda a madeira foi apreendida e a documentação também, toda, foi apreendida. Além do mais, essa serraria tinha quatorze funcionários que não tinham qualquer vínculo com a legislação trabalhista. Ninguém tinha carteira assinada, todo mundo trabalhando ilegalmente lá na serraria. Bom, em vista disso, o IBAMA apreendeu a madeira, aplicou a multa correspondente, fez a denúncia-crime para o Ministério Público, conforme manda a legislação. Em seguida, o Sr. Alfred nos procurou e pediu uma reunião conosco. Vários empresários começaram a ligar para o IBAMA, todo mundo preocupado com essa questão do pau-brasil, e o Sr. Alfred ligou querendo uma reunião conosco. Perfeitamente. Confirmei a reunião e convidei o Presidente da CPI para me acompanhar nessa reunião, visto que momento feliz essa CPI ter entrado em funcionamento justamente no momento em que a gente começa a fazer a repressão verdadeira em cima do tráfico do pau-brasil, quer dizer, pegar todo os levantamentos que foram feitos e começar a aplicar a lei, a apreender os produtos e a punir os responsáveis. Na presença do Sr. Presidente da Comissão, no nosso gabinete, o Sr. Alfred Mark confessou todos os seus crimes, né? O que eu posso elencar aqui, além dessa serraria irregular, da madeira não compatível com as licenças do IBAMA, é que ele confessou também que a madeira não vinha da fazenda pela qual ela estava autorizada a vir. Enfim, ele confessou o contrabando da madeira. Ele manda essa



madeira para o exterior, né?, via aérea, como pessoa física, sem qualquer autorização do órgão ambiental. Isso é contrabando, isso é crime. Em função disso...

(Intervenção inaudível.)

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO - Ah, sim, só lembrando também que esse cidadão americano, ele tem uma firma nos Estados Unidos, né?, chamada Wood Exotic Savage. Ele tem essa firma nos Estados Unidos, onde ele pega essa madeira no Brasil, manda como pessoa física, essa madeira é recebida nessa firma dele lá nos Estados Unidos, e dali ele vende para os setores que industrializam a madeira para fabricação de peças de instrumentos musicais, tipo braços de guitarra, arcos de violino. Esse senhor compra o pau-brasil *in natura* a 1 real o quilo. Essa madeira chega nos Estados Unidos... Pelas próprias declarações desse senhor, essa madeira chega a alcançar 48 dólares o quilo. Quer dizer, além de toda essa ilegalidade, de todos esses crimes, quer dizer, o comércio dessa madeira não deixa nada dentro do País, não deixa um indício de desenvolvimento para este País. Paga uma miséria àquele que corta e que devasta a floresta e vai lá gerar emprego lá nos Estados Unidos. Bom, com base em todas essas irregularidades, esses crimes que foram até confessados ao próprio Presidente da Comissão, ele recebeu voz de prisão dentro da minha sala e foi encaminhado à Polícia Federal para as providências pertinentes. A Polícia Federal colheu o depoimento do Sr. Alfred Mark, resolveu por bem dispensá-lo após o depoimento e fez um pedido de prisão preventiva desse cidadão à Justiça Federal. Foi aí que a gente começou a, efetivamente, combater o tráfico do pau-brasil. Depois dessa questão do Sr. Alfred, também fizemos mais uma apreensão, na mesma região, de cerca de 40 mil quilos, 40 toneladas de pau-brasil, na mesma região. E a coisa agora vem se desdobrando.



Outros empresários estão aparecendo, e todos os relatórios — eu não quero entrar em detalhes sobre o que a gente está fazendo e está investigando —, todos os relatórios foram entregues à Comissão para a gente poder assegurar que as investigações tenham sucesso e que os outros maus empresários que estejam descumprindo a lei, eles também sejam punidos, os produtos apreendidos. Enfim, a gente faça com que cesse essa devastação do pau-brasil na Mata Atlântica, porque é uma madeira ameaçada de extinção, e é o nosso dever cuidar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado ao Sr. Luciano de Menezes Evaristo pelo seu depoimento. Antes de passar ao Relator, eu só gostaria de fazer, pela sua experiência... O Sr. Alfred trata-se de um pequeno, de um grande ou de um imenso contrabandista de pau-brasil? Na sua experiência.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Na minha experiência, ele é um dos maiores contrabandistas. Ele faz parte de uma quadrilha internacional de contrabando de pau-brasil. Ele é, realmente, um dos grandes pesos-pesados do tráfico dessa madeira nobre lá no sul da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado. Então passamos às perguntas do Sr. Relator, o Deputado Sarney Filho. Deputado, sempre nós vamos fazer, como é tradição neste primeiro momento... Como nós temos uma testemunha e um convocado, vamos iniciar com o convocado. Os Deputados farão perguntas ao Dr. Luciano, aí sim nós dirigiremos as nossas perguntas à testemunha. Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Muito obrigado, Presidente. Dr. Luciano, Sr. Hévio Luiz Couvre, é lamentável, realmente, que a gente possa testemunhar o que vem ocorrendo no sul da Bahia. Eu conheço a problemática



daquela região, sempre me preocupei muito com aquela região. É uma das regiões a que, como Ministro, eu mas me dediquei. Fizemos seminários, reunimos ONGs, por último tentamos fazer um grupo de trabalho envolvendo a classe produtora, envolvendo o IBAMA, envolvendo as ONGs. Até que chegamos a nos aproximar de um entendimento, que, infelizmente, não sei se teve solução de continuidade ou não após a minha saída. É lamentável, porque aquela região, justamente a região onde o Brasil foi descoberto, ela hoje não tem mais do que 3% de Mata Atlântica. E a grande parcela dessa vegetação, ela se encontra hoje protegida, ou em parques ou em reservas RPPNs, o que torna ainda mais triste essa contravenção, porque, se há essa quantidade enorme de madeira, certamente essa madeira saiu — já é ilegal você tirar de qualquer lugar da floresta — de alguma área protegida, ou parte dela. Isso aí, não tenha dúvida de que isso tenha ocorrido. E, provavelmente, também outros atores estão envolvidos, aquelas invasões de parque e tudo. Bem, nós podemos começar a puxar o fio da meada nessa questão. Também naquela época em que eu vistoriei pessoalmente inúmeras madeiras, tinha também nas bordas do parque, se não me engano do Parque Pau-Brasil mesmo, carvoeiras funcionando na borda do parque. Nós conseguimos derrubar aquelas carvoeiras ali e tudo. Tentamos, evidentemente, de todas as formas encontrar uma maneira de coibir aquele abuso e também de dar viabilidade, uma sustentabilidade para as regiões mais pobres, para as pessoas mais pobres, que realmente são as que mais sofrem, que são as que, na realidade, são instrumentos dessa irregularidade e não tiram vantagem nenhuma disso. Então, registrado isso, eu acho que, na realidade, muita coisa fica no ar. Então, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte. Dr. Luciano, é lógico que, para ser exportador de madeira, e o relatório já aponta



várias fases disso, é preciso que essa madeira saia do País, e ela tem que passar pelos portos do País. Então, o IBAMA tem conhecimento do roteiro da exportação dessas madeiras, qual o porto utilizado com maior frequência? Aí no caso, Sr. Presidente, eu acho que deveríamos também, depois, buscar esse pessoal do porto. Como é que se dá essa autorização para a exportação dessa madeira ilegal?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Mas a madeira, dificilmente ela sai pelo aeroporto. Nesse caso também, o Presidente aqui me explica que vai até por avião, já que são pequenas toras. Têm que ser largas, mas podem ser pequenas, não é isso?

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO - Eles serram as toras. Eles serram e acondicionam e...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Então por avião também. Quais os locais de exportação? Vamos tentar detectar isso.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Já estão detectados.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Já estão detectados. Gostaria de saber também, Dr. Luciano, se o Sr. Hévio Luiz Couvre, se ele já respondeu, se o senhor tem conhecimento se ele respondeu a algum processo administrativo interno do IBAMA, ou se responde. Gostaria de saber também, gostaríamos de ter acesso também ao resultado dos inquéritos administrativos que foram instaurados naquela região em fins do ano passado. Inclusive foi um técnico deslocado de outro local, porque a irregularidade era muito grande em toda aquela região, não é? Evidentemente, já temos cópia de todo o processo. Eram essas as perguntas básicas ao Dr. Luciano de Menezes que nós gostaríamos de fazer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aqui acrescento também a questão de toco e raiz. O que é isso, toco e raiz? Tem muita gente que não é do *metier* e, com certeza, não sabe. Como é que se chega ao toco e à raiz? Porque a autorização da ATPF, como o senhor falou, era para toco e raiz. Só acrescentando aqui, com a sua permissão. Deputado Asdrubal Bentes, para as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Vou direto às perguntas, já que não sobra a menor dúvida para a matéria explanada pelo Dr. Luciano. Gostaria de saber quais as providências preventivas adotadas pelo IBAMA para impedir a extração do pau-brasil. E se V.Sa. tem condições de nos dizer qual o percentual de pau-brasil ainda existente no Brasil, digamos assim uma estimativa do que existe ainda de pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do que existia e do que existe agora.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – São essas as suas perguntas, Deputado?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – São as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Privilegiado pelo art. 50, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para as suas perguntas, o Deputado Francistônio Pinto.

O SR. DEPUTADO FRANCISTÔNIO PINTO – Sr. Presidente, Sr. Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seja bem-vindo e obrigado por estar aqui participando. Com certeza o senhor poderá intervir em todas as partes do nosso...



O SR. DEPUTADO FRANCISTÔNIO PINTO – Eu não poderia deixar de estar aqui, porque, na verdade, eu sou representante daquela região ali do extremo sul da Bahia. Eu fui eleito ali em Porto Seguro e em toda aquela região de Itabuna. Meu voto ali foi um voto regional. Sou testemunha do grande trabalho que o Ministro Sarney fez naquela região, junto com todos os órgãos de proteção ambiental, tanto Prefeitura quanto... E não foi só a Prefeitura de Porto Seguro, foram todas as Prefeituras, de Eunápolis, de Itabela, de Santa Cruz Cabrália. Foi um trabalho... Quero deixar registrado, colega Ministro, que o senhor sempre será o nosso Ministro. Naquela região ali, o senhor fez um grande trabalho e deu um avanço muito grande. Porque, na verdade, Dr. Luciano, o IBAMA lá teve duas épocas, duas fases: uma antes do Ministro Sarney e outra depois dele. Porque houve assim um trabalho de divulgação, um trabalho assim muito efetivo e também simpático com todos os madeireiros. A força das madeireiras lá é grande, e eu sei que ele conseguiu amenizar. E na verdade hoje as serrarias lá já não existem mais. Isso foi um grande avanço que nós tivemos lá naqueles dois parques. Os dois parques lá estão bem trabalhados, estão protegidos. Nós estamos assim muito animados. Ficamos muito contentes, porque, na verdade, foi assim um avanço grande que nós tivemos no sul da Bahia. Eu queria, Dr. Luciano, aproveitar e fazer uma pergunta para o senhor. O escritório do IBAMA de Eunápolis, que tem um escritório local... Teixeira de Freitas, que é distante 250 km, tem outro escritório, mas me parece que lá o escritório ficou sem ninguém, ou tem um rapaz lá, que é político. Houve muitas queixas. Se tem tido alguma fiscalização em cima desse escritório de Teixeira de Freitas, ou se ele foi ativado ou foi desativado, porque foi indicado por um político que não tem nada a ver, que não entende de madeira, que não é de lá. Eu queria só



que o senhor me informasse sobre esse escritório de Teixeira de Freitas, na minha terra. Era só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado. O Dr. Luciano responderá tão logo terminem as suas perguntas. E parabéns pelo eleitorado que o senhor tem, que nos trata muito bem quando vamos lá. Pena que, por conta do preço, poucas vezes vamos. Mas, quando vamos, nossa!, o pessoal de Porto Seguro e daquela região nos recebe maravilhosamente bem. Deputado Ricarte de Freitas, para as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Luciano, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA. Eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar a fala anterior do Deputado Asdrubal Bentes, até para começar exatamente na questão levantada, e sem, até porque há já uma decisão da Presidência de que não se interpela Deputado, e eu acho perfeitamente justo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É regimental, não é?

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS - E não tem aqui nenhuma, até porque o Deputado Sarney, enquanto Ministro, foi sempre uma pessoa que nos recebeu com bastante interesse, na busca do entendimento. Mas eu quero lembrar que infelizmente existe uma dificuldade nessa relação IBAMA e Ministério do Meio Ambiente. Isso é claro e evidente nas ações. As ações saídas do Ministério para o IBAMA têm dificuldade de cumprimento, e a própria burocracia e a própria estrutura do órgão... O Dr. Luciano sabe perfeitamente do que eu falo, até porque não é o nosso primeiro encontro, muito pelo contrário, é uma das pessoas com quem eu tenho tido um estreito relacionamento ao longo deste mandato. A dificuldade que existe na decisão tomada, até que ela chegue na ponta. Vou citar aqui, Presidente,



alguns casos da minha região. Embora a fala dele aqui tenha se prendido à questão do pau-brasil, eu não poderia, Deputado Asdrubal, deixar de colocar com clareza as dificuldades que acontecem inclusive no meu Mato Grosso e na Amazônia como um todo. Por exemplo, denúncias levantadas pelo próprio IBAMA, solicitação da gerência executiva para substituição de funcionário, determinação do Presidente para que fosse substituído, e ela não acontece. O próprio IBAMA levanta, apura a denúncia de corrupção — e o Dr. Luciano sabe do que eu falo —, o Presidente determina a saída, o recolhimento, e há uma falta de vontade política como um todo no sentido de tomar as providências para resolver problemas de denúncias. Porque a dificuldade que se alega é que funcionário, que servidor não pode ser transferido, esquecendo-se inclusive da questão da disponibilidade. E às vezes a saída tem sido a transferência. Ou seja, se detecta efetivamente o caso de corrupção e simplesmente transferem-no, para que possa continuar corrupto em outro lugar. Então, eu acho que essa questão... O IBAMA, como órgão executor de política ambiental, eu acho que evoluiu muito, e posso dizer porque acompanhei muito de perto, tem sido a minha atuação ao longo destes quatro anos. Tive oportunidade, Sr. Presidente, de, numa gestão junto ao órgão, junto ao Ministério, estabelecer um projeto piloto na Amazônia, que começou com a Gerência Executiva de Sinop, da descentralização, que culminou com a descentralização no Estado, passando de uma regional para quatro gerências no Estado. Mas, infelizmente, cria-se a gerência, e o próprio órgão não tem condição de estruturá-la. Estabelecem-se regras, e o órgão não tem condição de cumpri-las. Vou dar exemplo de uma instrução normativa do próprio órgão — instrução normativa —, assinada em ato oficial no Município de Sinop pelo ex-Presidente Hamilton Casara, onde os projetos de manejo, assim que



fossem protocolizados no órgão, se não analisados no prazo de sessenta dias e não houvesse nenhuma razão por escrito, definida, para impedi-lo, para negar o seu atendimento, o órgão deveria fornecer as ATPFs em cima daquele projeto, dispensando, aí no caso, a vistoria prévia, assegurando o funcionamento do setor madeireiro. Quero dizer para o senhor, Presidente, que em Mato Grosso a gente sempre diz que não são só 90, são mais de 90% das madeireiras na ilegalidade. E acredito que isso se estende para toda a Amazônia. Acho que dificilmente vamos encontrar uma. Mas não é verdade que essa ilegalidade também seja a vontade da maioria do setor madeireiro. Há muitos e muitos que têm a vontade de se regularizar, e infelizmente não conseguem, pela própria falta de estrutura, pelo desentendimento, pelos acordos feitos. Aquilo que se estabelece como instrução normativa, como acordo, não vale, não se cumpre. Então eu vejo aqui — e me preocupa quando eu vejo aqui um levantamento como essa questão do pau-brasil, já fico imaginando no meu Estado a questão do mogno, que também tem sido objeto de tantas e tantas denúncias — que, se, infelizmente, não houver, não se voltar — e eu acho que esta CPI é um grande instrumento para isso — no sentido de estabelecer critérios e de que chegue ao conhecimento de quem vai estabelecer essa política de execução, se não houver uma estruturação, dificilmente nós vamos poder chegar na ponta, porque realmente é um descalabro. O que se vê é um descalabro. Você tem um órgão que não pode estabelecer, pelo menos não pode — tem vontade por parte de alguns, mas não consegue chegar na ponta. A Gerência de Juína, que foi implantada como uma grande esperança, que deu todos os problemas que deu, continua lá sem ter um procurador. Isso já foi prometido, falado, e os projetos — isso há um ano, Deputado Asdrubal —, e os projetos continuam



sem sair. O Município de Colniza, por exemplo, aqueles que vendem para uma questão de reflorestamento. Eu reclamei ao Dr. Luciano há algum tempo. Pedidos de fornecimentos de ATPF para empresas madeireiras que tenham na reflorestadora já o pedido protocolizado no IBAMA estão há seis meses sem... sem análise. Não é que está irregular não, é que não são analisados. Além da má vontade, porque você tem a diferença de salário do servidor, a briga daquele que é contratado pelo PNUD, daquele que é de carreira. E daí foi a grande briga, no sentido de se poder inclusive brigar pelo concurso, que traria mais gente, que faria a melhoria desse atendimento. Então... Pois não, Deputado Asdrubal, se me permitir o Presidente.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O senhor falou em ATPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrubal...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Só para um esclarecimento ao companheiro. É que ele falou em ATPF. Me parece que agora recentemente o IBAMA mudou o sistema.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sistema de barras, selo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Selo.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Diversos selos. Eu espero que o selo, quem sabe... Mas, se nós não estamos conseguindo botar procurador, como é que vai ter gente para fornecer selo? Se não tem ATPF para ser entregue, e essa comercialização de ATPF é um negócio claro e evidente, todo mundo sabe... Quer dizer, a declaração do Dr. Roberto Smeraldi aqui não supre... Pode ter até, porque a sua região não é uma região, Deputado, que efetivamente tem esse fator econômico como um dos fortes do seu segmento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas me espantou, realmente me espantou.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Mas sem dúvida esta é uma questão, porque, se você não tem estrutura para poder botar na legalidade, como é que o cara que está lá com a serraria, com duzentos operários, com cem, com cinquenta, não pode tirar madeira do mato, porque o IBAMA não lhe dá pelo menos o visto no seu projeto? E, se não dá, não pode fornecer a ATPF. E, se não pode fornecer a ATPF, ele não tira. Então ele vai lá, pega dentro da sua área e tira, e vai estar irregular. E isso vai continuar acontecendo. Eu acho espetacular essa iniciativa do Ministro José Carlos Carvalho, junto com a direção do IBAMA, dos selos, dos diferentes selos na questão do controle, mas acho que ainda existem algumas necessidades estruturais de tamanha importância para que a gente possa chegar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – As suas perguntas, Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Então, eu gostaria de perguntar ao Dr. Luciano se, em função dessa questão levantada na questão do pau-brasil, do mogno...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pau-brasil.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – É o que eu abordei aqui, quer dizer, com similaridades na questão de outras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, é também a pergunta do mogno.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Nessa questão de ilegalidades encontradas, aferidas e constatadas pelo órgão. Quer dizer, quais os resultados a



que se chegou até hoje? De que forma se chegou a algum resultado, no sentido de que isso tenha efetivamente mudado para melhor? Porque, das ações todas feitas, da boa vontade das reuniões com a direção do IBAMA e com o setor organizado, infelizmente não se tem na prática, até agora, nenhuma solução que possa dizer que tenha contribuído para a melhoria do desenvolvimento sustentado, que é a busca de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Perfeito. Vamos passar essa pergunta também ao nosso Dr. Luciano, mas esclarecendo que o Dr. Luciano, hoje especificamente, vem falar sobre pau-brasil, sobre pau-brasil e...

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Eu tenho certeza que o Dr. Luciano, pelo seu conhecimento, pela sua estrutura, por conhecer largamente... É um dos maiores técnicos que o IBAMA tem. Ele não se furtará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas essa pergunta sua é um desafio enciclopédico. Então nós vamos tentar, já adiantando ao Dr. Luciano que as perguntas que porventura necessitem de dados, números, estatísticas que não estiverem em seu poder, não há problema, depois o senhor pode mandar por escrito a esta Comissão. Então, para as suas respostas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sr. Presidente, só para concluir. Eu fiz a abertura e só não concluí. Só queria dar um exemplo quando eu citei o Ministro José Sarney, porque num determinado instante eu procurei o Ministro José Sarney com um caso específico de denúncia de corrupção no IBAMA, e pedi que eu gostaria de colocar isso para ele. Tive uma reunião reservada com ele, isso foi no ano de 99. Nós tivemos uma reunião reservada, dizendo a ele o seguinte: “Ministro, vou lhe dar aqui um caso comprovado. Existe um caso em Mato Grosso



chamado Trevo do Lagarto onde a taxa para se passar sem nota, com meia nota, com nota... da forma que for, é 850 reais por caminhão. Eu não quero que o senhor faça nada, eu só quero que o senhor faça o seguinte: designe duas pessoas da sua confiança. Nós vamos colocá-las lá em quantos caminhões puder, e eles vão constatar o que eu estou dizendo. Só lhe peço uma coisa: se for verdade, se for verdade, o senhor substitui todo mundo; se não for verdade, para não expor essa colocação..." Ele prontamente determinou — e aí o que eu quero dizer é que a determinação não chega na ponta —, determinou à Presidente do IBAMA à época que tomasse as providências, que jamais foram tomadas. Posteriormente, quando cobrada, disse: "Já resolvi de outra maneira." Então, só para reafirmar que as coisas não são assim como a gente gostaria que fossem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Certo. Estamos marcando com a Comissão, amanhã, após a reunião com os esclarecimentos do Sr. Roosmalen e outros convidados, que o Dr. Luciano vai nos brindar com o seu conhecimento numa sessão reservada, onde, aí sim, outros dados serão... outras perguntas também serão feitas e encaminhadas a esta Comissão, inclusive com dados. E já peço a ele que dados como os citados pelo Deputado Ricarte de Freitas, pelo Deputado Asdrubal e outros também que tiverem conhecimento possam então, depois, ser encaminhados à Comissão, amanhã, se possível, numa reunião reservada, logo após a reunião ordinária. E nós, Deputado Asdrubal, nós hoje temos uma reunião reservada marcada, mas que já foi suspensa, até porque quem a convocou, o Deputado Luisinho, não poderá estar conosco. Então já foi suspensa, para ser marcada na primeira oportunidade. Com a palavra então... E agora vamos, Deputados, imprimir um ritmo mais efetivo, porque nós ainda temos um



procedimento complexo pela frente, demorado, e temos a Ordem do Dia também. Então vamos agora tentar... E eu vou tentar, com a paciência de V.Exas., principalmente do Deputado Asdrubal Bentes, que é talvez o maior vigilante dos Regimentos Internos das Comissões Parlamentares e com certeza colaborará com todos, imprimir um certo ritmo, mais veloz, para iniciarmos imediatamente a parte que... Nós temos uma testemunha aqui esperando as perguntas ainda, então o Dr. Luciano precisa responder, para podermos fazer as perguntas à nossa testemunha. Com a palavra o Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu concordo e muito com o senhor, viu, Deputado? E muito. Muita coisa tem que mudar. Bom, respondendo à questão do Deputado Sarney Filho com relação à questão da exportação, essa madeira, ela é exportada por portos e aeroportos. Eu me reservo a colocar os locais sob sigilo na mão da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Até amanhã, na nossa reunião reservada.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – O.k. Com relação ao engenheiro Hévio, que fez os laudos de vistoria, eu ainda não verifiquei se ele responde ou não responde a processo. Eu gostaria de perguntar a ele aqui na mesa, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dr. Luciano, é impossível. Será perguntada. Essa pergunta será feita a ele.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Bom, então eu estarei fazendo levantamento no IBAMA, para verificar se o engenheiro responde ou não responde, e entregarei à Comissão. O que eu falo com relação ao engenheiro Hévio, colega



meu do IBAMA, é que é inaceitável o laudo que ele faz com relação à questão desses tocos e raízes. Eu, como profissional de nível superior, como todos... Grande parte dos que estão aqui têm nível superior e sabem muito bem o que é um laudo técnico. O laudo técnico do colega engenheiro não traz informações sobre localização da propriedade, não traz uma foto, um croqui, um nada que realmente diga que esses tocos e raízes estão empilhados naquele local e que determinada pessoa poderá se utilizar deles. Eu não estou aqui acusando o meu colega, porque nem posso fazer isso. Eu estou dizendo que a qualidade do laudo, a meu ver — eu não sou engenheiro florestal, sou economista, mas sou um profissional de nível superior —, o laudo é um laudo muito pobre, não diz absolutamente... nem metade daquilo que se precisa colocar num laudo técnico para que se faça uma liberação de uma madeira proibida igual ao pau-brasil. O que ocorre na realidade é que existem escultores, existem pequenos artesãos que se utilizam de tocos e de raízes para fazer as suas artes e tal. E fazem isso em cima de autorizações, de laudos, em cima de aproveitamento de resto de queimada. Agora, o que está acontecendo na realidade é que toras estão sendo comercializadas escoradas em tocos e raízes. Isso aí nós não vamos admitir, de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só para esclarecer, Dr. Luciano, toco e raiz. O que que é toco e raiz? Nós estamos falando, na realidade, de toco e raiz. Eu posso retirar, por exemplo, toco de pau-brasil, raiz de pau-brasil?

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – O que se alega é que são restos do desmatamento, da queimada. O produtor vai plantar a soja ou outro tipo de cultura, ele desmata, e aqueles restos que ficam lá no solo são os tocos e raízes. Essa é que é a qualificação. Mas, como eu não sou engenheiro florestal, na própria



entrevista que nós tivemos no IBAMA eu coloquei todas as fotografias da madeira apreendida. Trouxe um engenheiro florestal do IBAMA, capacitado, e perguntei, na frente do Presidente da Comissão, do Sr. Alfred Mark e de outras testemunhas, se aquilo eram tocos e raízes. A resposta pronta do engenheiro: que aquilo são toras, não são tocos nem raízes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só para acrescentar. O laudo do engenheiro Hévio, que o senhor questiona como pobre, pelo menos, no mínimo, como pobre, ele citava uma fazenda, citava especificamente uma fazenda, ou, se não me engano, uma ou duas fazendas, não me recordo. A quantidade de madeira apreendida na serraria irregular do Sr. Alfred corresponderia... Por exemplo, era possível ter aquela quantidade de madeira numa fazenda só, só naquela fazenda? É factível esse dado?

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Tecnicamente, é uma coisa impossível, né? São 30 toneladas de pau-brasil escoradas em autorizações de tocos e raízes da fazenda Inveja. Então são vários laudos em cima da fazenda Inveja, liberando tocos e raízes. Quer dizer, a escora que ele tinha dessa madeira estava em cima dos laudos do colega engenheiro aqui. Bom, e outra coisa que está acontecendo, muito grave, na região. Depois dessa questão de tocos e raízes... A questão de poder comercializar tocos e raízes de pau-brasil abriu um precedente muito perigoso no sul da Bahia. O que ocorre hoje é que o proprietário da área que tem pau-brasil, ele toca fogo intencionalmente na sua área. Toca fogo, vai numa delegacia de Polícia Civil, dá queixa de que o incêndio foi criminoso e, no ano seguinte, ele vai pedir o aproveitamento do pau-brasil. Aí ele recebe o laudo do engenheiro e as ATPFs, as autorizações de transporte, para levar aquela madeira



de aproveitamento. Mas todos os depoimentos... O depoimento do Sr. Alfred Mark, ele mesmo confirma que ele usa as autorizações do engenheiro Hévio para comprar pau-brasil em toda a região e que realmente a madeira não vem da fazenda Inveja. Então não cabe aqui... Eu não vou questionar se o laudo do meu colega é fraudulento ou não, mas ele vai ter o foro para responder a isso aí, porque todo procedimento vai ser instaurado para verificar a responsabilidade nossa, do IBAMA, nesse comércio ilegal, e ele vai ter a oportunidade de se defender. Bom, com relação aos resultados dos inquéritos administrativos que foram implementados na região, realmente houve inquéritos, houve um processo de meia intervenção lá no sul da Bahia, e eu estarei trazendo aqui a esta Comissão. Agora eu quero levantar uma lebre com a questão dos inquéritos administrativos. Eu não posso deixar isso aqui passar. Eu estou ouvindo do Deputado Ricarte, conheço-o muito bem, ele sempre reclama disso. A questão da punição via inquérito administrativo, hoje chamado processo administrativo disciplinar, é inócua, senhores, é inócua. Não conseguimos punir ninguém com essa lei. Isso é que é a realidade. Você coloca o colega pra julgar o colega. Isso não funciona. Eu teria até uma sugestão a essa Comissão pra, se pudesse ser registrado, pra gente aperfeiçoar o nosso precisos. Por exemplo, por que não cada órgão federal não ter a sua comissão permanente de processo administrativo disciplinar e, a cada delito cometido em cada órgão, o outro órgão é quem vai julgar e não o mesmo órgão? Então, quando há o corporativismo negativo, nada vai pra frente. Como falei antes, vai buscar uma prova contra o funcionário corrupto. Tem que avisar a ele, dizer onde vai, carregar ele junto, quando ele chega lá, não tem mais nada. Pra nós, a nossa experiência, eu não sou jurista, mas a nossa experiência dentro do IBAMA, ela diz: conseguimos hoje, esse ano,



demitir três pessoas a duras penas. É muito difícil punir, senhores, com essa lei que está aí, é muito difícil, algo tem que ser feito urgentemente. Eu faria a sugestão: comissões permanentes de processos administrativos disciplinares, instaladas nos órgãos federais em todas as áreas onde eles estiverem, e os delitos de um órgão serão julgados pela comissão de outro. Aí o cara aciona a Internet e diz lá: pede uma comissão de processo disciplinar pra julgar um delito. Aí a Corregedoria da União determina que tal órgão vai julgar aquele delito. Nós resolveríamos uma metade dos nossos problemas e conseguiríamos colocar os corruptos que nós temos hoje na rua. Então, fica registrada a nossa sugestão. A questão do toco e raiz, também essa é questão de definição técnica — eu acho que deve ter engenheiro florestal nosso aqui, se não tiver, pode falar —, isso é um absurdo. O que está havendo aí são toras, toras cortadas nos tamanhos para se fazer arcos de violino. No caso do Sr. Alfred Mark, ele pega a madeira, já serra mais ou menos no tamanho que vai ser industrializado nos Estados Unidos, embala e vai como pessoa física lá na TAM e despacha e manda embora, manda embora para firma dele no Estados Unidos. Aí lá eles vão produzir aquele artigo maravilhoso e tal que vai sair lá do um real o quilo pra até 48 dólares o quilo. Bom, com relação às providências preventivas pra extração de pau-brasil, o nobre Deputado está cobrando aqui, nós temos no IBAMA uma operação anual chamada Operação Descobrimento. Nessa Operação Descobrimento, nós colocamos um efetivo muito grande, fazemos um monitoramento aéreo de prevenção a queimadas e incêndios, ao mesmo tempo nós fazemos a fiscalização em cima do desmatamento, não é? Principalmente nessa época do ano, que começa em janeiro e vai até março, que a gente aperta bem o cerco em cima do pau-brasil numa operação, ela é anual, ela é sistemática, envolve



uma boa parte do efetivo do IBAMA nessa operação e em outras, com operações esporádicas, resultantes dos levantamentos da nossa Inteligência, que felizmente a gente está trabalhando com a Inteligência. Uma das grandes novidades do IBAMA é que nós não saímos mais à cata do delito ambiental onde ele aparecer, nós utilizamos monitoramento por satélite, monitoramento aéreo, Inteligência e ação fiscal em cima, onde está o delito. Bom, com relação ao percentual de pau-brasil ainda existente, eu não tenho a informação, eu vou trazer, eu não conheço ainda. Deve se muito pouco, viu, porque a exploração está muito grande. Com relação à questão que o Deputado Ricarte coloca, realmente eu tenho que concordar, Deputado, com boa parte do que o senhor coloca. Essa questão, a questão, por exemplo, a questão da ilegalidade que todo mundo fala. Eu tenho uma grande experiência de trabalhar com a ilegalidade. A madeira custa... o manejo é muito caro, o desmatamento... o corte raso ilegal é muito mais barato. É óbvio. Há... Eu não sou da área técnica, não é uma crítica ao meus colegas da área técnica, eu mesmo acredito que as normas pra se fazer um manejo são muito complicadas ainda, não é? Eu acho que a gente deveria facilitar pra aquele empresário que quer atuar no ramo pra ele poder trabalhar legal. O Deputado tem toda a razão: é difícil botar um procurador numa unidade de ponta. Hoje fazemos um esforço muito grande de colocar os nossos seiscentos analistas ambientais lá na ponta, eles estão indo. Agora, colocar um procurador na ponta depende da Procuradoria-Geral Federal, ela que tem que vir aqui nesta Mesa explicar por que não tem um procurador em Juína, é a Procuradoria-Geral Federal que tem que vir aqui explicar por que não tem um procurador em Juína.



O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu gostaria de transformar isso em requerimento, aproveitando a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Autorizado. Aprovado.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO - Bom, e isso... e isso acontece...
Na realidade o IBAMA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Informar, inclusive, à Secretaria da Comissão que transforme em requerimento.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO - Quanto à outra questão que o senhor colocou, por exemplo, da... faço referência até à questão da remoção do Procurador Dilson, envolvido em sérios atos de corrupção lá na região de Sinop. Também cobrar da Procuradoria-Geral Federal por que o Procurador não sai de lá. Essa é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Também será transformada em requerimento...

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Devemos... devemos cobrar da Procuradoria-Geral Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Só pelo olhar do Deputado Ricarte de Freitas, será também transformado em requerimento essa...

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO - Bom, temos, senhores, dificuldades realmente de atender às demandas do setor florestal, temos dificuldades. Agora, eu não posso alegar aqui que, por exemplo, a Unidade de Juína, no IBAMA, ela não tem condição de receber todo... todo um processo de plano de manejo e ela não tem condição de ir lá fazer essa vistoria, não podemos alegar isso. Temos sim, temos a condição de fazer. O que ocorre na realidade é que



o IBAMA, em certos locais, ele está vendendo dificuldades pra colher facilidades. Com isso, ele prejudica a área, a parte correta do mercado e facilita a parte fria do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Srs. Deputados, Srs. Deputados, pela importância desse depoimento dado pelo Chefe de Fiscalização do IBAMA, fica clara a importância da reunião de amanhã, reservada. Com certeza, teremos acesso a fatos e documentos que nos servirão, até porque, na realidade, se nós nos... entrarmos por esse caminho de maneira... numa reunião dessa vai parecer que o IBAMA é um órgão absolutamente corrupto, é um órgão absolutamente ineficiente, coisa que não acontece. Também não é assim. Então, vamos parar aqui sobre essa questão de IBAMA, ineficiência, corrupção, iniciar, iniciar, Deputado Ricarte, iniciar as perguntas ao nosso... à nossa testemunha. Eu solicito que o Dr. Luciano permaneça, inclusive porque algumas respostas...

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS - Eu só gostaria de uma réplica, Presidente, rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Amanhã nós estaremos com ele, Deputado.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Não, não, mas até porque faz parte...

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO - Eu gostaria de complementar, Sr. Presidente, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pra variar, eu continuo sendo voto vencido, mas... mas eu esclareço que não... nós não vamos admitir também que a assistência de repente saia com a impressão que o IBAMA é um órgão



ineficiente e corrupto. Isso eu não vou admitir. E nós estamos caminhando pra esse lado. Nós não vamos permitir isso, a gente só vai... Aí, sim, nós temos uma reunião... uma reunião reservada que será amanhã, logo depois da... Aí, sim, nós poderemos falar. Então, não posso também deixar que a CPI seja a CPI do IBAMA, ela não será a CPI do IBAMA e não vou deixar, não vou permitir que seja, nós vamos fazer a CPI do Tráfico de Animais e Plantas, embora o IBAMA, com certeza, tenha suas pontas de atuação, mas também eu não admito... não posso admitir que um órgão público federal seja totalmente corrupto e totalmente ineficaz. Não vou... não vou...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Quer me parecer que V.Exa. está até sugerindo uma CPI do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A minha excelência está sugerindo que a CPI se prenda mais aos aspectos que tem que... que nós fomos inclusive colocados. E depois, sim, aí numa reunião reservada nós vamos buscar o que é que está acontecendo. O senhor Luciano já se colocou... o Diretor de Fiscalização já se colocou à disposição. Aí, sim, o senhor poderá fazer a sua réplica, a sua tréplica...

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS - O senhor está negando uma réplica pra mim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ...e nós todos teremos acesso... teremos acesso... Eu gostaria de iniciar as perguntas ao Sr. Hévio Luiz Couvre. Pelo menos uma vez eu vou ganhar essa, não serei voto vencido.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Lamentavelmente, aquele espírito democrático já não é mais mesmo, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vamos, então, às perguntas, à nossa testemunha. Eu quero esclarecer que a testemunha foi... foi solicitada a sua vinda aqui por alguns fatos que apareceram no procedimento de fiscalização, quando da apreensão da madeira do Sr. Alfred Mark. E hoje ele se encontra na qualidade, pelo menos pra Presidência dessa CPI, que presenciou primeiro o depoimento do Sr. Mark... do Sr. Alfred na Polícia Federal e no IBAMA e depois as intervenções do Dr. Luciano, como Chefe de Fiscalização do IBAMA, se configura como suspeito de fornecer irregularmente documentação necessária para as atividades do Sr. Alfred e do Sr. Nei, que prestarão depoimentos logo a seguir. E eu inicio com algumas perguntas. Nessa fase, perguntas e respostas para que haja réplica, porque nós não podemos também perder o fio da meada. Então, nós faremos, Deputado, Deputado Ricarte, nós faremos perguntas diretamente à testemunha, ela responderá e haverá réplica, caso necessário. Sr. Hévio, o senhor trabalha no IBAMA há quantos anos? O senhor pode responder diretamente.

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Eu sou funcionário desde julho de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Junho de 84?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE- De 84.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Hévio, há quanto tempo o senhor atua no IBAMA de Eunópolis... Eunópolis?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Início de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De 87?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já enfrentou algum processo administrativo interno do IBAMA referente à sua conduta profissional?



O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Já passei por dois processos, não é, administrativos na região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dois processos administrativos na região? Sobre que aspectos esses processos administrativos diziam? Sobre a sua atividade profissional efetiva, ou seja, sou engenheiro do agrônomo, sou agrônomo do IBAMA, o senhor ter assinado algum laudo?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, são processos gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tipo? O senhor pode dizer?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - É... sindicância...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - De procedimentos ou do escritório. Não tinha assim nada específico contra a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ATPFs?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, eu não trabalho com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Autorizações de...

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...de retirada de tocos e raízes?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, porque a única vistoria que eu fiz pro senhor Nei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, senhor, é sobre as suas sindicâncias.

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu estou perguntando sobre as sindicâncias.

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, sobre essas sindicâncias, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sobre... é... sobre... na realidade, o senhor não sabe dizer a sindicância que foi feita sobre sua pessoa, é isso, mais ou menos? Sindicâncias gerais. O que é que são sindicâncias gerais?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - É sobre os procedimentos que o IBAMA adota na região, não é, e eu respondi o que me foi perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já tem o resultado desse inquérito... desses inquéritos?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Até o momento, eu não fui notificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o Sr Alfred Mark Raubitschek?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca o viu? Não viu?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, mas o senhor o viu aqui, ele estava aqui. O senhor também não precisa ser tão rápido no gatilho. Ele estava aqui, ele saiu, eu pedi pra ele sair. O senhor nunca o viu? Nunca viu o Sr. Alfred Mark Raubitschek? É isso?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, eu conheço o Sr. Nei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o Sr. Nei?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - O Sr. Nei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor viu o senhor... o senhor Nei passando?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É... o senhor sabe alguma coisa sobre as atividades do Sr. Mark... Sr. Alfred, ou seja, as atividades dele ou mesmo do Sr. Nei são conhecidas pelo IBAMA de Eunápolis?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Quanto ao Sr. Nei, ele deu entrada em dois requerimentos pedindo vistoria de tocos e raízes, não é? E...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tocos e raízes? De que fazenda são esses?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Da Fazenda Inveja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só uma fazenda?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - A Fazenda Inveja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A fazenda Inveja. Quantos hectares tem essa fazenda?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - É... eu teria que verificar na documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor fez o laudo?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Fiz o laudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor fez o laudo?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE – Fiz o laudo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não sabe é quantos hectares tem a... assim o senhor não sabe?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, não sei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o senhor Nei há quanto tempo, hein?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - O Sr. Nei, eu conheço ele desde 2001, início de 2001, quando ele entrou com esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele entrou diretamente ao senhor? Esteve diretamente com o senhor?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esse é o trabalho normal? É... vai-se direta... quando você quer fazer uma vistoria de uma fazenda, eu vou diretamente a um engenheiro agrônomo, é isso?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, ele entra com o pedido, o protocolo, não é, e aí o engenheiro que estiver disponível vai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas como o senhor conheceu o Sr. Nei?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, ele procurou pra fazer a vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, quer dizer que o Sr. Nei então escolheu o senhor pra fazer a vistoria?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Existem outros engenheiros florestais?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Existem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lá em Eunápolis?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - É. Não foi escolha dele, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas o senhor falou que ele foi... foi-lhe procurar pra o senhor fazer a vistoria.

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Não, ele esteve pedindo a vistoria, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está. O.k. Quantas vistorias o senhor fez em relação ao estoque de madeira armazenada na Fazenda Inveja?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Olha bem: os estoques de madeira armazenados na Fazenda Inveja.

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Eu fiz duas vistorias e tenho os relatórios e as fotos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O relatório e as fotos?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - O relatório e as fotos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor foi sozinho à Fazenda Inveja pra realizar essas vistorias?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sozinho?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor andou nos hectares todos da fazenda?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Eu andei especificamente onde estava armazenada a madeira: os tocos e raízes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quer dizer: o proprietário diz onde estão armazenados os tocos e raízes, e o senhor vai exatamente ali?

HÉVIO LUIZ COUVRE – É, eu fotografei e quantifiquei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa quantidade que o senhor percebeu foi de quanto?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Está citado no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na primeira e na segunda vez.

HÉVIO LUIZ COUVRE – Está citada nos laudos e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A CPI tem cópia dos seguintes documentos assinados pelo senhor: Laudo de Vistoria nº 46, Relatório de ... — eu gostaria até que a secretaria da Comissão me desse acesso a esses laudos, para que o senhor lembre — o Laudo de Vistoria nº 46, de 2001; o Relatório de Vistoria nº 54, de 2001; e o Relatório de Vistoria nº 64, de 2001. Todos tendo como requerente o citado Nei. Quer dizer, foram três vezes. Na realidade, não foram duas; foram três, sempre em 2001. Em todos, o senhor caracteriza o material vistoriado como tocos e raízes, madeiras secas ou estacas, provenientes do desmanche de cercas. O senhor confirma como verídicas todas as informações constantes nestes documentos? Eu lhe dou acesso imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Enquanto ele examina. Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Eu quero apenas, corroborando as palavras do presidente, perguntar à testemunha como são caracterizados, o que caracteriza um toco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É isso...



O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Qual é a dimensão, qual é o comprimento, qual é o diâmetro etc.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É isso que se tem da declaração do Dr. Luciano, onde as pessoas, onde, então, as pessoas querem explorar ilegalmente a madeira, se utilizam do IBAMA, e tudo mais, as dificuldades que tem... Mas a pergunta vai ser feita. O senhor confirma como verídicas todas as informações constantes nestes documentos?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Confirmando, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por que não há fotos do material examinado em nenhum desses laudos? O senhor não costuma documentar seus laudos com fotos? Não, não. Olhe bem! Eu sei que o senhor tem fotos aí. Eu já não sei se são de lá, porque não estão no processo. Eu só estou fazendo a seguinte pergunta: por que razão não há fotos do material examinado em nenhum desses laudos? O senhor deu laudos, assinou, disse que era tal quantidade de tocos e raízes. A segunda pergunta é se o senhor não costuma documentar esses laudos com fotos.

HÉVIO LUIZ COUVRE – Na maioria das vezes, quando eu tenho a máquina disponível, eu documento e passo para o setor de controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quer dizer: quando o senhor tem acesso à máquina. O que quer dizer ter acesso à máquina?

HÉVIO LUIZ COUVRE – O escritório tem uma máquina só, e nem sempre ela está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. O senhor só então documenta quando a máquina está disponível. O senhor tem conhecimento a



respeito da recente apreensão do IBAMA de 41 toneladas de madeira em São João do Paraíso? O que o senhor pode dizer sobre esse assunto?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Eu vi no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – No jornal. O senhor tem conhecimento de algum esquema de fornecimento irregular de ATPFs ou laudo de vistoria por agentes do IBAMA de Eunápolis ou de outro escritório do IBAMA na Bahia?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Apesar de 50% das transações de madeira no Brasil serem ilegais, o senhor não tem conhecimento disso? Nunca lhe chegou ao conhecimento nada que pudesse sugerir, por exemplo, que haja esse... — principalmente pau-brasil, na sua região de Eunápolis. Parece que é pau-brasil e jacarandá, alguma coisa assim. Parece que... naquela região...

HÉVIO LUIZ COUVRE – É porque ultimamente a demanda desses materiais é de tocos, raízes. São os artesãos que fazem esse aproveitamento. E o senhor Nei, eu não sei qual a intenção dele em fazer o aproveitamento desse material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na guia em que o senhor Nei solicitou essas três vistorias — não são duas; são três —, ele tem que dizer para que ele vai utilizar a madeira, esses tocos? Ele pode ser caracterizado... O senhor quando vê um relatório de vistoria de uma fazenda que deve ser grande... — inclusive, o senhor Alfred já assumiu que comprava a madeira de terceiros, no seu depoimento. Ele compra e tem fornecedores de vizinhos, de pessoas que moram na região, que sabem que ele compra a madeira. Então, levam a madeira mesmo. Levam as toras lá para ele, para que ele possa fazer, então, essa exploração.



Nesses pedidos de vistoria, consta exatamente o quê? Ele só quer a vistoria ou ele diz para que é a madeira?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Não. Ele não diz para que é a madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele só quer a vistoria.

HÉVIO LUIZ COUVRE – A vistoria para aproveitamento dos tocos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para aproveitamento dos tocos. E o senhor vai, faz a vistoria e diz quantas toneladas tem ou quantos quilos o senhor acha que tem lá de tocos?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Especificamente nesses seus relatórios de vistoria, o senhor colocou em cada um deles — eles estão aí a sua disposição. O senhor tem o tempo necessário —, o senhor colocou que existiam quantos quilos, ou toneladas, ou metro cúbico? Eu não sei. É por quilo, por metro cúbico, ou por ... É por quilo ou por metro cúbico que o senhor faz a sua vistoria?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Metro cúbico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Metro cúbico. O metro cúbico tem quantos quilos, o senhor imagina, de pau-brasil, por exemplo?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Não. Eu nunca pesei para saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca pesou. Mas é metro cúbico. Um por um por um. É assim: um por um por um?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Metro cúbico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Metro cúbico. Aqui têm quantos metros? Daqui para cá têm quantos metros, mais ou menos, o senhor imagina? Daqui para cá.



HÉVIO LUIZ COUVRE – Isso aqui é metro linear.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Linear, mas, mais ou menos, assim, quantos metros?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Não, aí teria que pegar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, pegar a coisa... E o senhor pega isso nos tocos? O senhor passa a reguazinha ou o senhor tem um aparelhinho com que o senhor vai lá e mede os tocos, as raízes? O senhor mede tudo?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Não, não tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Espessura.

HÉVIO LUIZ COUVRE – Não tem aparelho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É no “olhômetro”?

HÉVIO LUIZ COUVRE – É mais ou menos uma estimativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – “Olhômetro”.

HÉVIO LUIZ COUVRE – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – “Olhômetro” que se baseia em experiência...

HÉVIO LUIZ COUVRE – É, porque pelo volume da ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor pode me dar acesso a essas fotos, por favor?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isto aqui eu não sei se é de lá, porque não consta no relatório. Eu não vou aceitá-las como de lá. Mas, aqui, teriam quantos metros cúbicos, nessa primeira fotografia?



HÉVIO LUIZ COUVRE – Em torno de quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Em torno de quatro. Quatro metros cúbicos de... Isso aqui são tocos?

HÉVIO LUIZ COUVRE – São tocos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – São tocos. Foi o senhor que perguntou? Eu gostaria que isto chegasse ao Deputado Josué. Existe algum documento de contrato de venda de produtos florestais entre partes interessadas? Ou seja: uma pessoa chega para comprar madeira. Existe algum tipo de contrato que passe ou seja registrado no IBAMA? O senhor tem conhecimento disso? Eu quero tantos quilos de toco, tantos metros cúbicos disso, tantos metros cúbicos daquilo. O senhor tem...

HÉVIO LUIZ COUVRE – Eu não sei informar ao senhor como é esse contrato entre o comprador e o vendedor, porque trata-se de aproveitamento de tocos e raízes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como é controlada pelo escritório ao qual o senhor serve, lá, em Eunápolis, a extração de pau-brasil?

HÉVIO LUIZ COUVRE – A extração é ... Normalmente, os requerimentos são em cima de aproveitamento de madeira morta, de pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu gostaria também que fossem vistas as fotografias trazidas pela Fiscalização — na fazenda alugada pelo Sr. Alfred —, as fotografias do material encontrado, para nós podermos comparar com essas fotografias aqui. Não somos engenheiros florestais, mas eu acredito que temos muito bom senso. Estas, então, eu vou mostrar aos Deputados: aqui é a fotografia da madeira que foi apreendida. São troncos. E aqui são várias fotografias



de tocos. Então, eu gostaria que fossem dadas aos Deputados... Depois eu vou fazer uma pergunta. Eu gostaria que vocês vissem uma fotografia de toco e a fotografia das toras que foram apreendidas na fazenda, que teria sob o laudo, quer dizer, sob a proteção de um laudo do Dr. Hévio. Essa, que está solta, foi o Dr. Hévio que trouxe, como sendo de lá. Eu não vou aceitá-la, porque não consta do laudo. Podem ser fotografias de qualquer... Então, essa, do caderno espiralado, é a apreensão. Só tem essa fotografia, Deputado. Só tem essa fotografia. Por favor, passe depois ao Deputado. *(Pausa.)* Se possível, me trazer de volta, após o exame do material. Fica claro, nós não somos engenheiros florestais, mas eu gostaria de ter acesso. Eu vou fazer uma pergunta usando a fotografia. Bom, aqui nós temos fotografias de tocos. Eu gostaria de saber se o senhor pode garantir que isto aqui são tocos e raízes, porque... Olhe bem o que eu vou lhe afirmar! O senhor Alfred usou o seu laudo para dizer que isto aqui é toco e raiz. Eu gostaria que o senhor desse uma olhadinha. E é lógico, é evidente, que essa madeira esta apreendida. Qualquer dúvida, nós podemos ir lá com o senhor.

HÉVIO LUIZ COUVRE – Perfeitamente. Isto aqui não é toco nem raiz. São toros, são fustes que foram cortados em outro tamanho. Isto aqui não tem nada a ver com toco e raiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu gostaria de saber se algum Deputado tem alguma pergunta para a nossa testemunha, porque ele vai ficar aqui. Inclusive, há necessidade absoluta de acarear o senhor Hévio com o Sr. Alfred.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Quanto a tocos e raízes, eu estou satisfeito; porque, de fato, isto aqui são raízes. Estas outras não são raízes. Agora, a pergunta que eu faço ao Sr. Névio — Névio, não é?



HÉVIO LUIZ COUVRE – Hévio.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Ao Sr. Hévio. Ele diz conhecer o Sr. Nei há pouco mais de um ano, no começo de 2001. Ele é da região ou chegou lá... chegou nesse período que o senhor o conheceu?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Eu o conheci nesse período. Eu não sei se ele é da região.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - O senhor, por exemplo, já teve conhecimento, se em algum outro lugar do Brasil, em alguma outra localidade, de que o Sr. Nei alguma vez foi denunciado pelo IBAMA, por algum fiscal do IBAMA, pelo mesmo comportamento que diz respeito a mexer de maneira ilegal com madeiras?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Não. Não tive conhecimento.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - O senhor não sabia nada a respeito disso.

HÉVIO LUIZ COUVRE – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – O senhor não sabe qual é a origem do Sr. Nei? Se ele é baiano. Se ele é paulista. Se ele é pernambucano. Se é paraense.

HÉVIO LUIZ COUVRE – A origem eu não sei. Ele deve ...

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Ele se mudou para a região no período em que o senhor... O senhor é de Eunápolis?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado, só para fazer... Quando estive presente no depoimento do Sr. Alfred — e é por isso até que eu vou solicitar que a testemunha fique —, o Sr. Alfred falou que o senhor esteve duas



vezes — ele também cita duas vezes e não três, como aqui — com o Sr. Hévio. E o Sr. Hévio diz que nunca viu o Sr. Alfred. Então, quer dizer, apresentou, trouxe fotografias, e aqui está a apreensão. Então, se o senhor achar que deve, eu acho ideal esperar, então, conversarmos com o Sr. Nei. O Sr. Hévio vai estar aqui...

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eles não vão poder ...

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Abro mão das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ... se dirigir à palavra. E aí, sim, perguntar para um ...

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Frente a frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ... e depois confirmar com o outro. Eu acho que seria o sistema ideal...

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ... porque imediatamente você tem a confirmação ou não.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrubal Bentes. Sem perguntas. Deputado Ricarte de Freitas. Lembrando que nós temos ainda duas testemunhas para ... Eu adoro falar isso para o senhor, Deputado. Eu não sei por que, mas eu adoro falar isso para o senhor.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para o Deputado Asdrubal eu também gosto de falar essas coisas.



O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Eu entendo perfeitamente, Presidente. Até porque o senhor tem sempre sido aí um exemplo para nos conduzir exatamente a essa objetividade e à não prolixidade aqui dos depoimentos. Dr. Hévio. Eu gostaria de saber do senhor. O senhor está aqui porque um laudo seu foi utilizado, pelo que o senhor está colocando, indevidamente. O senhor fez dois laudos dessa natureza — pela sua afirmação anterior.

HÉVIO LUIZ COUVRE – É. São três laudos.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Três laudos. O senhor tem conhecimento de que esses laudos... — pelos quais o senhor é o responsável —, o senhor sabia que esses laudos estavam sendo utilizados para outro tipo de madeira? Porque o senhor afirma aí que o que está ali não é nem toco nem raiz, que são toros cortados na mesma medida. O senhor tinha conhecimento de que esses seus laudos estavam sendo utilizados para dar cobertura para essa madeira?

HÉVIO LUIZ COUVRE – Eu estou tendo conhecimento agora.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Era só essa pergunta que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, Deputado Ricarte de Freitas. Então, eu solicito ao Sr. Luciano que sente-se, mas não saia da sala, porque, se houver necessidade da sua intervenção, esta presidência a solicitará, até porque houve um depoimento — depoimento dado a uma autoridade do IBAMA — e talvez seja necessário que novamente o Dr. Luciano intervenha. Solicito a presença nesta Comissão do Sr. Alfred Mark e do Sr. Nei Carlos Guimarães de Oliveira, com recesso de 1 minuto. *(Pausa.)* O Sr. Nei Carlos Guimarães de Oliveira está aqui na condição de testemunha, para responder às



perguntas desta Comissão. Então, Srs. Deputados, a toda pergunta cabe réplica e também tréplica. É evidente que, como é um procedimento autorizado pelo Regimento Interno desta Casa, da possibilidade de a CPI diligenciar e investigar, tendo como sua a autoridade judiciária, sintam-se à vontade, Deputados, para inquirir, solicitar documentos e também investigações em quaisquer dos lugares citados ou narrados pelo Sr. Nei. Nós vamos solicitar ao Sr. Nei que, já firmado o termo de compromisso... Gostaria que o senhor lesse em voz alta essa parte em negrito, aqui no microfone, por favor, até por uma questão de registro.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – *"Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Muito obrigado, Sr. Nei. O senhor pode ficar aqui com o microfone. Vou iniciar, se não houver objeções, as perguntas, já que nosso Relator teve de sair, mas já está voltando, as perguntas preparadas por ele, a menos que um outro Deputado queira... O Sr. Nei é dono de uma madeireira no Rio de Janeiro, com sede em São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro, suspeita que seria sócio do Sr. Alfred, dando suporte legal para a parte das atividades desse senhor, que é americano. Sr. Nei, o senhor, por favor, responda às perguntas de maneira bastante objetiva, mas também se precisar se estender... pode segurar o microfone, são várias perguntas, se precisar se estender, sinta-se realmente à vontade. Onde o senhor mora, Sr. Nei? Bem próximo do microfone, por favor. Vamos fazer diferente. Sente-se aqui próximo a esse microfone. Ajeite aqui, por favor, porque está difícil. Vamos afastar também essa mesa de votação, com o devido respeito e sigilo, porque vamos ter de apurar depois. Então, vamos lá. Sr. Nei, onde o senhor mora?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu moro em Eunápolis, na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Qual exatamente sua relação com o Sr. Alfred? É amigo, é sócio, é companheiro? Que tipo de relacionamento o senhor tem com o Sr. Alfred?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - A relação que tenho com Seu Alfredo é relação comercial, não de amizade, não de sociedade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sociedade nenhuma. O senhor sabe que a nenhum cidadão estrangeiro, com visto sem ser regularizada a sua situação no Brasil não pode abrir comércio, não pode fazer transações comerciais. O senhor sabe disso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor não sabe disso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Nunca escutou falar disso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor sabe também que a nenhum cidadão é dado o direito de desconhecer a lei. É o que o nosso ordenamento jurídico promove. Quer dizer, o senhor informar do que ele não pode, por ter visto temporário... é lógico que ele está em procedimento, aquela coisa toda. Me parece que ele está em procedimento de regularizar sua situação, em visto permanente, mas ele ainda está com visto provisório. O senhor não sabia que não poderia haver relações, como o senhor falou, comerciais com um cidadão americano aqui no Brasil?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, senhor. De espécie nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Quantos e quais os negócios o senhor já realizou juntamente com esse cidadão americano? Quantas, vamos chamar, transações, o senhor fez com ele, já que seu contato era comercial?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Olha, Deputado, o que posso lhe dizer é que eu fui procurado, há mais ou menos um ano, um ano e pouco atrás, para saber da possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor foi procurado pelo Sr. Alfred?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Sim, pelo Seu Alfredo, para saber da possibilidade de exportar madeira para os Estados Unidos, porque essa empresa no Rio de Janeiro é minha e do meu irmão. É 70% de... *(falha na gravação)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor aperte, por favor, novamente. Pode continuar.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – ... e 30% do meu irmão. a Eu moro na Bahia, o meu irmão é que mora no Rio de Janeiro e ele é que toma conta da madeireira. Nós não tínhamos conhecimento nenhum a respeito de mandar madeira para os Estados Unidos, nenhum, nenhum, nada, nada. O que acontece? Eu entrei em contato com o meu irmão, solicitei a ele: "Jorge, tem um cidadão aqui que quer mandar madeira para os Estados Unidos. Vamos tomar informação para ver como é que nós podemos fazer porque é mais um negócio dentro da nossa atividade, que é o ramo de madeiras". Ele também lá não sabia de nada, nem



como... Não temos conhecimento dessa área, de mandar madeira para outro país. Aí ele foi à Receita Federal, ele foi ao Banco do Brasil, aí informaram que a madeira teria que fazer um cadastro no Siscomex do Banco do Brasil, que era para poder exportar madeira. Foi feito. Foram técnicos do Banco do Brasil na madeireira em São Pedro da Aldeia. Aprovaram. Ele, parece-me, fez dois ou três cursos no Banco do Brasil, ou no Siscomex, porque o banco exigiu para poder entender um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Seu irmão não é?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Meu irmão. Para poder entender um pouco o que é exportar. Ele fez. Aí foi dada autorização. Eu não conheço autorização porque eu vou no Rio. Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Foi dada autorização por quem e para quê?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Pelo Banco do Brasil ou Siscomex porque a empresa poderia exportar madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sua madeireira de São Pedro da Aldeia poderia então...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - A partir daquela data poderia exportar madeiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Exportar madeira.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim. Aí também foi exigido um registro no IBAMA como exportador. Também foi feito. A madeireira lá no Rio, através da contabilidade, fez o registro no IBAMA para exportar, porque o registro do IBAMA da madeireira no Rio é só para vender madeira dentro do Brasil, ali na cidade de São Pedro da Aldeia, que a gente fala madeireira, mas é um



depósito de madeira, não é madeireira e serraria; é depósito que compra e vende madeira. Aí, eu conversando com o seu Alfredo, na Bahia, eu falei — olha, estou falando seu agora, mas eu não trato ele de seu Alfredo, trato ele de Alfredo —, eu falei: "Alfredo, tem possibilidade, sim, de exportar madeira. Agora o que nós precisamos é fazer aqui na Bahia, ver que madeira você tem e ter autorização do IBAMA aqui da Bahia, porque há muita exigência para exportar, mas há possibilidade há". Resultado, então: eu como moro em Eunápolis, no interior da Bahia, no sul da Bahia. Ele começou... Fui até o IBAMA da cidade que eu moro. Me informei com a chefia do IBAMA e a chefia falou: "Olha, não tem problema, a madeira que ele vai exportar é material morto lenhoso, é madeira de aproveitamento. Então, essa madeira pode ser extraída, pode ser comercializada e pode ter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor procurou quem lá em Eunápolis? O senhor conhece o pessoal de Eunápolis, todo o pessoal do IBAMA? Afinal de contas, o senhor tem uma madeireira, talvez não seja nada de mais quem tem madeireira. O senhor, de Eunápolis, do sul da Bahia, era comum mandar madeira para o Rio de Janeiro?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, a madeira do Rio de Janeiro não é comum. A madeira do Rio de Janeiro é toda do Pará?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É toda do Pará?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Toda do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E o senhor intermediava isso? O senhor mandava madeira do Pará?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Fazia o negócio de Eunápolis?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, senhor. Lá no Rio de Janeiro as madeiras compram do Pará por telefone e através de representantes que tem lá, que as serrarias do Pará tem no interior e na Capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E sua atividade em Eunápolis? O que o senhor fazia em Eunápolis?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Representante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O que o senhor faz em Eunápolis afinal de contas?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu trabalhava com madeira. Eu parei esse ano devido à... Era para eu estar no Rio de Janeiro, mas a minha mulher ficou grávida. Os meus filhos na escola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor conhecia, conhece o pessoal do IBAMA de Eunápolis?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não tenho... Eu tenho conhecimento porque é uma cidade pequena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sim. O senhor procurou quem em Eunápolis?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Procurei a chefia do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Quem é o chefe do IBAMA?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu não lembro agora o nome do chefe do IBAMA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, ele explicou que é possível?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Que é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Madeira morta, lenhosa tipo essa aqui?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Tipo essa. Essa daí. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É isso aqui não é?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É isso aqui?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Isso aqui é madeira morta, lenhosa?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Madeira morta, lenhosa. E tem muita lá na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Dessa aqui? Tem muita? Ou dessa aqui que tem muita?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Se procurar nos campos, nos pastos lá, Deputado, encontra. A própria Veracel, agora lá que, por exemplo, está plantando eucalipto, eles compram fazenda lá e os tratores-esteira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor trabalha com madeira há quanto tempo?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu acho que há muito tempo, uns vinte anos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Há vinte anos. Então, o senhor é um conhecedor da madeira; olhando o senhor conhece se a madeira tem valor comercial, se não tem, para que serve. É possível a maior parte?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu aprendi muito, apesar de ter pouco estudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu aprendi muito nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Conhece bem? Conhece a árvore? Eu não conheço, eu sou brasileiro, não conheço o pau-brasil. Trouxe uma planta?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu conheço, inclusive, eu trouxe um pau-brasil legítimo que é este daqui, até quero doar para Comissão, que nós plantamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor planta pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Nós temos lá é viveiro de pau-brasil para doar, inclusive a gente dá de graça. A CEPLAC lá, que é do Governo Federal, cobra um real a muda de madeira nativa e nós damos de graça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Vamos então avançar. O senhor tem uma madeireira em São Pedro da Aldeia, cidade de 10 mil, 20 mil habitantes — acho que não tem 20 mil habitantes. Então, o senhor vive dessa madeireira porque o senhor não tem atividade nenhuma em Eunápolis. O senhor



está lá — afinal de contas já devia está no Rio — porque sua mulher ficou grávida, aquela coisa toda. Aí, o senhor planta, tem um viveiro de pau-brasil.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Esse viveiro é regulamentado direitinho? O senhor tem as autorizações?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Esse viveiro, Deputado, o Alfredo ele construiu esse viveiro lá. Estou falando eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Lá em Eunápolis.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Na cidade dele, é São João do Paraíso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O viveiro é em São João do Paraíso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - São João do Paraíso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Esse viveiro está legalizado?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Agora, eu não posso lhe dizer não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Quer dizer, o senhor traz uma muda, mas não sabe... Até agradeço, é a primeira vez que estou vendo realmente o pau-brasil.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Este aqui é o legítimo, é o pau-brasil legítimo, o que tem espinho, porque aqui em Brasília eu estou andando de táxi, eu vi muito o sibipiruna, que é o pau-brasil falso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Isso, já me falaram dele.



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Este aqui é o legítimo pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sim. A Comissão entende que o senhor trouxe na melhor das intenções, até para que todos conheçamos o que é pau-brasil, e que o senhor trouxe do viveiro do Sr. Alfred que o senhor também não sabe se é regularizado ou não. Vamos a minha pergunta. O senhor não tem uma atividade específica em Eunápolis, o senhor vive da madeira, que o senhor tem 70%, numa cidade — não sei se todos aqui conhecem São Pedro da Aldeia —, uma cidade pequena, com mais ou menos 12, 13 mil habitantes. Na explosão do final de ano, isso dobra e até triplica, chega a 36 mil habitantes, e o senhor tem uma madeira. O senhor só vive disso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Só vivo disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Declaradamente o senhor só vive disso? O senhor não tem outra forma... O senhor não tem outra profissão? O senhor não ganha dinheiro com outras coisas? O senhor ganha dinheiro da sua madeira?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu só ganho com a minha madeira, mas esse ano, como o Alfredo estava pagando um dólar por quilo de madeira exportada, então essa madeira que foi para os Estados Unidos eu ganhei um dólar por quilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Quantos dólares o senhor ganhou esse ano?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu acho que eu ganhei...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor acha, não... Veja, o mais próximo possível.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Em dólar eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Em dólar, o senhor foi claro, o senhor ganhava um dólar por quilo, quantos dólares o senhor ganhou este ano?

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - Sr. Presidente, quantos quilos de madeira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pois, é, quantos dólares, quantos quilos?

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - Quantos quilos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É um por um. Quantos dólares, quantos quilos?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Nos Estados Unidos, foi em torno de 26 mil quilos, menos de uma carreta, uma carreta mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Vinte e seis mil quilos.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Dessa madeira aqui ou dessa que foi para os Estados Unidos. Olhe bem, dessa ou dessa?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, aqui tem muita misturada. Aqui, tem orelha-de-onça, tem putumuju, tem juerana. De pau-brasil para os Estados Unidos foi 1 metro e 800.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Isso aqui é pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Aqui tem muita misturada. Aqui está tudo misturado. Tem orelha-de-macaco, tem putumuju, tem juerana.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Isso aqui é pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Misturado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Misturado, tem pau-brasil aqui misturado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Aqui não. Essa aqui é putumuju, orelha-de-onça. Para os Estados Unidos foi 1 metro e 800 de pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Bom, então, vamos lá. O senhor exportou 26 mil quilos? Foi isso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - No total de madeiras diversas, que eu tenho as notas fiscais aqui comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Vinte e seis mil quilos. Quantas vezes? Uma vez só? Para onde o senhor levava essa madeira? O senhor que levava, transportava ou o Sr. Alfred que fazia?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - O Sr. Alfredo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ele que fazia. O senhor trabalho era o que afinal de contas?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - O meu trabalho foi o seguinte, quando o IBAMA foi fazer a vistoria na Fazenda Inveja, da madeira, que o IBAMA solicitou para mim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não era para o senhor, era para o Sr. Alfredo, não é? O senhor disse que não é sócio, poxa.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu não sou sócio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O Sr. Alfredo foi que disse no depoimento dele que alugou a Fazenda Inveja. Aí o senhor disse que o IBAMA está lhe pedindo alguma coisa e o senhor está fazendo. O que não estou entendendo é por que o Sr. Alfredo lhe pagava, então, um dólar por quilo de madeira. Não consegui entender isso. Veja se o senhor consegue me explicar. O que o senhor fazia para o Sr. Alfredo lhe pagar um dólar por quilo de madeira exportada?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - É muito fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, está difícil. Mas o senhor vai transformar em fácil, com certeza.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Muito fácil Deputado. Ele, o Alfredo... Eu sou brasileiro, eu fiz as vistorias no IBAMA, eu solicitei ao IBAMA para ir à Fazenda Inveja fazer a vistoria. O IBAMA fez a vistoria em meu nome. Então, como foi feito em meu nome, tudo tinha que ser em meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Por que tudo tinha que ser feito em seu nome?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Porque não pode o IBAMA fazer a vistoria em nome de Nei Carlos e essa madeira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Só por que ele é estrangeiro? Sr. Nei, o senhor fique bastante à vontade, tranqüilo, é para gente entender mesmo.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - É porque estou nervoso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não precisa ficar nervoso, Sr. Nei. Fique tranqüilo, não precisa ficar nervoso porque a gente quer a verdade.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - É verdade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - A verdade não assusta, não deixa a gente nervoso, não. O Sr. Nei vai à Polícia Federal e ao IBAMA e diz que tem um sócio brasileiro e avança — o sócio, o Sr. Alfred, desculpe. O Sr. Alfred Mark diz na minha presença, do Dr. Luciano e depois na presença de investigadores no cartório da Polícia Federal que ele tem um sócio brasileiro. A mesma pergunta, na época, foi feita ao Sr. Nei: por quê? Ele disse porque estrangeiros não podem fazer. Mas eu perguntei: "O que o Sr. Nei ganhava? Ele ganhava um dólar por quilo. Mas para quê? O Sr. Alfred também não soube me responder. O que estou querendo entender é o seguinte, se quem alugou a fazenda foi o Sr. Alfred, não foi o senhor, foi Sr. Nei? Estava em seu nome?"

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O contrato de locação da fazenda foi no seu nome?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ou não tem contrato lá, faz tudo no...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu desconheço essa parte do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então, vamos lá, ele fez um contrato na Fazenda Inveja. E ele cita aqui. Isso aqui é do serviço público federal, do departamento da Polícia Federal, Superintendência Regional, foi o depoimento do Sr. Alfred. E o seu sócio, Nei Carlos de Oliveira, é encarregado de obter... O senhor fez sociedade, Sr. Alfred? Vou lhe perguntar novamente, e quero que o senhor me



responda. O senhor fez uma sociedade com estrangeiro com o objetivo de exportar pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Nenhuma, Deputado. Eu não tenho sociedade com o Alfredo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor não tem sociedade.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Nenhuma. E a palavra sócio, também, só estou ouvindo pela primeira vez agora aqui. Até então não tinha ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então, depois o senhor vai ver isso. Então vou pegar o fio da meada. A fazenda alugada, chamada Fazenda Inveja, o senhor conhece?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor já esteve lá?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Já estive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O Sr. Alfred alugou a Fazenda Inveja para buscar tocos, que segundo ele tinha tocos lá de pau-brasil e pegava lá seus tocos, certo, e tinha uma serraria ali próximo em São João...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Do Paraíso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Do Paraíso, onde mora o Sr. Alfred, que, diga-se de passagem, tem um certo cuidado, ele contrata algumas pessoas da região para varrer as ruas, para ficar a cidadezinha bonitinha, ele até deve falar isso também. Mas essa serraria, Sr. Nei, o senhor tinha conhecimento dela?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Ele tinha uma carpintaria lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Carpintaria. Sim, carpintaria.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Uma carpintaria, ele tinha lá em São João do Paraíso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Para que ele tinha isso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Para ele serrar a madeira dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Serrar a madeira dele.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sim, mas serrar para quê?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Com vistas à exportação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Com vistas à exportação?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ele beneficiava, dava uma semi...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Dava um semi-acabamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Está bom, Sr. Nei, vamos lá de novo: o senhor não cortava, não pegava a madeira, não cortava a madeira, o senhor não transportava a madeira, o senhor não embarcava a madeira e por que o senhor ganhava um dólar por quilo de madeira, Sr. Nei?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Porque a parte do IBAMA quem solicitava a vistoria era eu e a Madeireira Rio de Janeiro que se encontrava



em fase de processo de... fazendo esse negócio para ser exportadora... Então, esse dólar que ele pagava, que é justo, porque nós estávamos trabalhando, a nossa empresa estava trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas estava trabalhando como? Vou falar de novo, o senhor não pegava a madeira, não cortava, não beneficiava, o senhor não transportava, o senhor não exportava. Qual realmente o justo aí? O que é justo pagar um dólar por quilo de madeira? Parece que ele pagava para o catador um real por quilo de madeira. Isso foi declaração dele lá. Ou seja, o Sr. Alfred pagava ao catador, àquela pessoa que mora lá no interior pagava um real por quilo de madeira. Ao senhor já pagava um dólar.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Por quilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Por quilo de madeira. Por quê?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Porque a nossa empresa estava trabalhando para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas trabalhando como?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Nós tínhamos que ganhar, Deputado, porque senão não era negócio para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, não é ruim. Mas trabalhando como? Como é que o senhor entra aí? Por exemplo, quando o senhor pede nas ATPFs, no trânsito da madeira fantasma entre Rio e São Pedro da Aldeia para fazer com que essa madeira então de fria passe a ser quente, ou seja, ela possa ser exportada, porque afinal de contas vem de uma madeireira, era assim que o senhor trabalhava?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor não tem nenhuma ATPF, não solicitou nenhuma ATPF para transporte de tocos e materiais lenhosos — inclusive, Deputado Sarney isso é importante —, porque ele reconheceu aqui nessa fotografia também como toco e material lenhoso morto... O senhor nunca transportou e é importante essa sua resposta.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor pense. O senhor nunca transportou madeira com ATPFs autorizadas pelo IBAMA de Eunápolis para São Pedro da Aldeia?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Foi transportada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Por quê?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Porque essa madeira quando foi juntada na Fazenda Inveja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Primeiro, quantas vezes, vamos mudar a pergunta. Quantas vezes foram transportadas?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Foram transportadas para o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Quantas carretas foram?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu acho que umas quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Cada carreta tinha que ter uma ATPF?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Tinha que ter.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sim.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Todas tiveram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Todas tiveram ATPF?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E iam com material lenhoso, com material morto, com material...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sua serraria em São Pedro da Aldeia está fechada?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - O depósito de madeira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Funcionando normalmente?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então, essa madeira saía de Porto Seguro, de Eunápolis e ia até São Pedro da Aldeia.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Quatro vezes ela fazia isso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Quatro ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor vendia essa madeira lá?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Porque o senhor sabe que é proibido vender essa madeira, pau-brasil — como é que o senhor fala — em lojas de madeira? É proibido vender isso, o senhor sabe?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Agora, o senhor fazia o que com essa madeira? Vinham quatro carregamentos para lá, o senhor deixava derrubava a carga, deixava lá na sua serraria e depois fazia o quê?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Mas eu posso contar do começo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pode, mas fala para mim, chegou lá.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Chegou lá no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Eram quatro carretas, elas chegaram lá, o cara derrubou a carga, está lá na sua marcenaria, como é que o nome?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - No depósito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - No seu depósito. O senhor sabe que é irregular, o senhor não pode ter esse tipo de madeira lá.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não foi irregular, não, Deputado. A madeira foi legal, ela descarregou legal; ela não pôde ser exportada porque foi feito um processo, um pedido no IBAMA para ser exportada a madeira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Do Rio, da sua serraria.



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim, eu tenho cópia do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim. Não pôde por quê?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - O IBAMA ficou uns quatro meses para dar resposta. Porque quando essa madeira foi juntada na Fazenda Inveja a intenção do Sr. Alfredo era mandar para os Estados Unidos. A empresa nossa já tinha feito uma série... Já tinha sido legalizado em tudo que podia ser legalizado para ser mandada essa madeira. O IBAMA de Eunápolis já tinha vistoriado a madeira e autorizado, dado vistoria da madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Vistoria da madeira.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Na Fazenda Inveja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Na Fazenda Inveja. Essa aqui, essa madeira aqui? O senhor reconhece, mais ou menos, um depósito parecido, é isso mesmo que o IBAMA foi lá autorizar?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Está toda misturada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Aqui também tem pau-brasil e o que mais?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Tem, tem pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – À vontade aqui em toras de pau-brasil.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Aqui é toretes de pau-brasil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Toretas de pau-brasil. Toretas é que se pega em tocos, raízes. O senhor acha que é possível ter um torete desse tamanho? Olhe bem, em toco e raiz, o senhor acha que pode ter um torete desse tamanho?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, tocos e raízes, toretas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sim, mas o senhor acha que isso aqui vem daqui?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sim, a gente pode aproveitar daqui e colocar aqui?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Aproveitado vai dar isso aí, toras?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Transportava essa madeira aqui, isso que quero saber, esse tipo de madeira, o senhor transportava para o Rio de Janeiro e ela já vinha cortada e beneficiada.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Mas essa madeira se encontra muito, lá no sul da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ela vinha beneficiada para sua madeira?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ela vinha em tora.



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Do jeito que ela saia da natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - São quatro carretas. Nota fiscal, o senhor tem dessas quatro viagens?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Tenho, está aqui comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Depois o senhor vai apresentar. Continue.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Quando a Fazenda Inveja foi vistoriada pelos técnicos do IBAMA e liberaram a madeira, eu fui ao IBAMA de Eunápolis e pedi que eu queria mandar essa madeira para o Rio de Janeiro para ser exportada. O IBAMA de Eunápolis exigiu que tirasse a nota fiscal na Secretaria da Fazenda, nota avulsa e forneceu as ATPFs, que eu tenho aqui comigo a cópia. Então, a madeira foi para o Rio de Janeiro, não com laudo de vistoria. Ela foi já com nota fiscal e com a ATPF, fornecida pelo IBAMA de Eunápolis. Essa madeira chegou lá foi descarregada. Aí, foi feito um processo e dada entrada no IBAMA para pedir a exportação para Brasília, para os Estados Unidos. Aí, esse processo veio aqui pra Brasília. Aí, o Alfredo veio comigo. Eu vim junto com ele, porque ele pagava a despesa. Nós viemos aqui umas duas, três, até quatro vezes, aqui, no IBAMA. E a gente ficava de mesa em mesa pedindo pra... Porque ia pra mesa de um técnico e a gente telefonava de lá pra cá e diziam assim: “Não, tá na mesa do doutor...” — e davam o nome de um doutor que tava... Aí, a gente pegava o avião e vinha pra cá. Chegava na mesa do doutor que tava o processo — lembro até que era o Dr. Francisco... não me lembro o sobrenome — , aí viemos na mesa dele e o Dr. Francisco disse: “Não vejo problema nenhum aqui, essa madeira pode ser



exportada. Vou analisar melhor esse pedido e vou dar o meu parecer” . — Tá bom. — “Só que hoje eu não posso, porque tenho outras coisas pra fazer”. Aí, passou acho que uns 15 dias, não me lembro, nós novamente fomos embora pra Bahia. Aí, ligamos aqui para o IBAMA de Brasília e o IBAMA informou que ela já tava na mesa do Dr. Taqueu. Aí, viemos de novo em Brasília. Aí, conversamos com o Dr. Taqueu, pessoalmente. — Dr. Taqueu, essa madeira e tal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor veio pra Brasília com o Sr. Alfred?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem pagava a passagem?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – O Alfredo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Alfredo pagava a sua passagem?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Pagava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O.k., pode continuar.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Aí, tivemos na mesa do Dr. Taqueu e o Dr. Taqueu disse: “Olha, eu já analisei aqui, já olhei, essa madeira pode ser exportada, não tem nada contra”. — Tá bom. — “Eu vou dar o meu parecer”. Aí, falou assim: “Mas depois do meu parecer tem o Dr. Randolfi, que é a pessoa responsável depois, tá mais alta do que eu”. Aí, sentamos na frente do Dr. Randolfi, conversamos com ele. Ele falou: “Vou dar uma olhadinha neste processo”. A Secretária foi, trouxe o processo e ele olhou, olhou, olhou e falou: “Olha, aqui não tem problema não. Essa madeira...”



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor ganha aquele dólar só na saída da madeira, ou naquele momento em que já estava na sua serralheria o senhor já tinha o seu dólar garantido?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, só quando a madeira saísse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só quando a madeira saísse?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O.k., pode continuar.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Aí, Dr. Randolfi falou: “Olha, esse processo vai vir na minha mão, não vejo aqui problema nenhum e a madeira pode ser exportada”. — Tá. Voltemos pra Bahia. Passou mais um determinado tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A madeira lá no Rio?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – A madeira, lá no Rio, aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Os quatro carregamentos?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Os quatro carregamentos?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Todos no terreno da madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – As quatro carretas de pau-brasil estavam lá...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, pau-brasil; pau-brasil tinha pouquinho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tinha jacarandá também?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Tinha um pouco de jacarandá, tinha orelha-de-onça, putumuju.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor queria exportar o pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – O pedido que nós fizemos era pra exportar o pau-brasil e o jacarandá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não queria as outras. O senhor queria o pau-brasil e o jacarandá?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, as outras também. Ia tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Depois, mas o senhor não fez?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não foi feito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor fez o pau-brasil e o jacarandá.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não foi feito nesse processo, mas depois disso foi. Nesse não foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, vamos, continue.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Aí, resultado: o IBAMA, aqui, em Brasília, acabou dando o parecer final. O Dr. Randonfi... nós telefonamos pra ele e falou assim: “Oh, eu já dei o meu parecer, mas vou mandar esse processo para o Dr. Vicente, que é Procurador do IBAMA.” — Tá bom. Aí, ele mandou para o



Dr. Vicente, para o Dr. Vicente dar um parecer, porque um dos técnicos tinha optado pela exportação, o outro técnico por mais informações. Então, ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, sim. Então, o senhor não conseguiu exportar pelo Rio por quê, afinal de contas?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Porque o IBAMA daqui disse que não podia exportar — o parecer da Procuradoria do IBAMA —, que a madeira... que não podia exportar o pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por quê?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Agora não lembro, mas eu tenho aqui a cópia do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, o senhor se empenha em um processo durante quatro meses, o senhor vem a Brasília uma porção de vezes, o senhor liga toda hora, o senhor não lembra por que ele falou, o que o cara falou, afinal de contas? Isso é uma decepção. O senhor está se...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – E foi mesmo, a gente contava com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Disse o quê, que o pau-brasil não era...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, o parecer da Procuradoria, aqui, no processo, fala que não tinha nada contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas não permitiu.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – No final, não permitiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por quê?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu não tô lembrado, Deputado, mas eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor procure esse documento para mim, por favor. Vou pedir a Assessoria Jurídica da Comissão para dar uma olhadinha enquanto continuamos conversando. O senhor trouxe a cópia das quatro ATPFs?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tudo direitinho.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Nós temos que saber também se o pau-brasil... Se isso aí é por que o pau-brasil... É proibida a exportação dele. Será que é por causa disso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Deputado, eu... Me parece que o pau-brasil, pelo que eu fiquei sabendo, não é proibido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não é proibido?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Agora estão dizendo que é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Agora estão dizendo, mas depois que acharam coisa, não... Estão dizendo, antes. Ano passado diziam isso? Esse ano passado diziam outra coisa?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não. O próprio IBAMA não falava que era proibido. Quando nós estivemos... quando nós ficamos na mesa do pessoal do IBAMA aqui em Brasília, ninguém falou para nós que era proibido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, pode procurar aí. Procure por favor. Tem um copo de água depois para o senhor tomar, ficar mais tranqüilo, fique à vontade. *(Pausa.)*

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu tenho aqui. A nossa madeira, Deputado, que eu sei, é a única que se preocupa com o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não, o senhor procura; procure, por favor, o documento que eu lhe pedi. Até porque nós também não vamos fazer propaganda da sua madeira, não. Então, eu precisava saber da sua... do documento que eu lhe pedi. Por que que a Procuradoria do IBAMA disse que não poderia... É esse documento?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – É este.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por favor, a Assessoria Jurídica para... Então, continue: aí, o senhor não conseguiu exportar pelo Rio de Janeiro — certo? — esse pau-brasil, o jacarandá, nem as outras madeiras. Aliás, teve algum parecer... Esse parecer foi segmentado? Ou seja, uma madeira podia, a outra não, ou nenhuma delas pôde?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – O que... o que o pessoal do IBAMA falava para nós. Inclusive,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não, o que o pessoal da Procuradoria disse para o senhor? Ela disse que não podia. Mas não só o pau-brasil, só o jacarandá, ou não podia as outras também que o senhor que estavam misturadas. Quais as outras que o senhor não podia?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Mas as outras não eram... não estavam nesse processo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor só queria pau-brasil e jacarandá.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Nesse processo, só essas. As outras iam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sim, mas o senhor queira pau-brasil e jacarandá. Aí, não pôde. Aí, o que o senhor fez? Porque o senhor tinha o dólar para ganhar ainda. O senhor não tinha ganho um dólar. Aí, o que que o senhor fez?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Aí, essa madeira, ela estava no pátio da madeireira, lá, e começou a estragar, porque, segundo o meu irmão, lá tinha muita maresia. Então, essa madeira começou a estragar e aí, eu falei para o Alfredo na Bahia. Digo: “Alfredo, essa madeira está estragando lá no Rio de Janeiro. O que você vai fazer?”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Que a madeira que era pela sua TPF, que está escrito aí, morta, lenhosa, ou seja, para fazer lenha, para fazer isso, para fazer ... São coisas... Mas a madeira que estava morta e lenhosa, que não pôde ser exportada para os Estados Unidos, estava estragando lá.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Estava estragando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí, o que o senhor fez?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Aí, o Alfredo falou: “Então, manda trazer essa madeira de volta para a Bahia.” Porque, quando nós estivemos no IBAMA aqui, o próprio pessoal falava assim: “Olha, o mais certo para vocês, é vocês serrarem essa madeira, porque do jeito que ela está, em madeira grande assim, o IBAMA não... Pode ser que não autorize. Por que vocês não



serram? Aí, a gente... “Bom, a gente nem sabe por que ele não serra. O americano quer mandar a madeira assim desse jeito. Aí, é um assunto dele.” “É, mas se vocês serrassem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - É, desse jeito... Deixa eu perguntar aqui. Desse jeito assim, que foi a madeira para lá, tocos e... Foi desse jeito aqui?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Um pouco desse jeito e um pouco outro tanto desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi um pouco desse jeito, cortadinho direitinho em torete, que o senhor chamou, e o outro desse jeito aqui.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim, sim. Eu tenho fotografia, inclusive dela, lá no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas e aí o que o senhor fez? O Sr. Alfredo mandou o senhor levar de novo.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Trazer de volta para a Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem pagava toda essa despesa. Tem nota fiscal, tem ICM, tem tudo, não é?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Tem, ele pagou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Pagou e eu tenho a cópia das notas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele que pagou tudo.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Foi.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Carretas...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Pagou o frete, pagou o imposto, pagou direitinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – As ATPFs?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - As ATPFs, o IBAMA fornece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Você não paga pela ATPF.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, paga cinco reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas, então, foi o...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Paga no banco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Entendi. Aí, o senhor devolveu a madeira para a Bahia.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Voltou pra Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o senhor até agora não tinha ganho o seu dólar por quilo.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Dessa madeira, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ainda não. Essa foi a primeira. Nós estamos tratando da primeira exportação — não é isso? — da primeira exportação.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Isto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, e aí.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Aí, a madeira voltou para a Bahia autorizada pelo Rio de Janeiro com nota fiscal e com a ATPF também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Autorizada por Rio de Janeiro.

Vamos, vamos ver essa questão da autorização. Quer dizer, o senhor tem uma madeira que veio de um lugar...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A Bahia autorizou o senhor a transferir a madeira para o Rio de Janeiro.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí, o senhor vai ao IBAMA, Rio de Janeiro — é o IBAMA que dá essa autorização ?...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - IBAMA do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ...e pede pra voltar pra Bahia?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Isto. Até porque, quando a madeira chegou lá, a empresa lá... ela tem que prestar conta no IBAMA, não só dessa madeira que foi daqui como a madeira que vem do Pará, que vem do Mato Grosso, que vem de Rondônia, que vem do Paraná. Então, a empresa tem que prestar conta para o IBAMA. Todo mês, final do mês, tem uma... uma ficha que a empresa presta conta. Essa madeira, tão logo descarregou lá, foi prestado conta no IBAMA do Rio, com as ATPFs, que foram da Bahia, foram entregues para o IBAMA do Rio de Janeiro. Então, o IBAMA lá já tinha a prestação de contas da madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E ela foi como material lenhoso e morto?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Isto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aquele material que estava na sua madeira era lenhoso e morto?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lenhoso e morto?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E o senhor quer exportar uma madeira lenhosa e morta, extraída de um material lenhoso e morto, das espécies...
O que é lenhoso e morto?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Lenhoso e morto é madeira que se encontra tanto no pasto, como no campo, como dentro da mata...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É uma árvore?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - É madeira seca. A árvore pode estar em pé, mas ela está seca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso aqui é uma madeira seca?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Madeira seca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso aqui é uma madeira seca e morta, lenhosa?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Madeira seca e morta.
Toda madeira seca e morta, o IBAMA considera material morto lenhoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso aqui...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Madeira seca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ...o senhor demonstrou conhecimento de madeira, é uma madeira morta e seca...



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – E seca, lenhosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lenhosa. Só serve para lenha.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu não sei por que tem esse nome lenhoso, mas aqui no Brasil só serve para lenha; nos Estados Unidos eles fazem muita... eles têm muita utilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tá bom. Aí o senhor veio... Uma madeira que está na sua serraria, lenhosa e morta, o senhor pede novamente autorização ao IBAMA. O senhor tem que dizer, quando vai pedir autorização para o transporte, ATPF, por que está mandando a madeira ou não?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, o IBAMA não exige.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não exige, só mesmo... e ATPF novamente, lenhosa e morta. Voltaram quatro carretas...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Voltaram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ... quatro carretas...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA -... três caminhões, porque quando foi... essa madeira também foi mal acondicionada

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, aí voltaram três caminhões. O senhor cortou alguma madeira lá, o senhor preparou a madeira na sua... O senhor deu uma preparada naqueles tocos, naquele negócio?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas arrumou melhor?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não. A madeira voltou... Não, mas ficou um pouco lá, Deputado, tem até hoje lá no pátio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem até hoje lá. Mas o pau-brasil, não, o senhor mandou todo.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - É capaz de ter alguma coisa misturada lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí, o senhor mandou novamente pra Bahia. Para onde?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Ela veio para, nas imediações da carpintaria do Sr. Alfredo. Imediações, que eu falo, é pertinho, porque a carpintaria dele é “pequeninha”, então não tem espaço. Aí, quando ela veio de lá para cá, inclusive ela veio em meu nome. A Madeireira Rio de Janeiro mandou com a nota fiscal, com autorização do IBAMA, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para a pessoa física Nei.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - ... para a pessoa física Nei. Por que ela mandou em meu nome? Porque nós estamos abrindo uma filial da madeireira na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas não está aberta, por isso que ela mandou para pessoa física.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Física, para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, o senhor faz uma operação absolutamente incompreensível, de mandar para o senhor mesmo. O senhor paga imposto para mandar para o senhor mesmo...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - A Madeireira Rio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ... já que o senhor não tem...
O senhor mandou pra sua casa?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor deu endereço na nota fiscal? Qual o endereço que o senhor deu na nota fiscal de Nei? Espera só um instantinho, Sr. Nei. Qual o endereço que o senhor colocou na nota fiscal que veio do Rio para a Bahia, em nome de Nei Carlos Guimarães de Oliveira?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - O endereço da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor mora lá?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - ... da São João... Eu moro em Eunápolis. São João...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não mora lá, mas deu o endereço de lá?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu dei o endereço de lá, porque a carpintaria do Sr. Alfredo é lá em São João do Paraíso. Então, se ficasse onde eu moro, fica a cem quilômetros de distância, e o caminhão foi fretado, e o frete foi pago para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor acha isso legal? Estou lhe perguntando: o senhor coloca seu nome numa nota fiscal e dá um endereço falso, que não é seu. O endereço é falso. Ou o senhor mora no endereço?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – O senhor, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não, não. Só responda assim: é falso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Desculpe, mas não é falso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É seu endereço aquele?

Então, o senhor é sócio do senhor...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Também não; não sou sócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas então não...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não sou sócio. A madeira veio para o seu...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - É um “laranja”, Sr. Presidente.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - A madeira pertence ao Sr. Alfredo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor dá o seu endereço, diz que a madeira vem do Rio... Vou fazer umas perguntas e encerrar o assunto com o senhor aqui. O senhor disse que a madeira veio da sua madeireira, que o senhor tem 70%...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aliás, o senhor mesmo mandou a madeira. Pelo que estou entendendo, o senhor mesmo, Nei, mandou a madeira para sua madeireira.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Pra ser exportada. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o endereço que o senhor deu na primeira nota? Da Bahia para o Rio? O senhor deu um endereço falso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não foi falso nem na ida e nem na volta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, tá bom. Na volta, foi porque o senhor não mora onde o senhor disse que mora.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Mas a carpintaria é do Sr. Alfredo, em São João do Paraíso, a madeira que ficasse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se o senhor não tem nada a ver com ele, Sr. Nei... O senhor iniciou seu discurso dizendo “Eu não sou sócio...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ... eu não tenho nenhum relacionamento, tive alguns relacionamentos comerciais.” Aí, o senhor manda a madeira para o senhor mesmo, com o endereço do Sr. Alfredo.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Desculpe, Deputado, mas eu poderia mandar a madeira pra qualquer lugar da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor pode me dar uma cópia dessa nota fiscal?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu poderia mandar... Nada me dizia que a madeira teria que ser descarregada na casa onde moro. *(Pausa.)* Eu não tive intenção nenhuma de fornecer endereço falso, porque isso não é falso; isso é real, é a carpintaria do seu Alfredo. Essa é a nota fiscal com as ATPFs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor mora da Rua das Coroas, sem número, São João do Paraíso? É só essa pergunta. Sim ou não?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não. Na nota fiscal está escrito: Sr. Nei Carlos, destinatário, remetente, nome, razão social, Sr. Nei Carlos



Guimarães de Oliveira, CPF — não usa seu CGC, usa o CPF — a madeireira que é sua, é uma nota da madeireira que é dele, para ele mesmo, pessoa física, só que no endereço de Rua das Coroas, sem número, de São João do Paraíso. O senhor mora... Isso foi em junho de 2002, essa nota fiscal.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor mora ou não na Rua das Coroas, sem número?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, eu moro em Eunápolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ATPF: Madeireira Rio de Janeiro, que é sua, o senhor assume, Rodovia RJ-140, São Pedro da Aldeia. E o senhor manda para Nei Carlos Guimarães, pra Mascote. Mascote é próximo?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - São João do Paraíso, onde tem a carpintaria de seu Alfredo, pertence a Mascote.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está escrito nas suas ATPFs. O senhor guarda isso que depois vamos precisar de cópias disso tudo. Bom, só uma pergunta: o senhor foi autuado recentemente pelo IBAMA?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por quê?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu considero a autuação ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não foi essa a pergunta. O senhor foi autuado?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Fui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por quê? O que o IBAMA alega?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Porque o IBAMA esteve lá na carpintaria do seu Alfredo, com uma ordem de levar a madeira que estava lá. Segundo alegou o funcionário do IBAMA, o fiscal do IBAMA, a madeira não tinha documentação, e a madeira tinha e tem documentação, e autorizada pelo IBAMA, porque a madeira, quando veio do Rio de Janeiro, veio com a nota fiscal, com a ATPF...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, vamos ver se estou entendendo, o fiscal do IBAMA foi lá e disse assim: “Seu Nei Carlos Guimarães de Oliveira, para quem essa madeira veio, não mora aqui, então, vou levar essa madeira”. É isso o que eles falaram?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, não foi isso. Eu não me encontrava lá, porque eu moro em Eunápolis,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas foi essa colocação que o IBAMA fez. Há quanto tempo o senhor trabalha com comércio de pau-brasil e jacarandá?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Desde que o Alfredo procurou nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Há dois anos. Antes disso, o senhor nunca trabalhou?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Nunca, nunca, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor mantém uma serraria... Vou fazer a pergunta pela última vez: o senhor mantém uma serraria no



Município de Mascote, em conjunto com o senhor Alfred Mark Raubitschek? Sim ou não?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa serraria tem registro no IBAMA? Sim ou não?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - A carpintaria do Alfredo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A serraria tem registro no IBAMA? Sim ou não?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Eu fiquei sabendo que a carpintaria do seu Alfredo não tem registro no IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual a situação atual dessa serraria? O senhor sabe?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quantos empregados trabalham nessa serraria? O senhor sabe?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Do Alfredo, eu não sei. Eu posso colocar só uma... coisinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, agora não; agora vamos solicitar à Secretaria que traga para responder as perguntas o Sr. Alfred.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só um instantinho, solicitarei à Secretaria... Só um minuto.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - Sr. Presidente, ele citou que tem transações comerciais com madeiras do Pará. É verdade?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - A empresa do Rio de Janeiro tem.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Sim. Poderia citar com que madeiras do Pará você... a sua serraria lá no Rio...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Desculpe, Deputado, eu não posso citar, mas são muitas, mas eu não tenho o nome de nenhuma, porque moro na Bahia, e quem toma conta do depósito no Rio de Janeiro é meu irmão.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, peço que transforme em requerimento isso aí para que ele informe depois com que madeiras do sul do Pará, ou do Pará, ele transaciona... E que tipo de transação comercial o senhor realiza com essas madeiras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Que a secretaria então depois encaminhe correspondência ao Sr. Nei, para que diga...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - A madeira do Rio de Janeiro compra madeira do Pará...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Nei, só um instantinho...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - ... para revender no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Nei, só um instantinho. Sr. Nei, só um instantinho.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Que a Secretaria da Casa encaminhe correspondência ao Sr. Nei, ao seu sócio irmão, na serraria lá de... Como é o nome da serraria?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Madeireira Rio de Janeiro Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Madeireira Rio de Janeiro, para que encaminhe todas as notas fiscais de compras de madeira do Pará, desde sua fundação até agora.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Ultimamente, no sul do Pará, ocorreu um derrame de ATPFs falsas provenientes da Bahia. Aliás, elas não são falsas.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON – Elas não são falsas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Elas não são falsas; elas sumiram ou foram... desapareceram de escritórios da Bahia e, misteriosamente, começaram a circular no sul do Pará. O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não senhor. Não estou sabendo. Nem... nem nada.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O senhor já vendeu ATPF?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não senhor.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O senhor conhece o Dr. Hévio Luiz Couvre?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Dr. Hévio Couvre é engenheiro lá do IBAMA de Eunápolis.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O senhor teve relacionamento com ele há quanto tempo?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Com Dr. Hévio, não. Eu fiz uma solicitação no IBAMA para ser vistoriada a madeira na Fazenda Inveja. E o



IBAMA designou o Dr. Hévio para ir fazer a vistoria. Mas eu não tenho negócio nenhum com Dr. Hévio.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Mas o senhor estava lá no momento? Estava na Fazenda Inveja?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - No momento da fiscalização do Dr. Hévio, o senhor estava na Fazenda Inveja?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Estava.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O senhor recebeu uma cópia do laudo da vistoria dele?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Recebi.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Recebeu?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Recebi do IBAMA. Do IBAMA.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Do IBAMA. Nesse laudo de vistoria dele, constavam apenas os tocos e raízes, ou havia toras de pau-brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Toretas. Havia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Havia toretas na fazenda?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Havia.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Toretas. Mas constaram do laudo de vistoria dele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O laudo de vistoria está aqui. São os três laudos. Em nenhum momento se fala em torete, se fala em vistoria de material lenhoso e morto das espécies de jacarandá e pau-brasil. “Há existência de



tocos e raízes de madeira secas e antigas, com mais de vinte anos, das espécies de jacarandá e pau-brasil, provenientes de aproveitamento coletados em pastagens. Conforme a quantidade de tocos e raízes que se encontram armazenados na fazenda para pesagem, propõe autorização de duas ATPFs para transporte". Segundo, "*(ininteligível)* vistoria na Fazenda Inveja, localizada no Distrito de São João do Paraíso, no Município de Mascote, foi solicitado o aproveitamento de espécies acima relacionadas. Vistoria de material lenhoso e morto das espécies são colhidos na fazenda próxima transportadas e depositadas na Fazenda Inveja. Esse material lenhoso é proveniente de limpeza de pastagens: tocos, raízes e desmanches de cercas". Outro relatório. "Foi procedida a vistoria da Fazenda Inveja, localizada à margem da BR-101. Há existência de madeiras secas em forma de tocos, raízes, estacas e pequenos freches" O que é freches?

(Não identificado) – Freches é....



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fustes.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O pau-santo-macaco não consta em nenhum momento...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Quero abreviar, quero abreviar. O que é legal na comercialização do pau-brasil? Só os tocos? Só as raízes? Fustes? Material lenhoso e morto? E até que espessura pode ter essas fustes, esse material lenhoso e morto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor está perguntando ao senhor...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu gostaria de perguntar ao técnico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor pode responder, Sr. Hévio.

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE – Normalmente, a gente encontra tocos, raízes, pequenos fustes, que são pequenas árvores secas no meio da pastagem. Elas são decepadas de motosserra, são cortadas. Existem fustes de dois, três metros, até quatro. Eles cortam, mas são todas madeiras mortas. Até porque o pau-brasil é uma luminosa; se o senhor cortar a madeira verde, ela rebrota imediatamente. É muito fácil identificar.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - O senhor acha que há possibilidade de aproveitar um laudo de vistoria seu de tocos, de fustes, de raízes para aplicá-lo em toras?



O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE - Eu acredito que não. A intenção é para aproveitar esse material que eu detectei na vistoria, não é? Agora, se é feita a má utilização desse laudo, aí é a fiscalização que constata.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Veja bem, nós conhecemos no Pará projetos de manejo que são feitos em determinada área, e a madeira é tirada de outra área, até de áreas indígenas. Isso existe, o senhor sabe, acho que todos têm conhecimento disso.

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE – É, isso procede.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Então, a pergunta que eu lhe faço, por analogia: tem possibilidade de uma pessoa que teve sua área vistoriada e que no laudo de vistoria foram encontrados tocos, raízes, fustes e material lenhoso e morto usar isso para tirar o pau-brasil de outra área que não aquela?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE – Eu acredito que é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Posso mostrar uma fotografia?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A nossa testemunha Nei olhou essa fotografia e disse que, na serraria, também foi esse material, esse tipo de material, que o senhor afirmou que não era toco nem raízes. Então, o senhor poderia dizer que seu laudo, que foi dado de boa-fé, a princípio, pode ter sido usado para transporte irregular de toretes e toras de pau-brasil, acobertando uma operação irregular de contrabando? Agora que o senhor sabe a história, que o senhor viu, que o senhor está acompanhando...

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE – É possível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É possível.

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE – É possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor acha que, de repente, um laudo seu... O senhor também disse que conhecia o Sr. Nei lá do IBAMA. Ele disse que estava nas vistorias na Fazenda Inveja. Parece que os dois estiveram juntos quando das suas vistorias na fazenda Inveja, o Sr. Nei disse que lhe encontrou lá. O senhor teria dito, no início... Embora não tenha nada a ver. Eu acho que, quando tem se vai fazer vistoria, tem que levar o dono mesmo. Na realidade, não tinha razão até para não nos dizer, Deputado, que um não conhecia o outro. Na realidade, se conheciam, até porque estavam lá. Então, o senhor acha que, se aconteceu, se essa madeira aqui, se essa madeira que está nessa fotografia — e peço à Secretaria que passe às mãos do Deputado Feijão —, é tora e não é toco, nem material lenhoso que consta do seu laudo, evidentemente... E se o Sr. Nei diz que esse tipo, estilo de madeira, estava na serraria do Rio de Janeiro, é sinal que o seu laudo foi usado para fazer uma ilegalidade, ou seja, até para o pau-brasil em sua... Deputado isso aqui é o material que compõe o laudo do Sr. Hévio, e isso aqui é o resultado da fiscalização do IBAMA na Fazenda Inveja, que o Sr. Nei diz que, nas notas fiscais, manda como residência, mas não é do Sr. Nei, é da serraria irregular do Sr. Alfred.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES –Sr. Presidente, isso aí até... Eu acho que não tem muita relevância. Serve apenas comprovar que ele, de fato, é um laranja do Sr. Alfred. Tanto é que sociedade juridicamente constituída não existe. Até porque o Sr. Alfred, sem regulamentação regular no País, jamais poderia registrar uma empresa aqui neste País. Então, ele foi usado pelo Sr. Alfred e,



naturalmente, com perfeito conhecimento — ele não é criança, já é do ramo há muito tempo —, para ser o laranja, ou seja, aquele que esquentava a operação para exportação. É essa a única conclusão a que eu posso chegar, entendeu? Agora, com relação ao laudo técnico do IBAMA, é preciso ser feita uma avaliação mais profunda, porque, primeiro, o laudo que ele realizou não trouxe fotografias, sob a alegação de que não havia máquina disponível para tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foram três, em três épocas diferentes. É muita coincidência, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E isso aí... Mas preciso verificar realmente se o laudo técnico dele avaliou tocos e raízes e foi utilizado para toras e madeira viva. Isto não é muito difícil. Se necessário, uma vistoria na área poderia comprovar perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seria proposição desta Presidência ao Plenário refazer... que o IBAMA encaminhe uma equipe independente, que lá volte...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E a outra preocupação, Sr. Presidente, é com relação ao derrame de ATPFs falsas que... *Made in* Bahia, esparramadas pelo Brasil inteiro. Eu gostaria de solicitar também que esta Presidência pedisse à Polícia Federal, que, me parece, já está atuando, a apuração para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Em que estágio está a apuração dessa...



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Agora, na realidade, não existe mais este perigo porque acabaram as ATPFs, e veio um selo. Mas, pelo menos, para saber...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas se levaram as ATPFs, vão levar os selos também. Solicito então à Secretaria que chame o Sr. Alfred. E já vou adiantando aos Srs. Deputados que a acareação de qualquer declaração vai ser aproveitada por esta Presidência, visto que os três estarão aqui prestando seus depoimentos a esta Comissão. *(Pausa.)* Solicito também a presença nesta mesa do Sr. Amarildo Geraldo Formentini. Tome assento à mesa, por favor, Sr. Amarildo. O senhor vai prestar depoimento, Sr. Amarildo. Pode trazer sua documentação. Sr. Amarildo, o senhor pode sentar à minha esquerda, por favor. *(Pausa.)* Sr. Alfred, por favor, o senhor pode se sentar aqui. Na tentativa de apurar uma declaração dada pelo Dr. Luciano, de que o Sr. Alfred seria um dos maiores contrabandistas de pau-brasil em atividade, em território nacional, resolvi que, nessa fase de depoimentos, em que constam o Sr. Alfred, o Sr. Amarildo, o Sr. Hévio e o Sr. Nei, estivessem todos juntos, até para facilidade e agilidade nas respostas que os Deputados terão durante o transcorrer dos nossos trabalhos. Vamos iniciar com o Sr. Amarildo. Sr. Amarildo, o senhor tem, na realidade, vinte minutos para sua apresentação. Evidente, pelo adiantado da hora, seria importante que o senhor dissesse o que sabe sobre os fatos até agora relacionados e que também dissesse se o senhor fez alguma denúncia, em algum tempo, que envolva qualquer uma dessas testemunhas aqui presentes e por que o senhor o fez.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Olha, eu...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Primeiro, o seu nome todo e o que o senhor faz.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Meu nome é Amarildo Geraldo Formentini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sr. Amarildo, por favor, leia...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - *"Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pois não, Sr. Amarildo.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, não é, e eu queria que o... O senhor quer que eu fale sobre o que eu sei em relação ao caso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sobre o Sr. Nei, o Sr. Alfred, o Sr. Hévio, sobre esse caso que estamos debatendo...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ... que seria a exportação ilegal de pau-brasil.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Tá. Eu não vim nessa... falar sobre isso... Não vim por isso, tá? Mas, eu não sei... Ironia do destino — tá? —, eu chego aqui e me deparo com o Sr. Nei, uma pessoa que há três anos atrás... (*falha na gravação*) Trabalho. Tá? Eu, na época, mexia com verdura, lá na Bahia e via corrupção de guardas rodoviários e tudo o mais, não é? O mesmo caminhão que levava verdura tinha que se submeter a ficar dando dinheiro e comprando notas fiscais frias. E aí, eu, conversando com o Zé Raimundo, da *Globo*, a gente fez um trabalho, tá gravado, saiu no *Fantástico*, no mês de outubro, que esse cidadão, o Sr.



Nei, aí, ele me passou notas fiscais frias e ATPFs, na época. O senhor entendeu? Foi um trabalho de investigação que a gente fez; eu depus na Polícia Federal de Salvador, na Polícia... Podem, se quiserem requisitar, na Polícia Rodoviária e na Polícia Federal, na época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, Sr. Amarildo. O senhor está nos dizendo que em mil novecentos e...



O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – 1999, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - ...noventa e nove, há três anos.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Salvo engano, em outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O Sr. Nei lhe passou notas fiscais frias.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Foi gravado isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E ATPFs falsas. Mas por que razão ele fez isso?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Porque eu fiz um trabalho, o senhor entendeu, junto com o Zé Raimundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem é Zé Raimundo?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Zé Raimundo é o repórter da *Globo*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Repórter da *Globo*.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Eu fiz um trabalho junto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Investigando...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Como é que funcionava o tráfico de madeira do sul da Bahia, o senhor entendeu. Mas isso foi acompanhado por procurador, delegado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ministério Público e tudo o mais.



O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Ministério Público, foi feito um trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dentro da legalidade.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – E onde esse cidadão, aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esse cidadão aí... o Nei...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – O Nei, a gente filmou ele na microcâmera, passando... Tem todo um trabalho de investigação, onde foram gravados telefonemas, e ele pessoalmente me passando, me vendendo nota fiscal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nesse telefonema o senhor estava negociando o quê? Madeira?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – ... compras de ATPF e nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Compra de ATPF e nota fiscal para transportar, para comercializar madeira...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Madeira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...legalizar madeira?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Legalizar madeira, sendo que foi carregado num lugar. Na época, o endereço colocado era falso, era em Salto da Divisa, Minas Gerais. Isso tem imagens para mostrar, o Brasil todo viu isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, sim, mas como não estamos de posse das imagens, vamos lá. O Sr. Nei, então, passava notas fiscais e dava endereço que não era dele. Já havia essa madeireira dele. Naquela época, ele já falava da madeireira de São Pedro da Aldeia?



O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Não, não, não foi isso. Ele vendia nota fiscal lá em..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele não lidava com madeira, vendia nota fiscal?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Ele vendia nota fiscal e ATPF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só nota fiscal e ATPF.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Ele tinha todo um controle sobre a fiscalização, na época, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Todo o controle. O que é todo o controle sobre a fiscalização?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Ele tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, tinha o esquema dele?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – A gente passava, chegava até lá sem ATPF, o senhor entendeu, no destino que a gente vinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor passava por todos os postos da Polícia Rodoviária?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – E tinha que dar dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dar dinheiro para...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Para os guardas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E para o Sr. Nei, ele cobrava o quê?



O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – O valor da ATPF, que seria dobrado. Na época, só ele teria na região, o senhor entendeu. A madeira já estava escassa lá. Foi esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – No norte da Bahia?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Sul da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sul da Bahia. O negócio dele era venda de notas fiscais e venda de ATPF. As pessoas pagavam pelo valor da ATPF, ou seja, se a ATPF viesse assim “100 metros cúbicos de madeira”, ele pagaria sobre 100 metros cúbicos de madeira?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Por 100 metros cúbicos de madeira, só que a nota fiscal e ATPF eram guiadas. Ele tinha vários endereços de... Um desses endereços...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele, o Sr. Nei, tinha vários endereços?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – É, o endereço das firmas dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Das firmas dele.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – É, um desses endereços que a gente flagrou é Salto da Divisa. Foi mostrado para todo o mundo que não existia, só tinha um lote vago.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só tinha um lote vago? Era o comércio dele, que vivia...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Era um endereço frio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Certo. Ele vivia, então, vendendo ATPF. Essa ATPF era falsa ou verdadeira, mas o papel era...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Era, a gente passava na estrada, a hora que nos viam, falavam: “Ó, essa nota é do Nei”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor falava para o guarda que a nota era do Nei?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – É, do Nei. “É do Nei? Não, tudo bem, pode ir”. Carimbava e ia embora. Foi gravado isso, tem todo um trâmite, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, tudo bem, até porque vamos buscar como se estruturava essa quadrilha na realidade, não é? E isso teve algum procedimento, o senhor acompanhou o que aconteceu depois?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – O único que acompanhou foi o delegado preso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O delegado foi preso por quê?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Porque estava envolvido nessa máfia, aí, o senhor entendeu, de passar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na Polícia Rodoviária Federal?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Nesse dito Distrito São João do Paraíso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele foi preso em São João do Paraíso.



O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Foram presos os guardas rodoviários...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Os guardas rodoviários...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – ...e foram expulsos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...foram expulsos...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – E o Sr. Nei, ninguém o localizou na hora. Inclusive, na época, a polícia teve muita dificuldade. A gente foi ao IBAMA, à Polícia Rodoviária Federal e, na época, já vazou a informação de que havia fugido. Ele tinha um acesso muito grande lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É esse o Sr. Nei de que estamos falando?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele está aqui agora?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele estava no sul da Bahia, disse que estava em Eunápolis por muito tempo e mesmo assim a polícia não o descobriu? Existe algum processo, então, aberto.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Olha, meu querido, até hoje eu não voltei mais porque eu fui ameaçado, entendeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por quem? Pelo Sr. Nei.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Meu sogro é de lá, meus filhos nasceram em Eunápolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi o Sr. Nei que o ameaçou?



O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Na época, ele disse que ia mandar me matar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Disse que iria mandar lhe matar. O senhor sabe se tem algum processo aberto de...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Nunca mais eu tive notícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O não senhor também não tem...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Nunca mais voltei. A partir daí fui servir no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seria na Bahia. O processo foi movido em que Município? O senhor sabe se foi na capital ou na...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Olha, eu fui, pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor prestou seu depoimento onde?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Eu fui ouvido na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu gostaria que a Secretaria da Comissão, por favor, entrasse em contato imediatamente com a Polícia Federal para que dê conhecimento, no prazo máximo de uma hora, a esta Comissão, do processo movido no Município de...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Olha, foi em Camacan...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor foi ouvido...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Não, eu fui ouvido em Salvador.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...em Salvador. Na Polícia Federal de Salvador...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Um delegado de Ilhéus foi me ouvir lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas na estrutura centralizada da Polícia Federal é fácil de achar. Se há um mandado de prisão preventiva do Sr. Nei, originário desses processos, se há algo contra. Por favor, passe para a Polícia Federal nome, CPF e identidade do Sr. Nei para verificarem se há algum procedimento judicial contra sua pessoa e também se há mandado de busca e apreensão ou mesmo de prisão preventiva contra o Sr. Nei. Mais alguma coisa para o senhor acrescentar, Sr. Amarildo, que gostaria de falar?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Olha, para mim, se tornou até constrangedor hoje, porque eu jamais pensaria que ia encontrar esse cidadão na minha frente, uma pessoa que me ameaçou, não é? Eu nunca mais pude voltar a Eunápolis com minha família. Meus filhos nasceram lá e meu sogro mora lá até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Há coincidências e coincidências. Na realidade, estamos também orientando a Assessoria Jurídica desta Comissão para depois conversar especificamente com o Sr. Amarildo, a fim de que visualize para a Assessoria Jurídica da Comissão se necessita de algum tipo de apoio, de segurança ou de assessoria, em termos das medidas que a lei permite para proteção de sua vida. Algum Deputado gostaria de fazer perguntas?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Antonio Feijão.



O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Sr. Presidente, ainda voltando à exposição do Sr. Hévio Luiz Couvre, gostaria de perguntar, não entrando no segundo tema da exposição do Sr. Amarildo, se o senhor conhecia o seu colega de IBAMA, o Hévio Couvre?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Olha, infelizmente, não é mais meu colega, porque eu fui exonerado. Eu ocupava cargo de confiança. Eu não sei, não. Eu nunca o tinha visto.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Trabalhava na Bahia, na época?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Não, não. Eu trabalhava no Pará, meu querido. Trabalhei no Pará. A partir daí, eu fui convidado pelo pessoal do IBAMA, na época, o senhor entendeu, o Dr. José Carlos Carvalho era Secretário Executivo do Meio Ambiente, para prestar serviço no IBAMA do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Cargo de confiança? Que cargo de confiança o senhor...

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Um DAS.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – DAS-2.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – E hoje o senhor faz o quê?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Hoje? Estou desempregado, há pouco tempo agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi movido algum procedimento administrativo contra o senhor, no IBAMA?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Foi sindicância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sindicância sobre?



O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Sindicância sobre denúncia de um Senador da República que eu multei, não é? Eu multei. Estava coordenando a operação e onde foi flagrada derrubada de castanhas e queimas, entendeu. Ademir Andrade. O Sr. Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Senador Ademir Andrade?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – E o Prefeito de Porto de Móz, o Sr. Gerson Campos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o senhor flagrou, o senhor foi mandado embora por causa disso?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Não, eu fui mandado embora porque... eu suponho que eu multei e apreendi a balsa do Prefeito de Porto de Móz, está. Eu multei porque estava coordenando a operação. Digo isso porque estava coordenando a operação, está?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não poderia multar, mas o IBAMA...

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Não, mas foi meu colega apto a isso. Hoje eu seria apto porque tenho o curso de fiscalização. No decorrer, eu prendi a balsa e eu mandei levar até Breves. Tenho até o relatório aqui. O Superintendente disse que deixasse o próprio Prefeito como fiel depositário, tal, tal, e não o prendesse. Aí, quando cheguei, ele me exonerou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O Superintendente do IBAMA o exonerou?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Deputado Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Sr. Amarildo, o senhor fez parte da comitiva daquela jornalista da *TV Record*. Mas o senhor tomou conhecimento? O senhor ainda trabalhava no IBAMA?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Não, não trabalhava. Eu já tinha sido exonerado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Parece-me que ela sofreu um pequeno constrangimento também ao abordar essa famosa balsa desse Prefeito de Porto de Moz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Foi essa balsa?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Foi.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Esse mesmo Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Esse mesmo Prefeito?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Eu posso falar?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Pois não.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Olha, eu tenho toda gravada a operação na íntegra. Eu posso dar algum detalhe. O detalhe é o seguinte: eu flagrei esse Sr. Prefeito com uma serraria clandestina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Qual é o nome dele, desse Prefeito?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Gerson Campos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sr. Secretário, por favor, requerimento de minha autoria solicitando a presença do Prefeito Gerson Campos,



para vir como testemunha a esta Comissão. Para testemunhar, temos que votar, Deputado. Votaremos amanhã para que ele se apresente, então, no sábado como testemunha.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - O irmão dele diz que era dele a serraria clandestina, que está nas imediações da Floresta Nacional de Cachuanã, que hoje, pelo que me consta, tem de ser dez quilômetros de distância, ou uma autorização especial do IBAMA — não sei se o Luciano pode explicar sobre isso —, então, onde foi flagrado essa serraria clandestina, onde foi lavrado o auto de infração. Ele não aceitou ficar como fiel depositário. O IBAMA, automaticamente, teria que ser responsável pela madeira. E quando voltei, sete ou oito dias depois — está no relatório —, foi quando ele já não tinha mais a madeira. Quando eu flagrei, estava já tudo empacotado para exportação. E só tinha um balsa lá e pegando a madeira em tora. Foi quando eu cheguei, levei a conhecimento, prendi a balsa, foi preso todo o maquinário, quando mandei conduzi até Breves, onde recebi ordem do Superintendente que eu deixasse tudo como fiel depositário para o Sr. Gerson Campos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - O senhor se lembra do nome do Superintendente do IBAMA do Pará à época?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Lembro. É o Dr. Paulo Contente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Paulo Contente. E qual o relacionamento que o senhor fez? Quer dizer, o senhor foi exonerado depois de autuar um Prefeito de uma região. O senhor conseguiu fazer essa ligação, por quê? Já existiam indícios de envolvimento, ou de conhecimento, ou de reconhecimento de



autoridade entre um e outro, entre Prefeito e Superintendente do IBAMA? O senhor acha que foi uma reclamação do Prefeito contra o senhor? Como o senhor fez essa relação imediata causa/efeito: “Bom, eu puni, então fui mandado embora”?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Deputado, a gente tem que falar as coisas com prova, mas a única coisa que me respalda em dizer isso — tem até documento aqui e fitas gravadas ali — é que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Essas fitas gostaríamos de ver todas. Se o senhor deixar sob a guarda da Comissão, assumimos o compromisso de entregá-las. E eu faço uma outra pergunta, Sr. Amarildo: se o senhor sentir realmente ameaçado, sabe que pode recorrer, e a Comissão pode auxiliá-lo, ao serviço específico que foi criado — foi um grande avanço inclusive da legislação brasileira —, o Programa de Proteção à Testemunha. Se o senhor desejar, imediatamente, poderemos proceder. Fica a sua vontade e ao seu critério. Se o senhor achar que deve, que corre risco, se o senhor achar que depois dessas declarações e avanços que nos está proporcionando, o nível de risco aumenta, imediatamente o senhor irá daqui para a Polícia Federal e será inserido nesse Programa de Proteção à Testemunha. E sinta-se que, a partir de agora, o senhor passa a ser testemunha perante esta Comissão. Nós precisaremos do senhor em outras oportunidades. Com certeza, no avançar das investigações, sua presença será imediatamente solicitada. Então, sinta-se à vontade. Não precisa dar essa resposta agora. O senhor pode fazê-lo a qualquer momento. Com a palavra o Deputado Antonio Feijão.



O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Sr. Presidente, só para dar pluralidade às oratórias é que estou tomando essa audaciosa missão de interromper V.Exa. vez por outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas é um prazer muito grande ser interrompido por um Deputado com a capacidade e absoluto conhecimento de causa como o Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Eu gostaria de ouvir um pouco o Sr. Nei, porque sou geólogo e vivi no mundo da floresta amazônica, principalmente em áreas de garimpo por muitos anos. Adquiri onze malárias, morando em cinco cidades da Amazônia. Então, sou muito pragmático com isso. Se uma pessoa é ameaçada de morte e três anos depois continua com a saúde que o senhor demonstra ter, é porque a ameaça é muito simplória. Então, é muito importante, para nós, ouvirmos a outra versão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ouviremos. Até por isso que fizemos esse tipo exposição, ou seja, de estarmos todos juntos aqui.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Porque é importante, para nós, pesarmos, nessas exposições, as verdades. Confúcio dizia que muitas vezes ela, embora se apresente com duas faces, tem uma terceira. Então, gostaria de pedir a V.Exa. que pudéssemos ouvir o Sr. Nei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Amarildo, sobre o caso específico, mais alguma coisa a acrescentar? O senhor tem as fitas? A Rede Globo tem.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Eu tenho também em casa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem também em casa. Então, essas fitas passarão, se possível, para a guarda da CPI e, depois de tirar nossa cópia de segurança, serão encaminhadas ao senhor. Sr. Nei, o Sr. Amarildo acabou de fazer algumas acusações que o Deputado Antonio Feijão resumiu, mas eu posso acrescentar mais algumas coisas, reputam extremamente graves. Primeiro, o senhor não é primário nisso que fez aí, e o Deputado Asdrubal Bentes o chamou de laranja, até por um fato que o senhor não dá importância, mas que surge de maneira efetiva, porque o senhor dá endereço onde não mora; o senhor dá endereço que é de outra pessoa; o senhor não assume que faz negócios de maneira constante, permanente, contínua. E pior, agora com o Sr. Amarildo, Sr. Nei, mostra que o senhor diuturnamente faz só isso. Quer dizer, o senhor vive disso, vive vendendo notas fiscais, e o senhor vive vendendo ATPF. E diz mais: que o senhor o ameaçou de morte, até por causa da denúncia feita. Então, Sr. Nei, respondendo à pergunta do Deputado Antonio Feijão, o senhor ameaçou de morte o Sr. Amarildo? (*Pausa.*) A pergunta foi: o senhor ameaçou de morte o Sr. Amarildo?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, senhor. De maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor vendia notas fiscais frias?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Também não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor vendia ATPF fria?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Também não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor era dono de uma ramificação que envolvia um policial rodoviário federal, autoridades locais do IBAMA



e da Polícia Civil, para facilitar o transporte e também a comercialização de madeira ilegalmente?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, senhor. Não sei nem por que ele está falando isso tudo, porque não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Tem uma fita gravada. O senhor se viu no *Fantástico*?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Mas o caso não é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor se viu no *Fantástico*? O senhor ligou a televisão no *Fantástico* e viu o Sr. Nei ali?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor viu?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - E o senhor concordou com aquilo que foi falado no *Fantástico*?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não concordei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor entrou com algum processo contra a Rede Globo? Porque, afinal de contas, estavam ferindo a sua honra de maneira frontal. Aliás, a CPI está prestes a comprovar isso, sabe, Sr. Nei, que uma das suas profissões é falsificar endereço, pelo menos isso, o que podemos afiançar que existe aí uma falsidade ideológica, vamos chamar assim, até ideológica, na medida em que sempre falsifica a ideologia, sempre falsifica os seus endereços. E está comprovado nessas notas fiscais aí. O senhor tomou que atitudes a partir desse momento? O senhor morava onde nessa época?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não entendi?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Na época do *Fantástico*. O senhor se viu no *Fantástico* ali. Aliás, tem muita gente que gostaria de se ver no *Fantástico*, não daquele jeito, mas tem muita gente. O senhor se viu ali, pois foi um momento importante, porque a sua família ligou, todo o mundo falou. Então, o senhor lembra mais ou menos a época. O senhor fez o que a partir disso? O senhor saiu da região? O senhor se sentiu ameaçado? O senhor saiu de onde morava?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não fiz nada. Fiquei na minha casa. Que eu moro, há treze anos, na mesma casa, no mesmo endereço. Não saí para lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor sabe que a polícia o procurou? Estava atrás do senhor? O Sr. Amarildo acabou de afirmar aqui que o senhor fugiu.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - A polícia não me procurou. Eu não estou sabendo disso, porque eu não saí de casa e eu não fugi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, o senhor não tem nenhum processo na Polícia Federal sobre isso, sobre aquela reportagem do *Fantástico*?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Não, senhor. Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Agora o Sr. Amarildo. Sr. Amarildo, o nome do Sr. Nei foi citado na reportagem dessa maneira: Nei Carlos Guimarães de Oliveira?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Deputado, não me lembro. Só sei que era Nei. E lembro da fisionomia dele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Apareceu exatamente na câmara?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - É. E eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso foi em 99?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI - Acho que foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi 99, 98. Prescrição desses crimes, não, não é? Então, determino inclusive à Segurança da Casa que depois...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só um instantinho, Deputado. Eu determino, já de pronto, antes de continuarmos, até para parar esse assunto e já iniciar o outro, que encaminhe os dois depoentes, tanto o Sr. Amarildo quanto o Sr. Nei, à Polícia Federal, com afirmação e um ofício desta Presidência que o Sr. Nei participava de uma quadrilha de falsificação de ATPFs e falsificação de notas fiscais. Para quê? Porque também se pode concluir disso que se apareceu na televisão como dono do esquema e a Polícia Federal nada fez, alguma coisa aconteceu. E nós precisamos saber o que vai acontecer. Então, o senhor vai ser conduzido, junto com o Sr. Nei, ao término desta reunião, e a Secretaria desta Casa que determina, então, à Segurança da Câmara que encaminhe os dois, um com a denúncia e o outro com a sua defesa, para que isso seja apurado. E também à Secretaria da Casa que todo esse procedimento, todos os depoimentos venham em cópia, amanhã, para esta Comissão. Com a palavra o 3º Vice-Presidente. Inclusive, quero comunicar que, às 16h30min, abri as urnas, e estava lá: V.Exa. é o 3º Vice-Presidente.



O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela condução brilhante dos trabalhos, até porque tem dado condições, de forma bastante democrática, de que todos se manifestem e possam assim esclarecer os pontos de vista em relação às questões levantadas. Eu senti ser necessário aprofundar um pouco mais em relação às acusações que o Sr. Amarildo fez para o Sr. Nei. E que ele também tivesse essa condição de explicar e contra-argumentar, já que V.Exa. determinou que posteriormente haja esse depoimento na Polícia Federal. Para que não fique dúvidas para a CPI e para que fosse dado oportunidade de ele ter uma palavra de defesa, como tinha mencionado anteriormente o Deputado Feijão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Deputado, acredito vamos continuar com o assunto, como disse, só que a decisão da Presidência vai ser cumprida. Houve um crime. Há acusação de que alguém fugiu. Se a Polícia Federal não foi atrás desse alguém, houve algum problema ou, então, não houve o crime. Um dos dois está mentindo. Acho que também não é nossa função, ainda mais num fato tão importante como esse, ficar aqui em debate, saber quem está mentindo quem não está mentindo. Há um procedimento que aconteceu em 1999 de venda de ATPF e nota fiscal. É um procedimento eminentemente policial, que inclusive está fugindo, está escorregando. Não foge na medida em que afirma que o Sr. Nei apresenta uma nota que o seu endereço é falso, vindo de encontro do depoimento do Sr. Amarildo. Quer dizer, é contumaz fazer notas fiscais falsas. E, como é um crime acontecido em 1999, e a Polícia Federal, inclusive, segundo o Sr. Amarildo, foi atrás do Sr. Nei e não o achou, cabe à Polícia Federal determinar e continuar sua ação policial. Nós vamos saber das duas versões amanhã, quando os depoimentos



vierem da Polícia Federal para esta Comissão. Todos os Deputados terão conhecimento disso. Sr. Nei, o senhor quer acrescentar mais alguma coisa antes de o Deputado Antonio Feijão manifestar-se?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Sr. Presidente, só para uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois, não.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Embora eu seja um rábula litológico e não um rábula jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor pode explicar o rábula litológico?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - Ou seja, eu só conheço mesmo a legislação das rochas. Sou geólogo de formação. Eu gostaria que V.Exa. pudesse só refletir sobre o que vou posicionar agora. No que eu pude ver nessas CPIs de que participei, compete a nós, Poder Legislativo, avaliarmos, investigarmos e encaminharmos denúncia que acharmos e entendermos necessárias e providências legais, quando assim entendermos necessárias. Acho que, se nós, no meio de um depoimento desses, encaminharmos de um cenário político investigativo para um cenário já de fase processual, não estaremos fazendo nem o nosso trabalho e estaremos fazendo com que também a Polícia Federal, que poderá ter esse trabalho já bastante avançado, porque não acredito que uma coisa que dê *Jornal Nacional* ou *Fantástico* não tenha tido prosseguimento. O segundo ponto, eu perguntaria ao Sr. Nei como é que ele veio hoje aqui, como é que o senhor se apresentou hoje aqui? Que o senhor me desse o roteiro, como é que foi que o senhor veio para cá hoje?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Nei, não indo exatamente ao encontro do que o Deputado Antonio Feijão está dizendo, parece-me que essa decisão foi tomada observando-se exatamente a lógica processual. Se existe alguém aqui com processo de 99, amplamente divulgado na imprensa, como foi mencionado, se existe alguém mentindo, e o debate já foi falado, um diz que sim, outro diz que não, e se já existe um processo na Polícia Federal, nós até pedimos para informar se existe um pedido de preventiva ou outra coisa. Acho — e nós temos ainda o depoimento, trata-se da questão do pau-brasil proposta por esta Comissão — que, como o processo está em andamento, seria importante a ida deles lá e afirmando tanto ao Sr. Nei, com quem eu já tinha falado, e agora ao Sr. Amarildo, que a Comissão chamará a qualquer tempo e época. Então, o Sr. Nei pode responder essa pergunta. E depois tem o Sr. Alfred, que também tem a ver com toda essa discussão. E nós vamos tentar descobrir, na realidade, como uma quadrilha formada por um americano, que veio só para isso, acha o Sr. Nei, que também já estava envolvido no mesmo tipo, no mesmo aspecto, para levar, então, a madeira, o pau-brasil para fora. Sr. Nei, por favor, sua resposta à pergunta do Deputado Antonio Feijão.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA - A madeira que foi para os Estados Unidos de pau-brasil era de 1,800 metro cúbico. É uma madeira que até uma caminhonete carrega. E essa madeira, pelo processo que foi dado entrada no IBAMA, o próprio IBAMA dizia que a madeira não era ilegal, e o próprio IBAMA autorizou. Toda a madeira mandada para os Estados Unidos até hoje do Brasil, onde entrou a nossa madeireira, foi 1,800 metro cúbico, que é um amarrado, mais ou menos dessa altura assim, isso aqui, mais ou menos assim. Essa foi toda a



madeira mandada. Outra madeira mandada foi 10 metros de jacarandá, que é a *Dalbergia*, que não é aquele jacarandá da Bahia, é um outro Jacarandá, *Dalbergia Variabilis*, que é o jacarandá autorizado pelo lei. Outra madeira foi putumuju, juerana, madeiras autorizadas pela lei, pelo IBAMA. E essa madeira de pau-brasil, que foi para os Estados Unidos, que é menos de 2 metros cúbicos, o próprio IBAMA autorizou, o próprio IBAMA emitiu a ATPF. Então, fiz com autorização do IBAMA e informando-me no IBAMA, até pelo não-conhecimento de como se exporta madeira. Então, tudo de acordo com o IBAMA e me informava. E a madeira, quando veio do Rio de Janeiro para São João do Paraíso, não considero que a madeira veio com endereço falso, porque a carpintaria do Sr. Alfredo era em São João do Paraíso. A cidade em que moro é Eunápolis, 100 quilômetros da carpintaria dele. A madeira tinha de ser descarregada na carpintaria dele. Então, o endereço da nota fiscal é de Nei Carlos Guimarães de Oliveira, Rua dos Coroas, São João do Paraíso, Município de Mascote. Esse é o endereço da carpintaria do Sr. Alfredo. Eu não considero de jeito nenhum que o endereço seja falso, eu não acho que seja falso. Eu poderia, quando veio a madeira do Rio, mandá-la para qualquer endereço da Bahia, porque o IBAMA liberou para vir a Bahia. Mas o IBAMA não questiona o endereço para onde vai a madeira. Então, assim eu entendo. Se estou errado, peço desculpa. Mas entendo que estou certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Sr. Presidente, estou fazendo esse questionamento porque, durante o processo eleitoral, fui levado para a Polícia Federal no prazo que não podia ser preso ninguém.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor foi convidado?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Eu fui num camburão. Perguntei ao delegado o que eu estava fazendo lá. Ele disse que não sabia. Eu perguntei se eu estava preso. Ele disse que não. Perguntei a ele se eu podia ir para casa. Ele disse que não. Então, veja bem. Levar um cidadão a uma delegacia de Polícia Federal, temos de dizer por que razão ele está chegando lá. Eu estou querendo zelar pelo conteúdo desta CPI. Por que estamos mandando esses senhores lá? E estou querendo exaurir o debate aqui, antes de tomarmos uma decisão. Então, na realidade, eu gostaria de ouvir agora, o Sr. Alfredo. Eu não conheço nem um dos quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Sr. Alfredo ainda não prestou depoimento.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Porque ele foi citado agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas ele não prestou depoimento ainda. Há mais alguma pergunta a ser feita ao Sr. Amarildo, a algum Deputado e ao Sr. Nei? Os depoentes não vão sair, vão ficar aqui. Eles não vão para a Polícia Federal agora. Vão ficar aqui conosco até terminar a reunião. Houve uma denúncia de processo que deve estar sendo apurado pela Polícia Federal e por isso vamos levar denunciante e denunciado à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu acho que o Deputado Feijão tem toda a razão. Nós não podemos tomar uma atitude precipitada para essas questões que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas não é precipitada. Essa não é precipitada.



O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – ... são questões extremamente graves. Então, queria ponderar ao Sr. Presidente que avaliasse bem a ponderação do Deputado Feijão para que nós pudéssemos aprofundar bem essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas nós vamos fazer isso. Nós só vamos sair daqui depois de o debate estar absolutamente aprofundado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – ... para depois tomarmos essa decisão que V.Exa. encaminhou. Eu gostaria que essa proposta do Deputado Feijão fosse levada em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, continuando os trabalhos, o nosso amigo...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Eu gostaria de fazer um questionamento, antes que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ao Sr. Nei?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Ao Sr. Nei e ao Sr. Amarildo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sem problema, Deputado; à vontade.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Sr. Amarildo, eu gostaria de saber de V.Sa. em relação à sua atividade. Quanto tempo o senhor exerceu essa função lá? Existia algum tipo de problema de relacionamento do senhor em relação à sua instituição em que o senhor trabalhava na época, especialmente. E a sua demissão, que foi questionada anteriormente, se realmente se deu por esses fatos. O senhor foi demitido conforme relatou ou foi decorrente dessa autuação que fez ao Prefeito somente ou houve outros fatos relevantes?



O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Deputado, é o seguinte. Eu tentei fazer um trabalho no IBAMA sempre ligado à Procuradoria da República. Todas as minhas ações, eu levava até a Procuradoria da República e a minha superiora era a Dra. Selma. Eram eles que me coordenavam. A Dra. Selma me pedia, e agora recentemente, o Dr. Paulo Contente. Eu queria ressaltar aqui que o Dr. Paulo Contente é uma pessoa séria, íntegra. Não sei o que o levou a me demitir. Após essa operação fui demitido.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – A autuação ao Prefeito?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – A autuação ao Prefeito. Quando eu cheguei, ele pediu que eu assinasse a minha demissão.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES – Não existe outro fato nenhum?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Ah, olha. O que ele alegou para mim, que ele pediu que eu retornasse com a equipe e que era ano eleitoral e muito perigoso multar um político. Que eu o colocasse pelo menos como fiel depositário – esse senhor, o Gerson Campos. Porque, na realidade, o infrator pego em flagrante foi o irmão dele, Rivaldo Salviano Campos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Nei, foi encontrada uma placa da Madeireira Rio de Janeiro na serraria do Sr. Alfred. É verdade esse fato?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como o senhor justifica isso, uma placa da madeireira...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Porque no lado da carpintaria do Sr. Alfredo... A Madeireira Rio de Janeiro já está em processo de abertura de uma filial. Ela já tem, inclusive, CGC. Ela ainda não tem a inscrição



estadual, mas eu creio que no máximo em quinze dias ela já tenha inscrição estadual. É uma filial do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas naquela época, parece que nem processo de legalização de filial existia.

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Já existia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas tinha a placa lá, quer dizer, o senhor manda e já pode botar a placa? É isso?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, mas a placa, ela não estava instalada. Ela está no chão. Ela está no chão. Nós mandamos pintar a placa, fazer a placa, e a placa está no chão. Ela não está nem fora. Inclusive, ela está dentro da carpintaria, num canto. Ela está no chão. Porque, de uma hora para outra sai a inscrição, aí sim, eu vou colocar a placa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Nei, pedindo desculpas ao Deputado Asdrubal, já lhe perguntei e o senhor ainda não respondeu, mas eu gostaria de voltar a ela. O senhor não tem ganho de dinheiro nenhum, na realidade, pelo que o senhor está falando. O senhor vive em Eunápolis há muito tempo. Temos algumas pistas que o Sr. Amarildo já mencionou, do que o senhor vive. Nesse período agora, de 1999 a 2001, 2000 a 2001, o senhor só viveu com a movimentação da madeireira de São Pedro da Aldeia. Essa afirmação é verdadeira ou falsa?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Procede, em parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o faturamento da sua empresa, que o senhor tem 70% da madeireira lá de São Pedro da Aldeia, mensal?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Ah, Deputado, sinceramente que eu não sei direito, porque o meu irmão é quem toma conta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A sua retirada? Qual a sua retirada, então? Já que o senhor não sabe o faturamento, qual a sua retirada mensal?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Quando eu preciso de dinheiro, o meu irmão me manda. Se eu precisar de mil reais, se eu precisar de mil e quinhentos reais, se eu precisar de 800, eu peço ao meu irmão e ele me manda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o senhor tem precisado de quanto, mês a mês, nesses últimos dois anos? No mês passado, o senhor precisou de quanto?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Em torno de três mil e pouco, quatro mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, a sua madeira tem uma retirada de, no mínimo, 7 mil reais? De retirada...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu não tenho retirada. Conforme eu preciso, eu peço a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor pede mês a mês? Todo mês o senhor pede?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Até duas vezes por semana. Às vezes, uma vez a cada quinze dias, se eu estiver precisando, eu falo: “Jorge, eu estou precisando de mil reais.” Ele me manda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já surge, então, uma nova determinação para que os balanços da madeira... Qual o nome da madeira?



O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Madeireira Rio de Janeiro Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Madeireira Rio de Janeiro Ltda. A CPI tem que ter acesso aos balanços dos últimos anos, desde a criação dessa madeireira, porque é uma madeireira que tem faturamento muito alto. Sabem que português faz duas coisas: é madeira ou padaria; uma serraria ou padaria. Ele tem aquela serraria mais de construção de móveis de *pinus*. Ele trabalha lá com *pinus* há muitos anos. Ele ganha mal, sabe, ganha muito mal porque parece que não é uma atividade assim tão lucrativa. Espero que a sua seja e os balanços comprovarão que o senhor possa então fazer essa retirada. Isso nos leva a um outro questionamento. O senhor trouxe as suas declarações de renda dos últimos dois anos?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor paga Imposto de Renda ou faz declaração de isento?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Eu tenho. Eu tenho Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor paga Imposto de Renda?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Pouco, mas paga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor paga Imposto de Renda?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o banco que o senhor movimenta seu dinheiro?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só Banco do Brasil?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Só Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe que nós vamos quebrar o seu sigilo bancário para saber...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa é uma possibilidade bastante interessante que podemos fazer. Não vamos dizer que faremos, mas podemos fazer requerimento para isso. Então, o senhor não sabe qual o faturamento? O senhor nem quer saber quanto é o faturamento mensal, quer saber do dinheiro que vem. O senhor liga para o seu irmão: “Quero três mil, quero cinco mil...” Qual é a madeira que...

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, eu não peço tanto assim não, Deputado. Eu peço para pagar a escola dos meninos, para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vende que madeira lá? O senhor tem 70% lá, vende que tipo de madeira lá?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – A madeira que ele vende é do Pará, do Mato Grosso, do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o Sr. Luiz Gonzaga Batista?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Nunca ouvi falar?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Uma indagação ao Sr. Amarildo. O senhor exercia uma função comissionada ou um cargo de confiança, não é? DAS-2, não é? A sua lotação era na gerência do IBAMA em Belém, em Marabá? Onde era?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Deputado, o senhor me conheceu em Marabá. Lá eu era contratado pelo programa do PNUD e, depois, a partir daí, eu fui lotado em Belém, num gabinete em Belém, na Gerência Executiva I.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Houve algum outro Estado em que o você...?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Quantos anos o senhor exerceu essa atividade de DAS, incluindo Marabá e Belém?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Eu acho em torno de dois anos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Dois anos?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Não tenho certeza, Deputado. Foram em torno de um ano e meio a dois anos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Quer dizer que quando o senhor conheceu o Sr. Ney, o senhor não exercia função nenhuma no IBAMA?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Trabalhava como autônomo?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Autônomo.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E nesse seu trabalho como autônomo para o seu sustento e de sua família, o senhor se preocupou em chegar àquelas ilegalidades que o senhor denuncia do Sr. Ney?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Deputado, o senhor sabe muito bem do meu trabalho lá em Marabá. Eu sempre fui um idealista do meio ambiente, sempre gostei e, como na época mexia com tomate, plantio e comercialização de tomate — eu abastecia supermercados no sul da Bahia —, eu via aquele comércio ilegal, caminhões que carregavam para mim iam sem notas fiscais, iam com notas fiscais frias, tinha de comprar, entendeu? E aí eu resolvi. Um dia eu falei: não é possível, estão acabando com a Mata Atlântica, vou denunciar. Foi onde eu conheci o Zé Raimundo, da *Globo*, e, a partir daí, a gente fez um trabalho de investigação, onde nessa reportagem demonstra todo o trabalho que a gente fez, foram uns quatro meses. Eu conheci esse cidadão... Eu não conhecia ele. Eu o conheci exatamente nesse dia por telefone chapas, que é uma coisa bem montada. Você chega chapas no posto de gasolina, vai lá, leva até ele e eu consegui chegar por telefone, fui fazendo contato, é uma gravação, tem toda uma gravação, está exposta aqui e ele, de madrugada, que foi me entregar as notas lá e a ATPF para respaldar uma madeira que chegaria no Espírito Santo. Em cima disso, envolveu-se delegados, Polícia Rodoviária Federal. Inclusive, Deputado, eu queria ressaltar o seguinte: eu fui depor na Polícia Federal e na Civil também, na Polícia Civil em Salvador, na Bahia.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E essas gravações estavam autorizadas pela Justiça ou foram clandestinas?



O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Não, não foram clandestinas, tinha, sim, um respaldo. Na época eu era leigo nesse assunto. O Zé Raimundo tinha, sim, um respaldo, tanto que, na hora, antes de sair a reportagem e tudo, que eu dei meu depoimento, fui fazer todo um... Tinha, sim, tinha respaldo.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Sr. Amarildo, peço vênia ao Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Certamente, vai abrilhantar a minha intervenção.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – O senhor acha que a sua participação nessa reportagem foi fundamental para a sua contratação para o IBAMA?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Olha, eu não imaginava a minha contratação. Eu fui convidado posteriormente. Aí eu voltei na Bahia e o Dr. José Carlos Carvalho, na época, foi recebido por ele. E a partir daí, com o Deputado Max Mauro, na época, que me conhece lá do Espírito Santo, eu também vim de lá para cá para ser ouvido no IBAMA aqui, quando eu fui recebido pelo Sr. Ricardo Blant(?), Dra. Gisele Dami Foratini(?), e o Rodolfo Lobo na época. Eles me perguntaram e o Dr. José Carlos Carvalho anteriormente me perguntou se eu poderia fazer toda a trajetória do que aconteceu naquela coisa. Eu fui lá e identifiquei todos os lugares onde eu tinha feito o trabalho e, a partir daí, me convidaram para fazer um trabalho no IBAMA.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então, todo esse tempo de atuação no IBAMA, o senhor trabalhou no setor de fiscalização.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – É, ligado à fiscalização.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E, certamente, conviveu com bons e maus.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Bons e maus empresários; bons e maus funcionários. Houve uma denúncia hoje aqui do Sr. Roberto Smeraldi de que as madeiras hoje são adquiridas com um preço superavaliado em 50%, que seriam destinados à corrupção, às propinas etc., ao aliciamento até de certas pessoas. Nessa sua convivência de dois anos nesse setor, o senhor pôde encontrar isso por dentro do quadro funcional do IBAMA e também fora, nas repartições estaduais e federais envolvidas?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Deputado, eu acho que a gente não pode generalizar um órgão e tem...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não estou generalizando, mas dentro você encontrou bons e maus.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – É para eu dar a resposta ao senhor. Existem coisas localizadas que eu acho que não é tão difícil. Eu tenho alguma coisa aqui, alguns relatórios que eu quero entregar até ao senhor, do meu trabalho, até tem coisas sigilosas, que era interessante que vocês apurassem, que eu poderia até levar o que está acontecendo. Acho que deveria ser mais no sigilo, senão vai...E o senhor sabe muito bem o trabalho que eu fiz lá em Marabá, respaldado pela Procuradoria da República, onde três funcionários estavam extorquindo madeireiros e eu digo sempre: existem madeireiros e madeireiros. Existe o madeireiro idôneo, que quer se legalizar; o madeireiro que gera emprego e



imposto e existe o madeireiro pilantra, que vai lá, quer comprar ATPF fria, quer comprar coisa e em cima disso se gera o IBAMA, como eu disse, localizado...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Cheguei onde eu queria.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Existe a dificuldade para... entendeu? Que passa a dificuldade para vender a facilidade. Eu sempre briguei em cima disso que o madeireiro idôneo tem de ser respeitado de uma forma que ele quer se legalizar. Agora, o pilantra, que eu acho que tem 70% no Pará, na minha concepção, como eu fiz vários trabalhos lá, mostrei, está aí — eu sempre gostei de trabalhar em cima de provas, ter provas, essa coisa —, onde existe a venda de ATPF, de nota fiscal. Recentemente, a gente pegou lá em Tailândia...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – De onde vinham essas ATPFs?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Era do próprio IBAMA, claro, vinha... Não foi essa da Bahia

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Em que Estado?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Teve da Bahia também, mas eu já não estava mais... Entendeu? Tá saindo... Foram 10 mil ATPFs que foram... Eu acho que 10 mil ATPFs, se não me engano, que foram extraviadas, não tenho certeza. Estou falando uma coisa que eu ouvi. Não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O senhor sabe se o IBAMA adotou alguma providência administrativa para apurar?

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Olha, Deputado, eu tive pessoalmente com o Dr. Luciano, já não como funcionário do IBAMA. Ele tava, sim, correndo atrás, como foi comentado aqui, existe, eu acho, aí um serviço de inteligência. E, com certeza, em todas as denúncias que eu passei pro Dr. Luciano,



ele providenciou. Agora, em relação às ATPFs, eu não tenho mais informação. Ele disse que estava tomando...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Dr. Luciano, certamente, o senhor está esbarrando na mesma dificuldade que elencou aqui, ou seja, na legislação, não é isso? Para poder concluir a apuração desses fatos e punir os responsáveis, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dr. Luciano, o senhor pode responder daí.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Eu cheguei atrasado aqui, mas é com relação aos fatos que ocorreram em 99?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, é sobre o desaparecimento de ATPFs e o aparecimento...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Vou lembrar aqui o que falou o Sr. Amarildo. O Sr. Amarildo falou num desvio de aproximadamente 10 mil ATPFs dentro do próprio IBAMA, que estariam circulando pelo Brasil, vendidas que foram, certamente, por aqueles que surrupiaram essas ATPFs. Então, perguntei a ele se ele tinha conhecimento de alguma providência do IBAMA para apurar os fatos e punir os responsáveis. Ele falou que V.Sa. estava adotando essas providências. Então, me lembrei do seu depoimento de se ter imensa dificuldade para apuração dos fatos e para a responsabilização dos culpados por culpa da legislação. Lembrei e quero indagar a V.Sa. se confirma isso.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Eu confirmo sim. Tem muitos desvios de ATPF. Agora mesmo, na Bahia, este ano roubaram 10 mil ATPFs.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu falei sobre a Bahia inclusive.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Dez mil ATPFs foram roubadas do escritório de IBAMA de Conquista. Isso ocorre mesmo, mas em função de corrupção ativa e passiva. Desses quadrilheiros que estão aí na mesa junto com o Sr. Presidente fomentam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sem adjetivos, por favor. Agora, de qualquer maneira, o senhor, amanhã, por favor, se prepare para responder essas perguntas na nossa reunião reservada, inclusive com a documentação apurada até agora sobre essa questão, como nós já tínhamos combinado. Questão que envolve madeira de maneira..., tanto ATPF, como operações montadas e quadrilhas desmontadas.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – O.k. Sr. Presidente, eu só queria me desculpar por ter me pronunciado mal nesta CPI, mas eu quero que esta Comissão entenda o esforço que nós fazemos para tentar coibir essas práticas dentro do órgão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não temos a menor dúvida disso...

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – A revolta bate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas solicito não adjetivação dos nossos... Dr. Amarildo...

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Sr. Presidente, vou ter de me retirar agora, mas fiquei curioso. Permita-me até esta rudez processual de interferir, mas Vitória da Conquista, só numa tacada, perder 10 mil ATPFs, tem de ter muita floresta



nesta região. Se fosse, por exemplo, Itaituba, que está inscrita dentro de um pedaço gigante de uma floresta, Porto de Moz, São Gabriel da Cachoeira. Mas é comum um escritório desse como o de Vitória da Conquista ter 10 mil ATPFs à disposição? Isso é comum no IBAMA?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Feita a sua pergunta, determino à Taquigrafia que retire a palavra, o adjetivo colocado, até já com as devidas desculpas do Sr. Luciano, para que retire o adjetivo usado na referência a essas pessoas aqui presentes.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Dr. Hévio, isso é comum?

O SR. HÉVIO LUIZ COUVRE – Eu não trabalho na região de Vitória da Conquista, mas o volume de ATPFs que tem lá é para atender a siderúrgica. A produção de carvão lá, pelo meu conhecimento, na região de Vitória da Conquista e Bom Jesus da Lapa é num número maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Satisfeito, Deputado?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Impressionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Em parte nós vamos avançar... Impressionado eu estou, Deputado. Eu queria só fazer mais uma pergunta ao Sr. Nei. O senhor conhece as seguintes empresas que vou citar: Horst John, Arcos do Brasil e Arcos Raposo?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não sabe de onde elas são?

O SR. NEI CARLOS GUIMARÃES DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, então. Iniciaremos as perguntas à próxima testemunha, o Sr. Alfred Mark Raubitschek,



cidadão americano, mantém no sul da Bahia atividade de compra de madeira em grande escala, na maior parte pau-brasil, com vistas à produção de peças para instrumentos musicais, vendidas por sua empresa instalada nos Estados Unidos. Já reconheceu, em depoimento prestado ao IBAMA e à Polícia Federal, praticar atividades irregulares no País, em depoimento feito no dia 28/11/2002. Para iniciar as perguntas, Sr. Alfred, o senhor poderia chegar um pouco mais para lá, para ficar bem próximo ao microfone. Sr. Alfred, a CPI está tentando colocar um tradutor à disposição, mas ele ainda está ocupado em outra Comissão, mas acho que se falarmos devagar, vamos entender, porque o português do Sr. Alfred...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Espero que vocês me entendam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entenderemos, mas, por favor, bem próximo ao microfone. Eu gostaria também que o pessoal do som aumentasse o microfone do Sr. Alfred, para que não haja dificuldades, mais do que as naturais, no entendimento tanto de um quanto de outro. Sr. Alfred, qual a sua situação legal no Brasil, hoje?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu estou casado. Estou pedindo residência permanente. Eu estou casado no civil e essa é a minha situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor casou no civil com uma brasileira? Mas o senhor hoje... o seu visto está como?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu tenho visto com a Polícia Federal para ficar seis meses por vez enquanto ele está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quer dizer, um visto provisório de seis meses, não é isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu quero também esclarecer ao advogado do Sr. Alfred que se quiser ficar ao lado dele, sem problema, só não pode ter... O senhor mora onde agora, Sr. Alfred?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Onde eu moro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É, no Brasil.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – São João do Paraíso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – São João do Paraíso. O senhor é sócio da empresa *Exotic Wood Savage*?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – *Wood Savage*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – *Wood Savage*, que tem sede na Califórnia. O senhor é sócio dessa empresa.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Uma pergunta que inclusive lhe fiz daquela vez, mas lhe vou fazer agora, para conhecimento dos Srs. Deputados: qual é o custo administrativo mensal médio da empresa nos Estados Unidos? Quanto o senhor paga?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Quanto quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quanto que a empresa paga para se manter lá nos Estados Unidos, mensalmente?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Mensal, salário, para mim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não. Todo o custo administrativo para se manter uma empresa nos Estados Unidos?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Talvez 25 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – 25 mil dólares?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por mês?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Mensal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por mês. O senhor tem a sua retirada e os seus sócios também tem a retirada?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Os meus sócios têm o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Os seus sócios ou o senhor é dono único, exclusivo?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu sou sócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor é sócio. Tem outros? Um? Dois?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Tem três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A sua empresa *Exotic Wood Savage* comercializa madeira? Só madeira?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Só madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tipo madeira selvagem, pelo que está...Exótica e selvagem?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tipo? Dê alguns exemplos.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Tem madeiras de outros países, África, Ásia, Canadá e pouca madeira do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Todas elas são exóticas e selvagens? Tipo pau-brasil, o que o pau-brasil representa para o Brasil, por



exemplo. As que o senhor importa do Canadá também são caracterizadas como selvagens e exóticas?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, as outras madeiras estão legais. Tem guias para derrubar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem guias direitinho? Pode derrubar a árvore?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim, nós compramos elas cortadas, cerradas, beneficiadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já beneficiada?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim, nós recebemos cortadas entram nos Estados Unidos pelos portos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A primeira vez que o senhor esteve aqui faz quantos anos?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – A primeira vez que venho aqui foi em 1975.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Em 1975, o senhor passou algum tempo aqui no Brasil também, não?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, eu só passo pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Passa pouco tempo e volta aos Estados Unidos?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor teve exatamente onde em 1975? O senhor ficou onde?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Rio, Bahia, Espírito Santo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor chegou a visitar essa região onde o senhor mora atualmente, naquela época, em 1975?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E depois o senhor voltou outras vezes e localizou essa região?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu tinha conhecimento com pessoas que mexem com pau-brasil, àquela época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Americanos?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem indicou o senhor?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Em Itabela, na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ilha Bela?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Itabela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quando foi que o senhor começou extrair madeira ou realizar outras atividades na Fazenda Inveja, localizada em São João do Paraíso, Município de Mascote?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Mais ou menos dois anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E como é que o senhor chegou a São João do Paraíso? Alguém..

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu descobri que aquela área tinha pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na primeira viagem que o senhor fez? Na segunda? Na terceira? O senhor deve ter localizado. Foi exatamente há dois anos atrás? Não. O senhor já veio para fazer isso.



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu vim para achar pau-brasil, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor veio, quer dizer, nas outras vezes, o senhor veio para achar pau-brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor veio determinado a achar pau-brasil, para poder ser explorado pela sua empresa, *Exotic Wood Savage*.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o senhor achou pau-brasil na Bahia e em São João do Paraíso, no Município de Mascote.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem uma atividade lá. Custa quanto por mês manter tudo aquilo que o senhor tem lá? Tudo que eu falo é... o senhor aluga. O senhor aluga a fazenda, o senhor aluga uma serraria... Se é sua a serraria, não sei, vou lhe perguntar ainda...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Quanto custa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É mais ou menos seus empregados... Tudo, quanto custa?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Seis, sete mil dólares por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Seis, sete mil dólares, quer dizer, somando, já são... Qual é o proprietário da Fazenda Inveja? Sabe o nome do proprietário da Fazenda Inveja?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Zé Preto, apelido. Eu não sei o nome.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, apelido?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim, apelido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor assinou algum contrato com ele?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Está na procuração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor assinou algum contrato com ele?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor alugou a fazenda por quantos anos?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Alugou a fazenda dele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu aluguei para um ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para um ano só?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Um ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Um ano só. Qual a sua... E aí eu gostaria... Até desculpe, mas antes o senhor vai ter que ler para a gente.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Mais ou menos um ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu não sei. O senhor lê bem o português. Se o senhor conseguir... Senão, qualquer coisa eu faço. Isso aqui eu vou precisar que o senhor leia em voz alta, até para ser registrado.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que está em negrito.



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bom, então, vamos lá, sua relação... quer dizer, que tipo de relação... Eu tenho aqui, por exemplo, o seu depoimento na Polícia Federal, assinado pelo senhor, que o declarante se encarrega da parte operacional do beneficiado da madeira e seu sócio, Nei Carlos Guimarães de Oliveira, é o encarregado de obter documentos necessários à exportação da madeira. Esse relacionamento de sociedade, que o senhor admite aqui, começou quando?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Um ano e meio atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Um ano e meio atrás. E o que cada um fazia nessa sociedade?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Por um amigo, eu descobri que Nei é dono de uma madeireira e eu quis trabalhar com pessoa que mora perto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabia que o senhor estava proibido de negociar, de fazer qualquer tipo de comércio em território nacional, em território brasileiro? O senhor sabia disso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Sabia, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por isso, então, o senhor procurou um sócio brasileiro para poder trabalhar de maneira legal ou buscar pelo menos a legalidade?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Eu quis trabalhar legal. Só, então...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E para isso, então, o senhor contratou o Sr. Nei para ser seu sócio.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Isso lhe custava quanto por mês, Sr. Nei?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não custava, em princípio. Eu pago despesas, por exemplo, para viajar, para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor tem uma média, mais ou menos, de quanto custou o Sr. Nei, nesses dois anos que vocês ficaram juntos.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – No princípio, nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, e depois?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não pago a ele nada. Quando nós começamos exportar, eu paguei a ele um dólar por quilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só depois que saísse a madeira do Brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Enquanto a madeira estivesse aqui ele não ganhava?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Enquanto madeira sair...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não. Enquanto a madeira não saísse do Brasil ele não ganharia nada?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Nada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quantos negócios, vamos chamar assim, o senhor fez com o Sr. Nei? Quantos negócios fechados o senhor fez? Por exemplo, o senhor exportou quantos quilos de madeira? É por quilo que o senhor exportava?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – É por quilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor mandava por avião? É isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mandava por avião para a sua empresa... A sua empresa é de onde? Em que Estado?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Está na Califórnia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A *Exotic Wood Savage* está na Califórnia. E o senhor mandava então do aeroporto... Qual aeroporto o senhor usava para transportar madeira?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Ilhéus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual a guia de exportação que o senhor possuía para exportar essa madeira?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Qual a guia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual a guia de exportação? Porque me parece que para se exportar madeira é necessário...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Tinha a nota fiscal, tinha ATPF, acho que tinha a fitossanitária. Penso que só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não tinha nenhuma guia de exportação de produtos naturais chamada de produtos de flora e fauna?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Pelo IBAMA de Eunápolis e acho que pelo Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não entendi. Pelo Rio de Janeiro?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Sim, madeira Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Alfred, por que o senhor mandou a madeira para o Rio de Janeiro?

SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Porque, no princípio eu quis mandar os tocos, porque eu estava providenciando lenha, madeira, refugo: tocos, raízes, a lenha, materiais mortos. Eu pensava que eu poderia ter mandado os tocos, raízes inteiros. Eu pensava que ficava muito mais fácil, se a Madeira Rio de Janeiro estava providenciando documentos para exportação, mandar para ela, para exportar pelo porto do Rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quantas vezes o senhor mandou madeira para lá?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Nenhuma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, espera aí.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Nenhuma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor mandou madeira para o Rio de Janeiro.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quantas vezes o senhor mandou madeira?

SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Para a madeira?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É, no Rio de Janeiro.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Quatro vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quatro vezes. O senhor mandava tocos? Mandava...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Tocos, raízes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós chegamos a algumas conclusões. Isso aqui é toco?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim, é toco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tem pau-brasil aqui. Segundo o Sr. Nei, vários tipos de madeira,...

SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Jacarandá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Madeira, jacarandá, tudo quanto é tipo de madeira.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E assim iam também aquelas toras que foram encontradas na sua fazenda?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na sua fazenda, não, no seu depósito.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Depósito, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foram aquelas também?

SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, elas não. À parte, algumas sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Algumas foram. Como é que o senhor conseguia essa madeira? O senhor usava o Sr. Nei para legalizar o seu



trabalho de exploração, na medida que o Sr. Nei é que ia lá no IBAMA para pedir as autorizações. Foi a madeireira dele que, digamos assim, esquentou essa madeira, na medida que assumiu com o transporte, assumiu que era legal, que era toco mesmo e lenha morta ou madeira morta lenhosa.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Sr. Nei conseguiu alguns documentos. É interessante: ele pede os documentos para uma fazenda que o senhor alugou, que tem documentos que o senhor alugou...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, eu não poderia alugar eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem alugou essa fazenda?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Procuração está vetando...ele...está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vamos devagar, não tem problema não, Sr. Alfred. Vamos lá.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Ele conseguiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só um instantinho. O senhor está me dizendo... só para respirar. Tome um copo d'água, se quiser, não há problema. O senhor está falando que o senhor não alugou a fazenda no seu nome. É isso?

SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, não. Eu não aluguei fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não poderia porque o senhor é estrangeiro?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Também por causa disso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não pode. Por tempo certo, pode.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu não aluguei com contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não alugou essa fazenda, foi de... Quem foi que alugou essa fazenda? Foi o Sr. Nei? Legalmente falando, quem foi que assinou?

SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Nei tinha procuração para tirar madeira daquela fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem foi que alugou a fazenda, Sr. Alfred?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Ninguém alugou essa fazenda. Eu paguei dono, 500 reais por mês para procuração para esta fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, e o senhor...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Para usar, para tirar tocos daquela fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, lógico, lógico. E o senhor, quer dizer, o senhor Nei é que fez o negócio com esse senhor que eu realmente não consegui... — depois o Sr. Nei vai nos dizer o nome —, que era dono da fazenda, o senhor não fez contrato, o senhor não tinha contrato, mas mesmo assim... Mas como o Sr. Nei entrou solicitando ao IBAMA... E aí entra o nosso fiscal que, a pedido do Sr. Nei, vai fiscalizar uma fazenda que não é alugada por ninguém,



não foi o dono que pediu, não foi a madeireira que pediu, não foi o senhor que pediu, foi o Nei. Quem pagava os 500....

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Pergunta a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós vamos perguntar, mas quero a sua posição. O senhor pagava 500 reais, mas era o Nei ou era o senhor que pagava os 500 reais? Onde entra o Nei e onde entra o senhor? O senhor pagava os 500 reais direto ao dono da Fazenda Inveja? O senhor pagava ou era o Nei que pagava?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu paguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor pagava o Nei e o Nei pagava ou o senhor que pagava diretamente? *“Toma aqui 500 reais”*.

SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu paguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, e o contrato de aluguel estava no nome do Sr. Nei?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim, o Nei pode explicar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, pode deixar. Pode deixar. Não, não, nós estamos fazendo perguntas ao senhor. Ele já respondeu sobre isso e disse que não. E o senhor está dizendo que sim. Quantas toneladas de madeira pau-brasil e jacarandá... O senhor deve ter... Quer dizer, uma empresa dessa tem uma escrituração infalível, porque lida com material de fácil... porque a perda é mínima, a perda de uma madeira é mínima, acredito — não sou especialista —, diferentemente assim de um...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Junto com todas as vistorias...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sempre mandou a madeira beneficiada para os Estados Unidos, porque não podia mandar por toco.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor mandava beneficiada, por isso o senhor fez a sua serraria lá ilegal.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Ilegal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ilegal.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Para onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A sua serraria ilegal, que foi descoberta pelo IBAMA. Mas isso aí vai ser outra pergunta. Vamos então continuar. O senhor exportou quantos quilos de madeira — madeira considerada... ou pau-brasil, ou jacarandá, os dois juntos — nesses últimos dois anos ou nesses dois anos em que sua empresa — sua empresa, não, a empresa do Sr. Nei — está trabalhando aqui no Brasil, no total?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Manda para onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para os Estados Unidos, sua firma.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Só que eu não mandei jacarandá. Eu mandei só pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, pau-brasil.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Dois mil e quinhentos quilos, mais ou menos 1 metro cúbico, oitocentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dois mil e quinhentos quilos, duas toneladas e meia.



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Não, 1 metro cúbico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dois mil e quinhentos quilos de pau-brasil.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – E o resto total e junto 28 mil quilos, 28 toneladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Que foram encontradas na sua fazenda — vamos chamar assim —na fazenda alugada.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quer dizer, que foi descoberta pelo IBAMA na época.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Até agora o senhor só mandou para os Estados Unidos 2 mil e 500 toneladas. Nós vamos encaminhar inclusive — tenho certeza disso — através do consulado, através da própria INTERPOL. Nós vamos buscar quantos quilos de madeira sua... Que, diferentemente do Brasil, nos Estados Unidos a coisa funciona... não sei se funciona melhor, mas eu acredito que se eu fizer qualquer coisa lá, a lei vem imediatamente, a impunidade é muito menor. E nós vamos ter na escrituração da sua firma, nós vamos pedir... O senhor sabe o que é balanço anual, não sabe? Nós vamos solicitar à sua empresa, lá nos Estados Unidos, para mandar cópias de todos os balanços que encaminhou à Junta Comercial... Não é Junta Comercial, acho que são Conselhos. As firmas dos Estados Unidos também têm... Nós aqui temos a Junta Comercial e a Receita Federal. Lá também tem a Receita Federal, e nós vamos... O senhor continua afirmando que são 2 mil e 500 quilos?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Continua afirmando que são 2 mil e 500 quilos, mesmo sabendo que nós vamos ter essa informação?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu não entendo essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu estou falando o seguinte: tem declaração de Imposto de Renda lá, nos Estados Unidos.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sua firma fez uma declaração do que recebeu e do que pagou.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa declaração nós vamos ter.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso aí, através da Embaixada dos Estados Unidos, nós com certeza vamos ter acesso a isso.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – São 2 mil e 500 quilos.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim, de pau-brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E na sua fazenda tinha mais 28 mil toneladas.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Vinte e oito mil toneladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por quanto o senhor compra madeira no sul da Bahia e por quanto o senhor vende nos Estados Unidos o quilo da madeira?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Pau-brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pau-brasil.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Pau-brasil vende por sete dólares por quilo para cima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sete dólares por quilo nos Estados Unidos.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Para cima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E aqui no Brasil, quanto o senhor paga?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Paga 2 reais por quilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que daria 2 reais... 0,80 centavos de dólar — mais ou menos isso. O senhor paga 0,8 centavos e vende a sete dólares.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se o senhor ainda levar em consideração que o senhor paga 1 dólar por quilo ao Sr. Nei, o senhor já está pagando 1,80 dólar. O senhor paga quanto no aeroporto para poder mandar a madeira?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Um dólar e 50 *cents*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso aí o senhor paga em quê, isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Um dólar e 50 *cents* para quê?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Tem que pagar em reais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas é 1 dólar e 50 cents para quê? Para quê o senhor paga isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Havia uma empresa de avião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Empresa de avião que o senhor paga é o frete. Mais 1,50 dólar: nós estamos em 1,80 mais 2,50 — senhor que é bom de conta — dá 3,30 dólares. Então o senhor tem um lucro líquido... A despesa lá nos Estados Unidos... Chega lá, o senhor manda, o senhor gasta quanto para chegar lá na sua empresa?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Até agora não tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas quanto o senhor gasta?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – ... não tem lucro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu sei que o senhor não tem lucro. Não sei se com as outras 28 toneladas que estão lá na sua fazenda o senhor teria lucro, mas por enquanto eu sei que o senhor não tem. Mas quanto custa para levar do aeroporto até sua empresa lá na Califórnia.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Quanto que custa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu falo já. Um dólar e 50 cents.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então dá 4,80, e o senhor vende por 7 dólares.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sete para cima — depende de qual a idade da madeira. Qual a idade. Pau-brasil tem várias...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim. Sua empresa beneficia o pau-brasil lá nos Estados Unidos?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, estava beneficiado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor beneficia aqui?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então o preço de 7 dólares já é beneficiado?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já é beneficiado. O senhor mantém uma serraria no Município de Mascote?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem uma serraria — olha a pergunta que nós vamos fazer —, o senhor tem uma serraria, serraria para beneficiar madeira, no sul da Bahia, no Município de Mascote?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ela está legalizada? Tem registro do IBAMA para funcionar?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual a situação atual da serraria? O senhor deu entrada em alguma documentação? Ela está fechada, ela está aberta, ela está funcionando a mil por hora? Como é que ela está?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Estava aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas e agora?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Agora está fechada. Está lá fechada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fechada, lacrada pelo IBAMA? O IBAMA alegou o que para fechar sua serraria?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Por que fechou? Porque não estava registrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porque não estava registrada. E o senhor sabe que é necessário o registro?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sempre soube...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Nós começamos um ano e dois meses atrás para legalizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem que estava iniciando? Era o Nei?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Nei. O Nei entrou com o processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quantos empregados o senhor tem nessa serraria?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Quantos quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Empregados.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Eu tenho quatorze.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dentro da serraria? Então é uma serraria razoável: quatorze empregados.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Mas três...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não é aparelhar madeira?

Não é isto: aparelhar madeira?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Parte eu empreguei para limpar ruas. Tem um projeto para limpar ruas e tem um projeto para criar mudas — eu tenho mudas. Tem vários projetos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa muda de pau-brasil aqui é um de seus projetos?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa muda de pau-brasil aqui, o senhor é autorizado pelo IBAMA?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor perguntou para alguém se podia fazer isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – A pessoa pega demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu sei, mas tem de conversar... A sua empresa vive de pau-brasil, e o senhor planta pau-brasil. Na realidade o senhor tem mudas de pau-brasil. O senhor pediu o visto permanente para o Brasil. Não seria de supor que essas mudas seriam para seu próprio consumo, ou seja, para mandar depois para os Estados Unidos? Não é justo supor isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, para mandar para os Estados Unidos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, o senhor manda a muda para os Estados Unidos.



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, para plantar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor trouxe dos Estados Unidos a muda?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, eu peguei daqui da mata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Da mata, e planta...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Pega mudas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, tudo bem. A minha pergunta é: o senhor quer ficar aqui, o senhor tem uma serraria irregular, o senhor manda pau-brasil para os Estados Unidos, o senhor planta mudas de pau-brasil, seria de supor, quer dizer, acreditar que o senhor estivesse plantando isso para poder colher depois: a muda vai crescer, depois o senhor vai cortar e mandar para os Estados Unidos?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, eu não quero assim. Quando o lenha acabou, eu não vou mexer mais com pau-brasil. Eu descobri que cada árvore que estava derrubada tem um toco, tem raiz, tem um monte de madeira ainda que presta para utilizar, porque instrumento musical só precisa pegar coisas pequenas, não precisa coisas muito compridas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. Deixa eu lhe falar uma coisa. Trinta toneladas de toco e de lenha, são necessárias algumas fazendas bastante grandes para se conseguir. O senhor conseguiu tudo isso que está lá mais a exportada e mais o que o senhor tem no seu depósito, na Fazenda Inveja?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu tinha... Tudo estava juntado na Fazenda Inveja, juntado, providenciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas tudo veio de lá?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sobre nossa vistoria, porque nossas vistorias estavam incluindo as fazendas em torno, coisas em torno, próximas fazendas. E se você (*ininteligível*) nossas vistorias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas pra mim a vistoria é da Fazenda Inveja.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, mas... eu sei, mas para estar escrito dentro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Vistorias, nós podemos... nós podemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, deixa eu melhorar a pergunta para o senhor de maneira bem... bem tranqüila. O senhor compra pau-brasil ou comprava pau-brasil dos vizinhos que vinham lhe trazer? É... Vamos continuar ainda chamando de tocos e...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Raízes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Raízes. O senhor comprava? O senhor comprava na época? Eu acredito que o senhor não esteja mais comprando porque, não é, está tudo fechado. Mas o senhor comprava, não é? O senhor comprava?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Comprava, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – As pessoas sabiam que o senhor queria pau-brasil e todo mundo ia lá lhe vender o pau-brasil. O senhor tinha toretes de pau-brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Toretas de pau-brasil o senhor tinha na sua fazenda?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor comprava toretas de pau-brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor comprava toras de pau-brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Toras que estavam mortas, apodrecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas toras, o senhor comprava toras de pau-brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Sim, toras apodrecendo. Quer ver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então o senhor comprava toras de pau-brasil também. E toretas, não é? Porque é engraçado que na vistoria do Sr. Hévio não constam os toretas, na vistoria não constam os toretas.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Quer ver um retrato?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, nós temos os retratos.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Não, eu tenho, eu tenho comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, o senhor tem também, mas nós temos os retratos. Inclusive a Comissão vai solicitar a um especialista...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Eu vou dar a vocês todos os retratos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porque, na realidade... na realidade, o senhor não nega que tinha 30 toneladas de pau-brasil, não é? Então, nós vamos contratar pessoas que vão é... e vamos contatar pessoas, principalmente engenheiros florestais, que vão me dar o laudo. E por isso que eu não estou muito preocupado agora, neste momento, de definir o que que é morto e o que que não é morto, porque nós vamos ter acesso a laudos feitos por engenheiros florestais que vão mandar para esta CPI para dizer se a madeira está morta...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu gostaria de você analisar todas toras que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vamos. Todas.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Para saber que está morto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas pode...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Ou está vivo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Se tiver casca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se foi cortada verde, se não foi...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Vai analisar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vamos sim. O senhor, então, tem quatorze empregados. Esses empregados, o senhor tem carteira de trabalho?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Hum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor... o senhor... Da serraria. O senhor tem... Vamos imaginar onze ou dez na serraria e o resto está



varrendo rua, preparando, melhorando, por causa do seu interesse também, tratando das mudas de pau-brasil, aquela coisa toda.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Algumas tratam, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso. E eles têm carteira... carteira de trabalho?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe que é necessário ter?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Está precisando... Nossas serragens tem muitas pessoas que está precisando de dinheiro, está passando... passando fome. Se eu... seu eu fosse brasileiro, eu passo vergonha de tantas pessoas está pobre, está pobre, e eu estou ajudando eles. Quanto eles estão pedindo a mim para... trabalho, eu estou dando eles trabalho. Talvez está contra sua lei, mas se eu sente pena para eles, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não tenho a menor dúvida disso.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Se tiver pouco dinheiro, eu vou dar a eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu acredito que no seu país, senhor... Sr. Alfred, também existam bastantes pessoas passando necessidade e que, com certeza, brasileiro nenhum vai lá para poder comprar alguma coisa ilegal para poder dar emprego para eles ou fazer alguma atividade basicamente ilegal.



Garanto que o senhor não vai encontrar nenhum brasileiro atuando junto, explorando ou buscando, dando dinheiro para os americanos também pobres. Então, o senhor conhece ou sabe de qualquer atividade...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – E você pode perguntar Prefeito, Prefeito, pergunta na... vai para nossa sociedade, fala com ela se eu estar ajudando pessoas, estar trazendo remédios para pessoas, pessoas limpando ruas. Eu fiz conchas para limpar ruas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós não duvidamos disso. Mas nós não duvidamos disso, não, Sr. Alfred.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Se eu não... eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós não duvidamos.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Talvez eu estar fazendo um crime porque eu estar empregando pessoas que está pedindo para trabalho, mas eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não está sendo acusado de nada ainda, senhor... Sr. Alfred, o senhor não precisa ficar angustiado. Eu só estou falando isso, porque no Brasil muitos estrangeiros, principalmente, e alguns brasileiros também, na desculpa de dar trabalho aos pobres brasileiros, atuam no mercado ilegal. Então, eu estou-lhe fazendo um desafio para dizer o seguinte: se o senhor está fazendo ilegal ou não, nós ainda não chegamos à conclusão. Nós vamos chegar à conclusão, é vidente, se o seu trabalho é ilegal ou não, nós vamos acabar chegando à...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu gostaria de trabalhar legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso. Nós vamos... Se o senhor está trabalhando ilegal, eu lhe faço um desafio. Garanto que o senhor não



vai encontrar um brasileiro explorando pobres na América do Norte, garanto que o senhor não vai encontrar. Bom, o senhor sabe de alguma atividade desenvolvida pelas empresas Arcos do Brasil, Horst John, Water Violet,

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Arcos e Arcos Marco Raposo, o senhor conhece a atividade deles?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Antes logo eu encontrei eles até... acho que três semanas atrás, eu não conhecia eles, eu não conhecia ninguém, três semanas atrás, quatro semanas atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Antes o senhor não conhecia, mas conhece agora?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Agora eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor imagina que eles sejam comerciantes de pau-brasil também? Devem ser, porque estavam num congresso nos Estados Unidos. Eu não sei se o nome que se dá lá é congresso, mas estavam numa reunião com consumidores de pau-brasil e várias empresas brasileiras.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quais eram as empresas brasileiras que estavam nessa reunião, demonstrando e dando palestras. Quais serão as empresas brasileiras, eram essas que eu citei?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eram quatro empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eram essas que eu citei, Horst John, Water Violet.



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Arcos do Brasil e Arcos Marco Raposo. Eram essas empresas? Eles estavam, e o senhor também, né, o senhor representando a sua Wood Savage?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ... Exotic Savage. Mas o senhor estava lá então dando um curso, um curso para consumidores...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Não, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essas pessoas que estavam lá, o público que estava lá era de consumidores de pau-brasil, de jacarandá? Sim ou não?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Não, a maior idéia dessa convenção, desse congresso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Convenção?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Sobre proteção de pau-brasil, que tem uma organização estabilizada há dois, três anos atrás, que está tentando estabilizar um órgão aqui no Brasil para proteger o pau-brasil. Achar um jeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Essas empresas...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Achar um jeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi, é para proteção do pau-brasil. Essas empresas também exportam pau-brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Acho que estão exportando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pouca coisa, ou muita coisa?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Acho que estão exportando muito...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor, com suas 30 toneladas, por exemplo, que tem para exportar, 28 mil quilos.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Eu não sei exatamente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não, mas o senhor se considera menor ou maior do que essas empresas, quer dizer, essas empresas vão exportar muito mais do que o senhor, ou o senhor vai exportar mais do que elas?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu não sei exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor imagina que elas sejam maiores?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Acho que eu estou exportando bem menos do que elas, porque eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor está achando que está exportando bem menos do que elas, mesmo com aquele estoque que o senhor tem lá?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O estoque deles também é grande?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Qual estoque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O estoque de pau-brasil da Horst John, Water Violet, e Arcos do Brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não sei qual o estoque, eu nunca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essas empresas estão estabelecidas onde?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK - Eu nunca fui para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essas empresas estão estabelecidas onde? Estão no Brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Estão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Em que Estado?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK - Estão no Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Espírito Santo? Em 9 de outubro, agora, o IBAMA apreendeu 41 toneladas de madeira, entre elas pau-brasil e jacarandá, em São João do Paraíso, Município de Mascote. Essa madeira é de sua propriedade?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK - Sim, mas não foram 41 toneladas, são 16 metros cúbicos. Sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Qual a origem dessa madeira?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK - Origem? Vem da Fazenda Inveja. Aquele estoque que eu tinha, sobre nossas vitorias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Vou fazer essa pergunta de novo para o senhor. O senhor sabe que nós estamos solicitando, até por estarmos mesmo preocupados com o laudo do Dr. Hévio, estamos solicitando uma nova, e aí, sim, minuciosa, por uma equipe independente do IBAMA, fiscalização na Fazenda Inveja. Então vou lhe perguntar de novo. E depois dessa fiscalização, com certeza teremos uma idéia muito apurada. E eu não gostaria de dizer que o senhor está aqui, numa CPI, com falso testemunho. Sabe o que é falso testemunho?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Sei. Que eu não estou falando a verdade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Falso testemunho é dizer a mentira, sabendo que está dizendo a mentira.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então, pela apreensão, que me foi trazida aqui pela assessoria, o termo de... que é assinado pelo senhor...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deve ter a sua assinatura aqui, em algum lugar, são 39 metros cúbicos de torretes e toras. Então, nós vamos ter o resultado da fiscalização...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Mas, escuta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não, mas o senhor assinou isso aqui, vamos lá de novo.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Qual esse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Apreensão da madeira da sua...da Fazenda Inveja, lá na sua serraria, 39... Depois eu passo para o senhor, pode deixar...aqui a sua assinatura...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Não é minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Assinatura de quem?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - De meu gerente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Bom, então tudo bem.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK - Eu estava aqui em Brasília quando eles apreenderam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tá, então vamos lá, Sr. Alfred. São 39 metros cúbicos de torretes, toras de pau-brasil e jacarandá, ripas,



pranchas cerradas, ripas da espécie pau-brasil e jacarandá, 39 metros cúbicos de toretes, toras... O senhor afirma que isso aqui, 39 metros cúbicos, veio somente da Fazenda Inveja?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bom, então, o Sr. Hévio está mentindo, porque ele diz aqui que não tinha tora nem torete. Ele fala aqui, claramente, no seu laudo...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu vou lhe fazer novamente a pergunta. Eu vou lhe fazer novamente a pergunta, não se preocupe.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – O.k. Mas minha assinatura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas a assinatura do seu gerente, está tudo certo, do seu representante. Aqui só diz o seguinte: vistoria de material lenhoso, morto, das espécies de jacarandá e pau-brasil. Não se fala em toras nem toretes. Não se fala em toras nem toretes. O senhor pagou ao Sr. Hévio alguma coisa para que esse laudo lenhoso...?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe se o Sr. Nei, seu sócio e representante no Brasil, pagou alguma coisa ao Sr. Hévio para a confecção desse laudo?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhecia o Sr. Hévio? O senhor estava lá quando ele foi fazer a vistoria?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu vi ele uma vez quando ele estava vistoriando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor se apresentou a ele?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Primeira vez, primeira vez, apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele lhe conhecia?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu encontrei ele quando ele veio para a vistoria a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor conversou com ele e disse que queria fazer esse... Bom, mas o senhor, então, não... O senhor reconhece a assinatura do seu gerente, 39 metros cúbicos de toras e toretes de pau-brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É o que o senhor tem na sua fazenda?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim. Estava juntando de outra fazenda. Lembra que eu fala com você...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí nós voltamos à primeira pergunta: tudo vem da Fazenda Inveja?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Vem de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vem dos outros lugares também. As pessoas iam vender ao senhor?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim, juntando de outras fazendas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Toras, toretes?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Toras, toretes, madeira, lenha morta, matérias mortas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Toras e toretes. E a autorização era para tocos e raízes?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – E lenhoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, tudo bem, o senhor pode ficar tranqüilo. A ATPF veio com o material morto? Como o Sr. Nei conseguiu as ATPFs? Era material lenhoso e morto? É isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A ATPF, a autorização para transportar.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Como ele faz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como é que ele conseguiu? Estava escrito o que na ATPF?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Eu não entendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Era tora, torete, madeira? Tora, torete, era toco?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Eu não lembro o que estava escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não lembra. Sr. Alfred, o senhor, num primeiro momento, disse que só tinha tocos e raízes, depois já assume que existem toras e toretes. O senhor ou o Sr. Nei Oliveira, o Sr. Nei Oliveira no caso, tinha autorização para transporte, nas ATPFs, apenas de material lenhoso



morto, tocos, raízes e estacas, oriundos de desmanche e de cercas. O senhor já comprou alguma vez madeira verde? Pau-brasil? Jacarandá?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Quando? Durante os últimos dois anos? Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor comprou madeira verde?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Comprou madeira verde? Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pau-brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bom, o senhor...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não comprou madeira verde, não. Eu não vou comprar... eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem algum sócio nas suas empresas, principalmente a Exotic Savage fora do Brasil? Por exemplo, a sua empresa... o senhor tem outras empresas que têm algum sócio brasileiro?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Outra empresa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sua empresa nos Estados Unidos, *United States*, ou então na Europa, ou sei lá..., ou mesmo na América, o senhor tem empresas?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não. Só uma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só uma. O senhor tem algum sócio brasileiro?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Só um sócio? Não. Nos Estados Unidos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nos Estados Unidos? Nas suas empresas? Aqui, só o Nei?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Só o Nei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quais as fábricas que utilizam as suas exportações? O senhor vende lá para quem o pau-brasil?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Nos Estados Unidos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vende por leilão, vende por Internet? As pessoas vão lá comprar?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – As pessoas chegam em nossas lojas. Comprar de nossas lojas, nossos armazéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De uma vez só, qual foi a maior carga que o senhor mandou para os Estados Unidos?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Quanto? O quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De uma vez só, quer dizer, o senhor mandou quantos embarques para os Estados Unidos?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Junto de pau-brasil ou junto todas as madeiras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pau-brasil.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Pau-brasil acho que oito vezes, sete vezes. Eu não sei exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sete vezes o senhor foi mandando quilos. O senhor tem conhecimento do tráfico, a nível de Brasil, de pau-brasil verde?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Pau-brasil verde?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É. O senhor tem conhecimento? O senhor conhece?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu não conhece, não. Eu sei o que está acontecendo, mas eu não estar envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) — Sim, mas o senhor conhece onde? Que lugar? Que Municípios? Não precisa nem dizer o lugar.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Perto meu lá tem pau-brasil e eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – No Sul da Bahia?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sul da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eles têm o pau-brasil. Eles estão cortando o pau-brasil e estão exportando.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Verde está saindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está saindo lá? Bom, eu vou precisar, agora, que o senhor me dê os nomes dessas pessoas.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não sabe o nome?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu não estar envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi de ouvir falar?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não. Eu não sei. Eu não estou envolvido. Eu não gosto de encontrar eles. Eu só sei que pessoas estão derrubando... está saindo da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está saindo da Bahia. O senhor sabe que cometeu algumas ilegalidades, não sabe?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor sabe que cometeu algumas ilegalidades? Algumas coisas erradas que o senhor fez, o senhor sabe quais são?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Que coisas que eu fiz?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Coisas erradas. Isso que o senhor fez aqui no Brasil. O senhor sabe. Quais são as que o senhor fez?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sobre o negócio que o senhor fala que eu tinha uma serraria e não estava registrada. Você fala outra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O estrangeiro não pode fazer negócios enquanto não tiver sua situação regularizada. O senhor sabe disso.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Agora eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor já tinha vindo uma vez ao Brasil. O senhor não sabia?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor soube disso quando? Engraçado que ninguém sabe, Sr. Alfred. O Nei também não sabia que o estrangeiro não pode fazer negócio no Brasil enquanto não tiver a sua situação regularizada. O senhor também não sabia disso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Agora eu estar sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quando o senhor soube disso? Quando procurou casar para poder aumentar a rapidez da declaração do seu visto permanente? Foi nessa época que o senhor soube?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Quando você lacrou aquela serraria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quando lacrou a serraria. O senhor, além disso, exporta madeira sem guia. E aí eu pergunto ao Sr. Luciano: quais os documentos necessários para exportação de pau-brasil que a lei brasileira exige?

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Tem que ter autorização em CITES, emitida pelo IBAMA.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Não, errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Autorização CITES?

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Autorização CITES, emitida pelo IBAMA. Qualquer carregamento de madeira tem que estar autorizado pelo órgão ambiental para ser exportado.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Desculpe, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Depois, o senhor vai concordar ou não na sua resposta. Então, sem isso, não é possível exportar madeira...

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – ... porque é madeira ameaçada de extinção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi, tem que ter o CITES para... O.k. O senhor está também envolvido no tráfico ilegal de mogno? O senhor manda mogno para a sua empresa?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mogno, não?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não. Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já esteve em Altamira?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fazendo o quê, hein?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu estava fazendo pesquisa sobre galhos e refugos, galhos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Galhos.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim. Galhos de mogno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quais aldeias indígenas que o senhor visitou?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quais aldeias de índios brasileiros que o senhor visitou?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor nunca entrou numa aldeia?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu fui para o IBAMA, em Altamira, para conversar com ele sobre beneficiando refugio, os galhos de mogno, para utilizar refugio de mogno também. Ele falou: “Bom idéia”. Ele fala: “Eu vou apoiar você”. Ele fala isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lá em Altamira?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Eu tenho que falar outra coisa. O Dr. Luciano tem que pesquisar, ler. O pau-brasil não está sob CITES. Não está incluído em CITES.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Sr. Presidente, eu gostaria de retificar a resposta.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Então, tem que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Jacarandá.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Só jacarandá.

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Sr. Presidente, eu gostaria que a nossa especialista da área de flora, ela colocasse a situação do pau-brasil, se o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem, então, um minuto para que ela venha até aqui conversar. (*Pausa.*)

(Não identificado) – Em relação, realmente, à exportação de pau-brasil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fale, por favor, com o Dr. Luciano, porque depois ele nos reporta, porque a senhora não está... (*Pausa.*) Pois, não?

O SR. LUCIANO DE MENEZES EVARISTO – Segundo informação aqui da área técnica do IBAMA, o pau-brasil não está nos anexos CITES, mas ele não pode ser exportado de forma nenhuma na medida em que a Resolução CONAMA proibiu e cassou todas as autorizações que foram concedidas e proíbe a emissão de qualquer tipo de autorização para exploração da espécie.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Desculpa, senhor, você tem que olhar leis novas....



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só um instantinho. Só um instantinho. Também não há esse desafio aí de o senhor pega, o senhor faz, o senhor acontece... nada disso. Essa informação vai ser confirmada pela CPI, depois pelo próprio Dr. Luciano, que vai nos mandar essa Resolução CONAMA, e também, se realmente acontece, o senhor fez outra ilegalidade, ou não? O senhor fez mais uma ilegalidade que foi exportar uma madeira proibida. Como é que o senhor exportava isso? O senhor chegava no aeroporto de Ilhéus e aí? Fazia o quê?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Entregava pacotes para a Receita Federal, dava para vistoriar, dava toda a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual a documentação que o senhor apresentava?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Quer ver?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não. O senhor só me diga, por favor.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – A ATPF, nota fiscal, nota fitossanitária. Só isso. Três documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A ATPF, que falava que era do Nei a madeira; nota fiscal, que dava o endereço do Nei como sendo a sua casa; e a fitossanitária, onde o senhor conseguia isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – IBAMA ou em...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor afirma — deixa eu lhe falar, o senhor vai complicar a situação do Nei, o senhor vai conseguir fazer isso — que, a nota fiscal emitida pelo Nei, o endereço e a ATPF, a madeira era sua?



O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – A madeira, na realidade, é madeira dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não. Não é essa... Olha bem, se o senhor responder isso, o senhor mentiu em tudo que o senhor falou até agora e nós não podemos mentir.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Eu não estar mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vai conseguir fazer que o Nei tenha sua vida complicada. A pergunta que quero fazer novamente é a seguinte: o senhor exportava para o senhor mesmo?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – O.k. Eu vou te explicar uma coisa. Você precisa saber uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós vamos saber, nós vamos saber. Deixa eu só lhe falar, vou lhe fazer novamente a pergunta. O senhor exportava para o senhor mesmo uma madeira que, para chegar até o aeroporto de Ilhéus, vinha com nota fiscal, ATPF e fitossanitária, como o senhor falou. A nota fiscal vinha em nome do Nei, pessoa física, com endereço seu, seu endereço, endereço falso seu.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Falso, porque ele não morava lá, ele morava lá? Ele tinha alguma empresa lá?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHKEK – Não, ele não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não morava lá. Bom, segundo: essa ATPF vinha em nome do Nei, mas a madeira era sua, o senhor



nunca negou que a madeira fosse sua. O atestado fitossanitário pelo menos esse vinha no seu nome ou vinha no nome do Nei?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Não, vinha em nome de madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do Nei, ou no nome do Nei?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas a madeireira já tinha mandado para a Bahia, já estava na Bahia para ser exportada por Ilhéus, para sair pelo aeroporto de Ilhéus. O senhor está afirmando, então, com isso, que o senhor mentiu a esta CPI quando disse que, primeiro, nunca trabalhou para o senhor, não trabalhava para o senhor, ganhava por exportação, só tirava as licenças, quando na realidade não era licença era todo o processo, inclusive de exportação, porque senão o senhor não poderia exportar. O senhor está afirmando que o Nei – como, parece, que o Sr. Amarildo colocou: craque em notas fiscais frias –, o senhor exportava uma madeira que vinha da madeireira para ele mesmo, pessoa física para o endereço que não existia, para o endereço que ele não morava, e com esses documentos, a ATPF no nome do Nei, mas a madeira era sua, o senhor que comprou e, depois disso tudo feito, dessa operação feita, o senhor exportava madeira de maneira livre e desimpedida para o senhor mesmo.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Eu não entendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vou tentar lhe explicar de novo. O senhor está afirmando, com essa sua declaração, que o Sr. Nei, deixa eu ver o nome, Nei Carlos Guimarães de Oliveira mentiu a esta CPI quando disse que ele simplesmente facilitava a negociação para o senhor. Ele nunca deixou de dizer



que a madeira era dele, ele sempre disse que a madeira era sua. Mas o senhor está me dizendo, o senhor nos colocou agora, que de maneira legal o Nei era usado para o senhor exportar a madeira, que era sua mas estava em nome dele, para o senhor mesmo, nos Estados Unidos. É isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem certeza de que é isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Acho que é, se eu estou entendendo corretamente. Você quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Posso lhe explicar de novo de outra maneira? Sabe, as coisas que não podem ser feitas aqui, como falei, é mentira. Mentira não pode. Quem mente numa CPI...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu não vou mentir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor não está mentindo, eu estou entendendo que o senhor não está mentindo. O que o senhor está dizendo é que o senhor exportava madeira que era sua para uma empresa que era sua, só que com documentos falsos e sabendo disso.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Falso como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porque a madeira estava no nome do Nei, a madeira era do Nei, o fitossanitário era do Nei, a ATPF era do Nei, mas a madeira era sua. O senhor...

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu forneci dinheiro para comprar madeira, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor, então, afirma que o Sr. Nei não era só um facilitador, o Sr. Nei era o seu braço brasileiro que deixava, que transformava em negócio legal uma operação arquitetada para burlar a lei brasileira, na medida que o senhor não pode comercializar, como americano, o senhor não pode comercializar. Eu não estou falando nem falando do pau-brasil, estou fugindo da questão do pau-brasil, até para essas questões que a gente tem que definir ainda, estou falando do negócio. O senhor usava o Nei para, além de tirar as licenças, exportar uma madeira que não era dele, era sua. Tem-se um nome, na legislação brasileira, chamada falsidade ideológica. Falsidade ideológica é isso, é você afirmar uma coisa a nível legal que não é. E o senhor tinha conhecimento disso, aí faço a pergunta, o senhor está entendendo até agora o que estou dizendo: o senhor fez isso sabendo que a lei brasileira não permitia que o senhor vendesse ao senhor mesmo e exportasse madeira para o senhor mesmo, primeiro por ser estrangeiro, segundo porque é um negócio absolutamente eivado de irregularidade. Você não pode vender para você mesmo, você pode exportar e dar para você mesmo, mas não vender para você mesmo. Porque na realidade houve um negócio de compra. Para ser atualizada, teria que haver um negócio de compra e venda. O Sr. Nei recebeu o dinheiro, e o senhor deve ter dado algum recibo, um dólar por quilo seria então a remuneração de ele mandar a sua — isso não existe — madeira para a sua empresa. É isso?

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHK – Acho que é. Eu não tenho outro, eu não posso responder mais, eu estou muito confuso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não precisa ficar confuso. Nós podemos ficar aqui o tempo necessário para tirarmos toda essa confusão sua. Se o senhor necessitar de um intérprete, nós providenciaremos.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Eu vou explicar. Eu comprei o madeira, eu corto a madeira. Nei tem a madeireira, e nós conseguimos extrair esta madeira legal. Legal madeira, e ele tem uma madeireira que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E a madeira era sua.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Não, madeireira é dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A madeira era sua.

O SR. ALFRED MARK RAUBITSCHEK – Autorização para exportar madeira.

A firma dele tem uma autorização para exportar madeira.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, só para tentar contribuir em termos de economia processual. Eu creio que está mais do que esclarecido o que aconteceu. Está tudo gravado nas fitas e, certamente, a Taquigrafia já pegou. Aconteceu que não passou mais do que eu disse ainda há pouco na linguagem popular: laranja. Ele é estrangeiro, não tem o visto permanente> Consequentemente, não pode comerciar no Brasil, nem muito menos com o exterior. O que ele fez? Valeu-se da firma do Nei para cometer o crime. Não há mais o que se discutir a não ser apurar até que ponto foi a comercialização do pau-brasil. Quanto à ilegalidade da atividade, já está caracterizada. Para mim, está perfeitamente caracterizada. Agora, o que nós precisamos saber é a quantidade de madeira comercializada, a que foi de forma legal, a que foi de forma ilegal, para, depois encaminhar às vias normais e aos poderes competentes — o Ministério Público, a Justiça — para apurar e punir, porque a nossa função aqui é apenas



apurar os fatos e encaminhar ao Ministério Público e à Justiça. Não tenho mais nenhuma dúvida, creio que meu companheiro aqui está perfeitamente esclarecido, e, portanto, não há por que perdermos mais tempo para caracterizar a figura do laranja e a do dono da laranja. O que nós temos de ver agora é o que foi exportado ilegalmente, qual a quantidade, para onde, com quem, e para isso, nós temos que usar os meios de que a Comissão dispõe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor pode responder à pergunta do Deputado Asdrubal?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, não foi uma pergunta; foi mais uma colocação para V.Exa. Não tem mais como nós ficarmos nessa lengalenga de querer descobrir o sexo dos anjos. Já se sabe que foi utilizada a firma do Nei para que ele pudesse exportar não só o pau-brasil, mas outros tipos de madeira. Então, já há o primeiro crime. Agora resta saber qual a quantidade de pau-brasil foi exportada, se legal ou ilegalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, ele já assume.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas o que ele diz é uma coisa. É para apurar se houve mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ela já assume que foram dois mil e quinhentos...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então, creio que não podemos mais perder tempo quanto a isso. Vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Deputado, a intenção da Presidência de esgotar o assunto é até para dar a chance tanto ao Sr. Nei quanto, ao Sr. Alfred de colocar seus pontos de vista e assumir realmente as ilegalidades,



até porque há interesse desta Comissão que um esquemão desse, o senhor há de convir que em tráfico de animais e de patrimônio genético só existem estrangeiro, ou na maior parte dele, os cabeças são estrangeiros que vêm ao Brasil para fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Muitas vezes, com a cobertura do próprio Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é. Na madeira, a mesma coisa. Nós estamos enfrentando numa madeira específica em que já existem inclusive... Eu não posso falar em termos de apreensões, mas, com certeza, nós vamos tomar outro susto, e não vai demorar muito tempo, com a questão do pau-brasil. Existem empresas que fazem isso de maneira efetiva. Descobrimo um esquema desse, que, com certeza, tem que envolver fiscais, tem que envolver os próprios agrônomos, alguns do IBAMA, que envolver autoridades portuárias, aeroportuárias. Tem que envolver, senão fica difícil. Ele está falando tanto que está falando em mandar pelo correio. Mandar pelo correio é a mesma coisa. Quer dizer, é uma chance única que nós temos de saber que, por exemplo, quando se manda um pedacinho de madeira desse tamanho, tem um lucro de 4 dólares depois de correio pago. Então, esse esquema de correio que está sendo utilizado para mandar animais também está sendo utilizado para mandar madeiras específicas, tipo pau-brasil, jacarandá. É uma chance única que a Comissão tem de realmente desvendar as facilidades que as nossas dificuldades oferecem. Se você usa o correio, o esquema é um; se você usa o porto, é outro; o aeroporto, é outro. São características diferentes. E a gente vai tentando deslindar todo o mistério que cerca essa questão do porquê: o arco de violino depois custa 5 mil dólares, tantos mil dólares, tanta coisa que se gasta para se fazer isso.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu concordo com V.Exa., mas creio que nosso papel já fizemos. Resta encaminhar a quem de direito — no caso, a Polícia Federal — para apuração e ao Ministério Público para os devidos procedimentos legais. Na nossa parte, eu creio que se conclui, se exauri, a partir do momento em que nós chegamos à conclusão e à comprovação do evento delituoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E a comprovação foi firmada pela assunção final do Sr. Alfred de que o Sr. Nei é um grandíssimo mentiroso. Ele mentiu para esta Comissão o tempo todo. Mas encaminharemos, com certeza, todos esses aspectos que esta Presidência acha importante, que é dar absoluta liberdade a todos aqueles aqui chamados para falar, ainda mais em um caso grave como esse, aquilo que acham importante, de responder as perguntas que os Deputados acham importantes e, mais importante do que isso, depois haver responsabilidade naquilo que apurarmos. Na realidade, como foi falado, é a possibilidade da formação de quadrilha com o objetivo específico de explorar o pau-brasil para atividade também específica, que é a questão do arco do violino. Formou-se uma grande quadrilha, com ramificações inclusive nos Estados Unidos por causa da sua firma, com objetivos claros de se fazer isso. Não sei e não ficou claro isso, Sr. Hévio, se o senhor está envolvido. Nós só vamos saber — e aí já começo as determinações — com a solicitação ao IBAMA para nova e detalhada inspeção da Fazenda Inveja e suas adjacências para ver se a quantidade armazenada e exportada declarada pelo Sr. Alfred pode ter sido retirada de lá. Caso não seja, acho que estamos todos satisfeitos, pelo menos na parte do Sr. Hévio. Senão, depois, o Plenário desta Comissão terá que agir dentro desses seus laudos. A outra determinação é a ida à Polícia Federal do Sr. Amarildo e do Sr. Nei por conta de afirmações de que existe



um crime sendo apurado pela Polícia Federal e de que o Sr. Nei Carlos Guimarães de Oliveira pode ter sido procurado pela Polícia Federal e não ter sido encontrado. Então, é a apresentação do Sr. Nei à Polícia Federal para que, já com o ofício desta Presidência, a Polícia Federal diga se ele realmente está envolvido no caso descrito pelo Sr. Amarildo ou se o Sr. Amarildo está, da mesma maneira que o Sr. Nei, com falso testemunho. Eu acho que não é aqui que vamos ter que ver esse processo. Esse processo continua na Polícia Federal. Os dois estão sendo levados à Polícia Federal agora para esclarecimento desses dois fatos, já com a precaução de solicitar os depoimentos dos dois prestados à Polícia Federal para que tomemos conhecimento e façamos o que de direito for. Ao Ministério Público Federal encaminharemos a denúncia de um cidadão americano que, sob a falsa impressão de estar dando emprego para brasileiros pobres, explora o pau-brasil, uma madeira tradicional, típica, ou cada vez menos típica, inclusive com o interesse de ficar no Brasil para se manter e se perpetuar na atividade, visto a plantação de pau-brasil na sua residência. Ao Ministério Público encaminharemos a nossa suspeita de formação de quadrilha com aquele objetivo. Ao Ministério Público também e à Embaixada americana para que se apreenda todo o pau-brasil encontrado na World Exotic Savage até os esclarecimentos desse fato. Também ao Ministério Público Federal pedindo a proibição do Sr. Alfred de sair do País enquanto todo esse processo não for resolvido por quem de direito. Quero esclarecer aos senhores também que esta Comissão se dá ao direito de chamá-los novamente a qualquer momento que novos fatos surgirem ou novas diligências sejam movidas por esta Comissão, esclarecendo que esta Presidência sempre agirá desta maneira: dará absoluta liberdade para a exposição de todos os motivos que levaram os envolvidos



em qualquer atividade a fazer o que fizeram. Sr. Alfred, não vou lhe agradecer porque o senhor veio cumprir uma obrigação. De qualquer maneira, o senhor não tentou fugir como o Sr. Rosmale, outro estrangeiro lá da Amazônia que mandou para cá um atestado falso para não vir. Esse é outro estrangeiro que não lida com madeira. Esse lida com animais. O Sr. Hévio será chamado a esta CPI depois para compararmos com suas várias laudas. Sr. Amarildo, seus documentos serão entregues à Comissão sob sigilo. Só os Deputados poderão consultá-los sem tirar cópias. Todos os seus vídeos serão não propriedade, mas guardados pela CPI. O senhor vai assinar um termo dizendo que vai mandar esses vídeos. Serão tiradas cópias e depois eles serão entregues ao senhor. O Sr. Nei vai à Polícia Federal, e nós vamos encaminhar ao Ministério Público acusações sobre formação de quadrilha do Sr. Nei, também sobre sonegação fiscal e também sobre falsidade ideológica para que o Ministério Público Federal investigue. Se o senhor for culpado, Sr. Nei, que o senhor seja punido; se o senhor for inocente, coisa que eu acho complicada neste caso específico, terá todo o nosso apoio também. Temos que fazer... Convido o Deputado Asdrubal para terminarmos a nossa eleição. Libero V.Sas. Podem ir.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Só uma indagação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu tenho esse encaminhamento à Polícia Federal, mas quero saber a condição. São duas condições absolutamente opostas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso, um denunciante e um denunciado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Um inocente veio aqui para colaborar e outro não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – No meu ofício deixo isso muito claro.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – É importante que conste isso para que não haja nenhum constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lógico. No meu ofício consta tudo de maneira clara. Então, está terminado, Sr. Amarildo. Depois vamos conversar mais. Não, o senhor vai ter todos eles.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não é prisão, Deputado. É mera averiguação. Mas está no ofício como denunciado. De fato, ocorreu em 99, o que está sendo apurado por essa instituição, com todos os critérios.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E vai como colaborador. Está aqui escrito. Como denunciante, o Sr. Amarildo; o Sr. Ney Carlos como denunciado. Então, a Presidência tomou as devidas precauções.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor gostaria de se dirigir à Comissão? Eu solicito que o faça por escrito. Eu sei que o senhor tem as fitas.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – *(Intervenção inaudível.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então, pedindo atenção à Taquigrafia e à gravação, com a palavra o Sr. Amarildo para suas considerações finais.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – Eu queria levar a palavra ao Dr. Luciano. No momento, eu não sei se eu disse à Mesa. Eu sempre fui um cara que fui sempre fiel ao senhor. Foi a pessoa que lutou pela minha permanência no IBAMA. Eu tenho que agradecer muito. Eu sempre tentei honrar a confiança que o senhor depositou em mim. O senhor sabe disso. Na hora, o senhor dirigiu-se a uma quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Amarildo, deixa eu só lhe explicar o que acontece. Quando o Presidente manda retirar das notas taquigráficas, na realidade, não existiu. Quando o Presidente manda retirar uma expressão, essa expressão não existiu.

O SR. AMARILDO GERALDO FORMENTINI – É que o Luciano falou que eu tenho um irmão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Não existiu, ele não falou isso.
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Informo que o número de sobrecartas coincide com o número de votantes. Declaro empossado o Deputado Augusto Nardes no cargo de 3º Vice-Presidente desta CPI. A próxima reunião será amanhã, às 9h30min, no Plenário nº 7, este mesmo plenário. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão, em homenagem inclusive ao Deputado Asdrubal Bentes.